A PRAIA É **NOSSA!**

ENSAIO PROJETUAL/ URBANÍSTICO DE UM CENTRO DE APOIO AO LAZER NA PRAIA DO BESSA, JOÃO PESSOA - PB

NATÁLIA VALE CARNEIRO - ORIENTADORA: PAULA DIEB

JOÃO PESSOA, FEVEREIRO DE 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A PRAIA É NOSSA!

ENSAIO PROJETUAL/ URBANÍSTICO DE UM CENTRO DE APOIO AO LAZER NA PRAIA DO BESSA, JOÃO PESSOA - PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo, outorgado pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador(a): Paula Dieb

JOÃO PESSOA, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A PRAIA É NOSSA!

ENSAIO PROJETUAL/ URBANÍSTICO DE UM CENTRO DE APOIO AO LAZER NA PRAIA DO BESSA, JOÃO PESSOA - PB

REGISTRO DE CATALOGAÇÃO

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C289p Carneiro, Natalia Vale.
A praia é Nossa! Ensaio projetual/ urbanístico de um centro de apoio ao lazer na praia do Bessa, João Pessoa - PB. / Natalia Vale Carneiro. - João Pessoa, 2024.
117 f. : il.

Orientação: Paula Dieb Martins.
TCC (Graduação) - UFPB/Tecnologia.

1. Planejamento urbano em praias. 2. Arquitetura em praias. 3. Praias urbanas. 4. Direito à cidade. I. Martins, Paula Dieb. II. Título.

UFPB/CT/BSCT CDU 72:711(043.2)

Elaborado por ONEIDA DIAS DE PONTES - CRB-15/198

JOÃO PESSOA, 2024.

A PRAIA É NOSSA!

ENSAIO PROJETUAL/ URBANÍSTICO DE UM CENTRO DE APOIO AO LAZER NA PRAIA DO BESSA, JOÃO PESSOA - PB

BANCA EXAMINADORA:

PROFA. DRA. PAULA DIEB MARTINS
ORIENTADORA

PROFA. DRA. AMELIA DE FARIAS PANET BARROS
EXAMINADORA INTERNA

PROFA. M.E ANNELIESE HAYDEN
EXAMINADORA EXTERNA

JOÃO PESSOA, 2024.

PREFÁCIO

Quando criança o itinerário favorito da minha família era ir para a praia, seja em um fim de semana comum ou quando familiares do interior vinham nos visitar. Chegávamos muito cedo e ali podia brincar de uma forma mais livre com crianças que não conhecia antes.

“Quem nunca teve que se despedir de um amigo que fez na praia e que simplesmente nunca mais o viu na vida ?”

Essa é uma vivência de infância bastante recorrente na minha memória. Depois de adulta, pude não só ter um entendimento mais aprofundado sobre esse pequeno e despretensioso fenômeno urbano, mas pude vivenciá-lo em novas nuances.

Na cultura do vôlei de praia é muito comum chegarmos no “cabo” - Praia De Cabo Branco- e mesmo sem conhecer as pessoas, pedir para jogar e ter uma troca com pessoas que não são da minha bolha, simplesmente por ter a infraestrutura ali disponível (Figura 01). Isso me fez refletir sobre como a praia pode ser de fato esse espaço de encontro de diferentes.

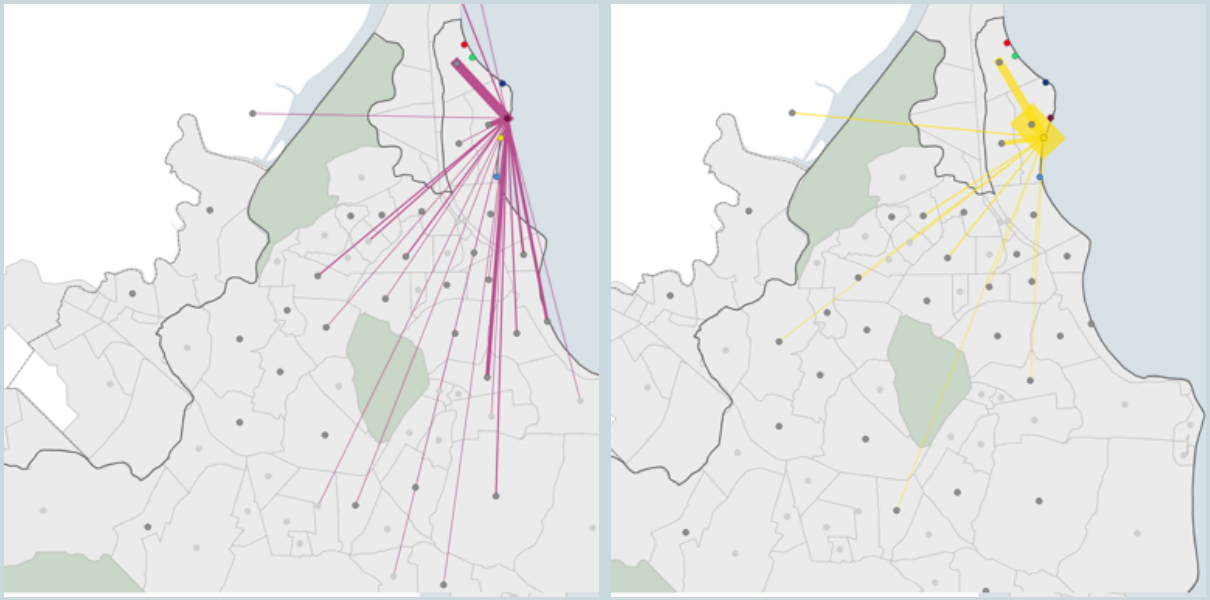
Em 2020 tive a oportunidade de começar a fazer iniciação científica, em um projeto que visava estudar a relação entre o ambiente construído e vida social das praias de João Pessoa. Nesse estudo, foi aplicado um questionário online perguntando para as pessoas quais as praias que elas mais frequentavam em João Pessoa. A praia do Bessa chamou atenção primeiro por não ter nenhuma resposta para uso a noite mesmo sendo a mais popular para o período diurno. Além disso foi uma praia que apresentou uma certa diversidade de público mesmo apresentando uma medida de integração inferior, quando comparada as demais praias urbanas de João Pessoa.

FIGURA 01- Diversidade social em Cabo Branco.

FONTE: acervo autora (2023).

Na disciplina de estágio supervisionado pude investigar um pouco melhor sobre essa praia e fazer a aplicação de um novo questionário com enfoque na fração de praia urbana que não apresenta calçadão, localizado na orla do Bairro Jardim Oceania. Nesse estudo, confirmou-se a hipótese de que a heterogeneidade morfológica da praia do Bessa resulta em padrões socioespaciais heterogêneos, e que fluxos originados de locais mais distantes estão associados a equipamentos de apoio ao lazer (restaurantes/bares, ou comedorias) com acesso direto à areia, em contrastes áreas predominantemente residenciais o público que frequenta é menos diverso e mais local.

FIGURA 02- Comparação De Fluxos Entre Ponto Com Comedoria E Ponto Na Área Residencial

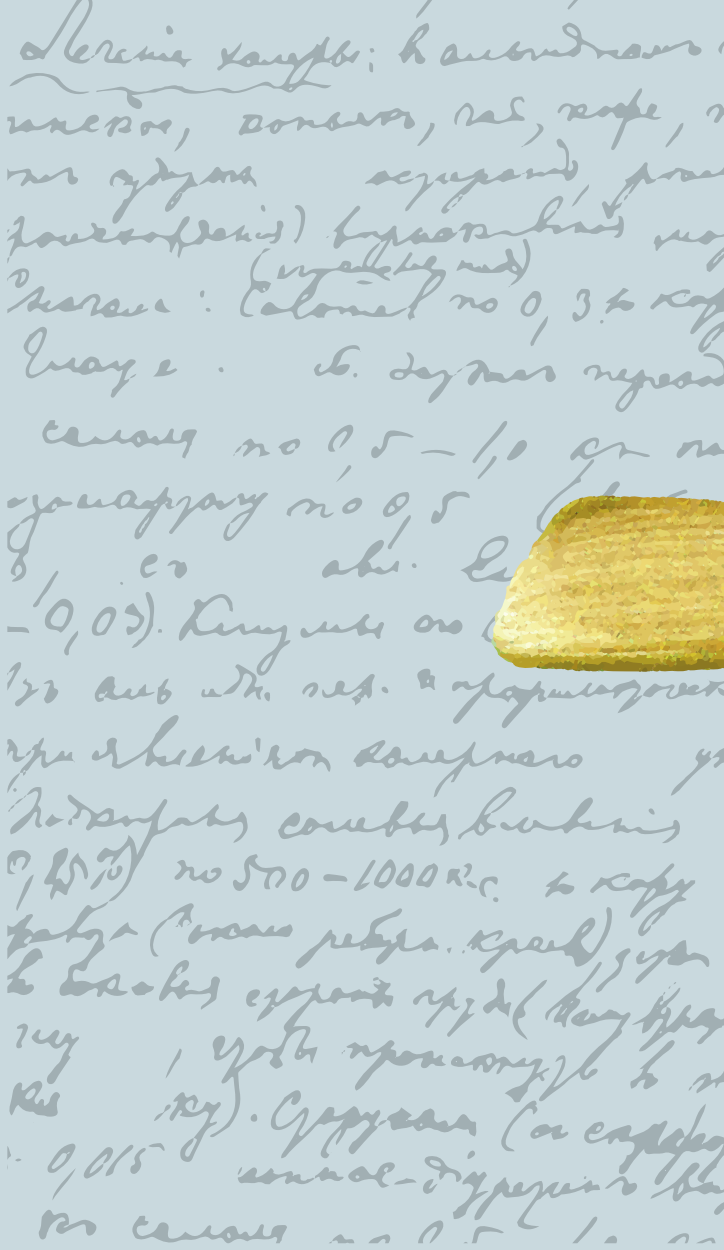


FONTE: elaborado pela autora (2023).

Apesar de ser alvo cada vez mais de uma especulação imobiliária perto da praia do Bessa tem comunidades, tem uma diversidade social mas o espaço não apresenta nada que viabilize essas trocas. Entendendo a necessidade de preservar as praias como espaços efetivamente coletivos, desejo que esse trabalho possa promover reflexões sobre o papel social da orla evidenciando que a beleza do espaço público está em sua apropriação e diversidade.

Resumo

O ambiente físico é determinante para o fluxo e a permanência das pessoas em espaços públicos, influenciando a dinâmica social e cultural. A acessibilidade e o uso de diferentes modais de transporte facilitam encontros de pessoas de origens diversas, enquanto espaços caminháveis e estratégias de redução de viagens motorizadas promovem trocas sociais. Características do ambiente urbano, como quadras curtas, edificações próximas à rua e fachadas ativas, incentivam a vitalidade urbana e a presença de variados grupos sociais, resultando em melhor qualidade de vida. Praias urbanas são locais socioculturalmente importantes para cidades litorâneas brasileiras, onde se observam fenômenos socioespaciais. Estudos revelam que a relação entre o ambiente construído e a vida social nas praias influencia a diversidade de público. Por exemplo, em João Pessoa, a integração das praias ao tecido urbano facilita a mistura de diferentes grupos de pessoas. No caso específico da praia do Bessa, a ausência de calçadões e a presença de áreas residenciais podem limitar a diversidade de público e a interação social. Mudanças no uso do solo, como a construção de empreendimentos de alto padrão, também podem restringir o acesso a espaços. Diante desse cenário, objetiva-se um projeto de centro de apoio ao lazer na orla do bairro Jardim Oceania, desvinculado de estabelecimentos privados, para potencializar a co-presença de diferentes grupos sociais e conectar melhor a orla à cidade, democratizando o uso do espaço público.



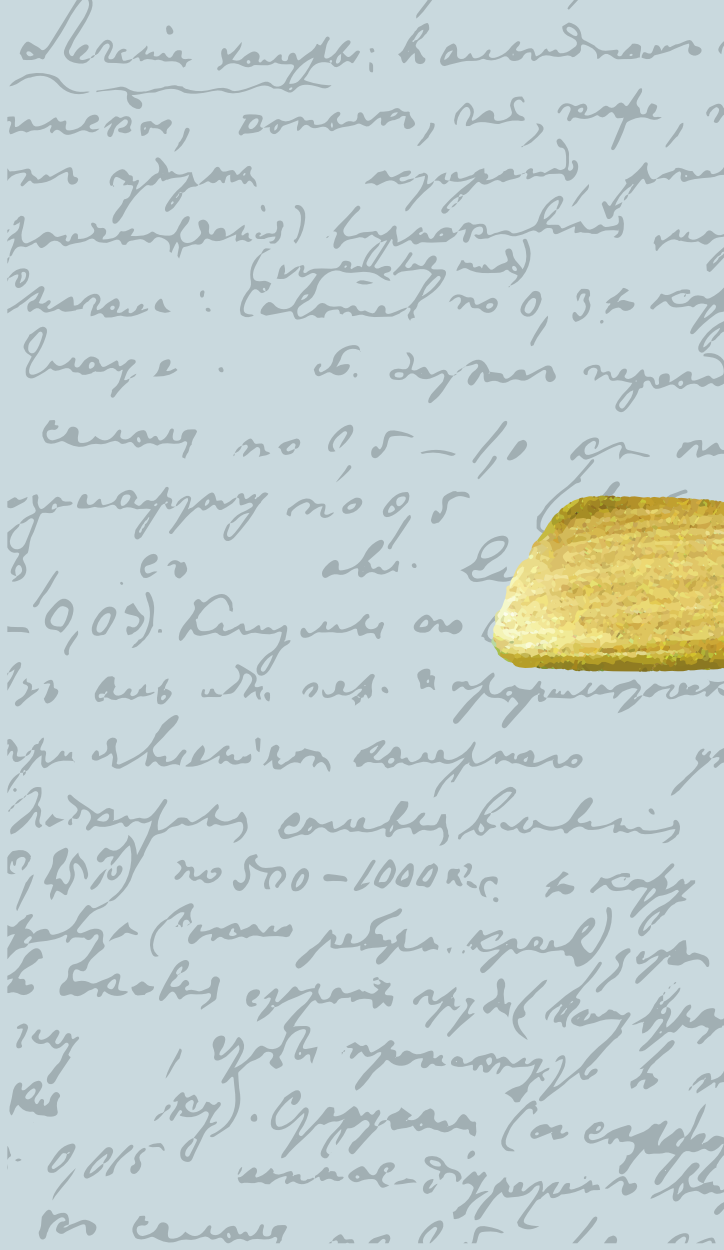
Palavras chaves: Planejamento urbano em praias, arquitetura em praias; praias urbanas; direito à cidade.

Abstract

The physical environment influences the flow and permanence of people in public spaces, impacting their social and cultural dynamics. Enabling the use of different means of transport and the enrance of accessibility facilitates encounters among people from diverse backgrounds and neighborhoods, while walkable spaces and strategies to reduce motorized travel promote social exchanges. Urban environment features such as short blocks, buildings close to the street, and active façades encourage urban vitality and the presence of various social groups, resulting in a better quality of life.

Urban beaches are socioculturally important places for Brazilian coastal cities, where socio-spatial phenomenas are observed. Studies reveal that the relationship between the built environment and social life on the beaches affects the diversity of the public. For example, in João Pessoa, the integration of beaches into the urban fabric facilitates the mixing of different groups of people.

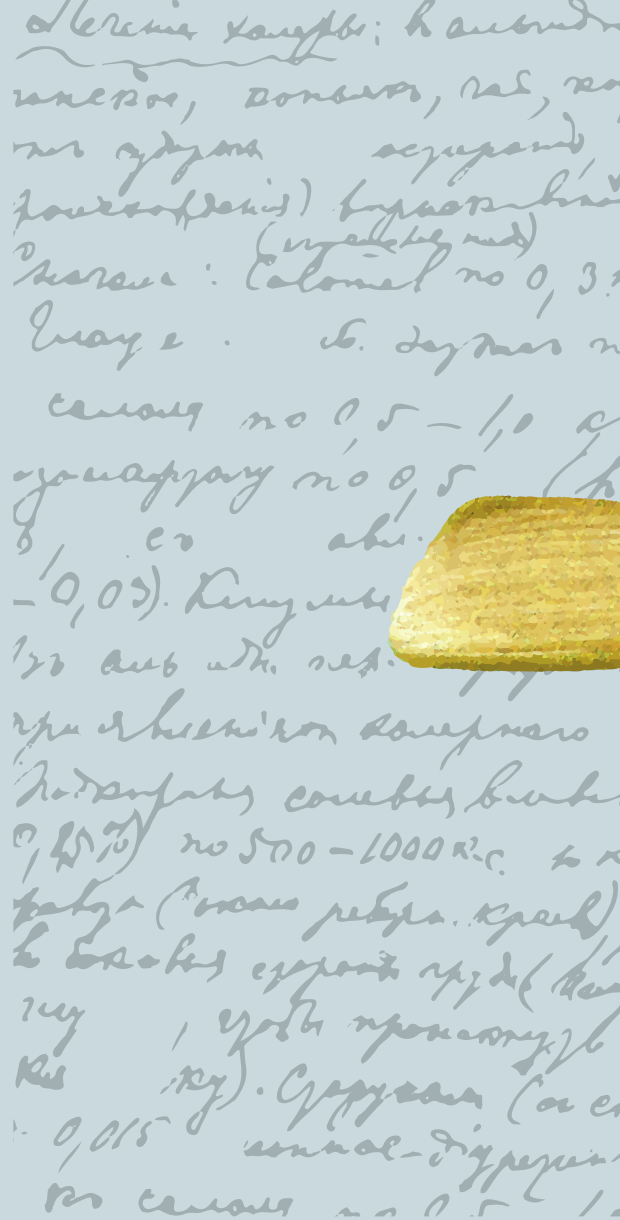
In the specific case of Bessa Beach, the lack of boardwalks and the presence of residential areas may limit public diversity and social interaction. Changes in land use, such as the construction of high-end developments, can also restrict access to private spaces. Given this scenario, this work aimes to project a public leisure center project along the beachfront of Jardim Oceania to enhance the co-presence of different social groups and better connect the waterfront to the city, democratizing the use of public space.



key words: Urban planning on beaches, architecture on beaches; urban beaches; right to the city.

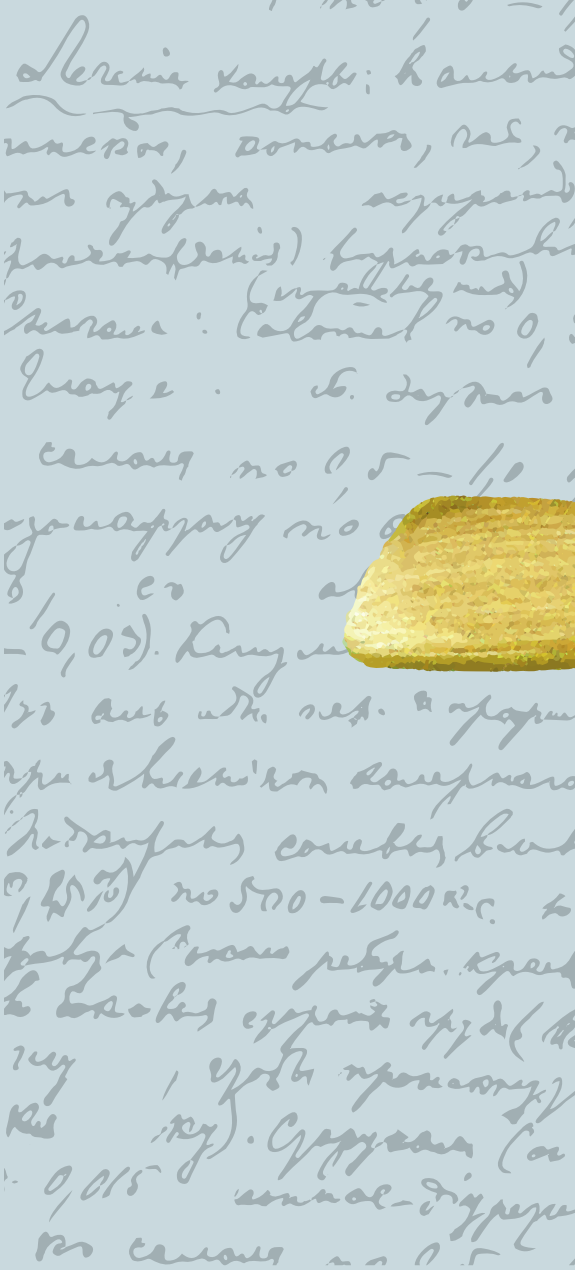
LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01- Diversidade social em Cabo Branco. **05**
FIGURA 02 - Comparação de fluxos entre ponto com comedoria e ponto para área Residencial **06**
FIGURA 03 - Praia De Cabo Branco à noite **16**
FIGURA 04 - Comparação entre fração sem, com calçadão e com comedoria. **17**
FIGURA 05 - Pontos de aplicação dos questionários nos estudos conduzidos por Donegan e Carneiro (2023). **17**
FIGURA 06 - Pontos de aplicação de questionário. **18**
FIGURA 07 - Cartograma de fluxos. **18**
FIGURA 08 - Terreno escolhido. **19**
FIGURA 09 - Praia do Bessa. **20**
FIGURA 10 - Colagem separações e encontros na cidade. **24**
FIGURA 11 - Manifestação resgatem a praia. **26**
FIGURA 12 - O sol é para todos **27**
FIGURA 13 - Apropriação espacial no parque Paraybha **29**
FIGURA 14 - Capa livro Fragosa Brenhas do mataréu. **30**
FIGURA 15 - Alquimia. **31**
FIGURA 16 - Banho de mar em Copacabana **32**
FIGURA 17 - Avenida Paulista. **34**
FIGURA 18 - Primeiro Life Saving Club Da Austrália. **37**
FIGURA 19 - Sociedade Brasileira de salvamento aquático **38**
FIGURA 20 - Atividades Life Saving Club no Brasil. **38**
FIGURA 21 - Posto de observação dos Guarda-vidas em 1972 em João Pessoa-PB. **38**
FIGURA 22 - Quadro de projetos correlatos utilizados neste trabalho. **40**
FIGURA 23 - Imagens Melbourne Life Saving Club. **41**
FIGURA 24 - Imagens Melbourne Life Saving Club. **41**
FIGURA 25 - Imagens Melbourne Life Saving Club. **41**
FIGURA 26 - Imagens Melbourne Life Saving Club. **41**
FIGURA 27 - Cortes Melbourne Life Saving Club. **42**
FIGURA 28 - Planta baixa Melbourne Life Saving Club. **42**
FIGURA 29 - Evolução do Calçadão de Tel Aviv . **43**
FIGURA 30 - Cortes antes e depois renovação calçadão Tel aviv. **43**
FIGURA 31 - Antes e depois renovação do calçadão de Tel aviv. **43**
FIGURA 32 - Fruição pública no calçadão de Tel aviv. **44**
FIGURA 33 - Situação atual do calçadão central de Tel aviv. **44**



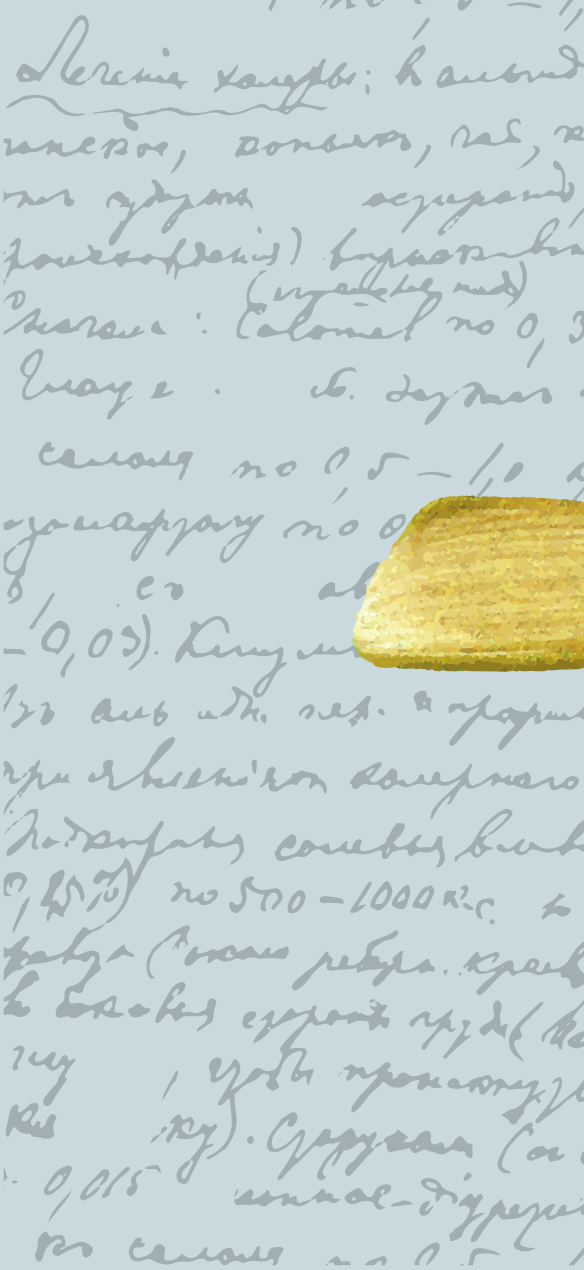
LISTA DE FIGURAS

Figura 34 - Principais eixos de circulação na planta baixa do projeto do centro cultural Cambury. **45**
Figura 35 - Imagens Centro cultural Cambury. **46**
Figura 36 - Imagens Centro cultural Cambury. **46**
Figura 37 - Diagrama efeito chaminé. **46**
Figura 38 - Sesc Pompeia. **47**
Figura 39 - Planta baixa Sesc Pompeia. **48**
Figura 40 - Oficina coletiva aberta ao público. **48**
Figura 41 - Espaço para esposição com fonte . **48**
Figura 42 - Local da intervenção. **51**
Figura 43 - Praias urbanas da cidade de João pessoa. **53**
Figura 44 - Divisão Atual Do Antigo Setor Bessa. **54**
Figura 45 - Primeiros loteamentos do setor Bessa. **55**
Figura 46 - Loteamentos 1979. **56**
Figura 47 - Loteamentos 1980. **56**
Figura 48 - Propaganda de um imóvel no Jardim Oceania. **57**
Figura 49 - Atividades mais desempenhadas perto do terreno escolhido. **58**
Figura 50 - Fotografia Parque Paraybha 1. **58**
Figura 51 - Fotografia Parque Paraybha 1. **58**
Figura 52 - Fotografias Parque Paraybha 2. **58**
Figura 53 - Esboço sobre um corredor verde entre os parques e a praia. **59**
Figura 54 - Quadro de mobilidade do Jardim Oceania. **60**
Figura 55 - Cartograma de hierarquia viária. **61**
Figura 56 - Cartograma de pavimentação urbana. **61**
Figura 57 - Cartograma de uso do solo. **62**
Figura 58 - Gráfico de distribuição de uso do solo. **62**
Figura 59 - Cartograma de gabaritos. **63**
Figura 60 - Gráfico de distribuição de gabaritos. **63**
Figura 61 - Cartograma de postes de iluminação. **64**
Figura 62 - Ninho de desova de tartarugas. **64**
Figura 63 - Cartograma de coqueiros. **65**
Figura 64 - Calçadão com coqueiros. **65**
Figura 65 - Via lateral. **65**
Figura 66 - Acesso para a praia. **65**
Figura 67 - Vegetação de restinga. **65**



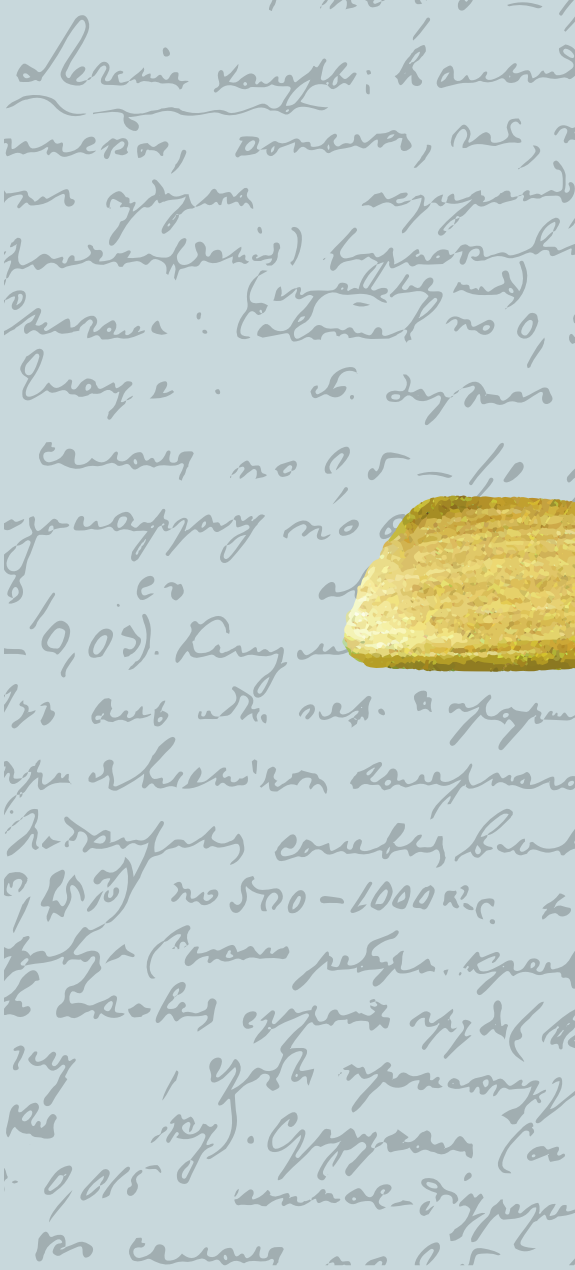
LISTA DE FIGURAS

Figura 68 - Macrozoneamento **67**
Figura 69 - Zoneamento **67**
Figura 70 - Quadro de usos Zona Turística 3 **68**
Figura 71 - Mapa Mental Princípios Projetuais **69**
Figura 72 - Imagem da tabela para cálculo da quantidade de guarda vidas quantidade de guarda vidas **71**
Figura 73 - Matriz de Compatibilidade **75**
Figura 74 - Primeiro Estudo de Zoneamento **77**
Figura 75 - Setorização do Primeiro Zoneamento **78**
Figura 76 - Primeira Setorização **79**
Figura 77 - Segunda Setorização **79**
Figura 78 - Evolução da Setorização **80**
Figura 79 - Zoneamento Final **81**
Figura 80 - Diagrama do Partido Arquitetônico **82**
Figura 81 - Criação do Eixo Central **82**
Figura 82 - Locação dos Blocos Frontais **82**
Figura 83 - Nova Posição do Bloco Administrativo **82**
Figura 84 - Organograma Setorizado **83**
Figura 85 - Zoneamento Final **84**
Figura 86 - Fluxos **84**
Figura 87 - Volumetria com Passarelas **84**
Figura 88 - Planta de Layout Térreo **85**
Figura 89 - Planta de Layout 1º Pavimento **86**
Figura 90 - Passarela com Forro em Palha de Taboa **87**
Figura 91 - Visto do Eixo Central do Projeto **87**
Figura 92 - Vista para a Passarela **88**
Figura 93 - Parquinho **88**
Figura 94 - Vista Aérea do Deck **88**
Figura 95 - Corte BB **88**
Figura 96 - Academia Arborizada **89**
Figura 97 - Academia Arborizada **89**
Figura 98 - Cesta de Basquete **89**
Figura 99 - Zona de Apoio ao Público Bloco A - Recepção **90**
Figura 100 - Zona Sócio Educacional - Pavilhão Multiuso **90**



LISTA DE FIGURAS

Figura 101 - Zona de Apoio ao Público Bloco A - Recepção **91**
Figura 102 - Zona de Lazer Ativo - Parquinho **92**
Figura 103 - Quadra de Areia **93**
Figura 104 - Frente do Deck para a Praia **93**
Figura 105 - Quiosque **93**
Figura 106 - Deck de Acesso a Praia **93**
Figura 107 - Condicionantes Climáticas **94**
Figura 108 - Entrada Principal **95**
Figura 109 - Planta com Arborização **95**
Figura 110 - Dimensionamento Pilares Metálicos **96**
Figura 111 - Dimensionamento Viga de Madeira **96**
Figura 112 - Referência de Coberta **96**
Figura 113 - Dimensionamento Viga Perfil I **97**
Figura 114 - Perspectiva Maquete Estrutural **97**
Figura 115 - Perspectiva Estrutura **97**
Figura 116 - Perspectiva Reservatório de Água **99**
Figura 117 - Corte CC **99**
Figura 118 - Corredor Verde **101**
Figura 119 - Cenário 01 **102**
Figura 120 - Cenário 02 **103**
Figura 121 - Cenário 03 **104**
Figura 122 - Perspectiva Projeto Nossa Praia **105**



SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO ---------- 15

1.1 APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA ----------16
1.2 OBJETO EMPÍRICO ----------19
1.3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO----------20
1.4 ETAPAS DE TRABALHO ----------21

2-REFERENCIAL TEÓRICO ---------- 23

2.1 DIREITO A CIDADE ----------24
2.2 ESPAÇOS DE ENCONTRO ----------27
2.3 PRAIAS: IMAGINÁRIO E IMPORTÂNCIA ----------30
2.4 CENTRO DE APOIO AO LAZER ----------34

3-REFERÊNCIAL PROJETUAL---------- 39

3.1 APRESENTAÇÃODOS CORRELATOS ----------40
3.2 MELBOURNE LIFE SAVING CLUB ----------41
3.3 RENOVAÇÃO CALÇADÃO CENTRAL EM TEL AVIV----------43
3.4 CENTRO CULTURAL CAMBURY ----------45
3.5 SESC POMPEIA ----------47
3.6 SÍNTESE PROJETOS CORRELATOS----------49

4-COMPREENSÃO TERRITORIAL ----------50

4.1 APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO----------51
4.2 DO RIO A PRAIA DO BESSA----------52
4.3 DINÂMICA URBANA ----------58
4.4 REDE VERDE----------59

SUMÁRIO

4.5 MOBILIDADE URBANA ----60
4.6 HIERARQUIA VIÁRIA ---- 60
4.7 PAVIMENTAÇÃO URBANA----61
4.8 USO DO SOLO----62
4.9 GABARITO----63
4.10 ILUMINAÇÃO PÚBLICA----64
4.11 ANÁLISE DO TERRENO----65

5-ESTUDOS PRÉ PROJETUAIS ----66

5.1 LEGISLAÇÃO URBANA ---- 67
5.2 PRINCÍPIOS PROJETUAIS---- 69
5.3 PROGRAMA ARQUITETONICO---- 70
5.4 MATRIZ DE COMPATIBILIDADE---- 75

6-PROPOSTA PROJETUAL ----76

6.1 ESTUDOS INICIAIS ----77
6.2 PARTIDO----81
6.3 SETORIZAÇÃO FINAL ----83
6.4 VOLUMETRIA ----84
6.5 AGÊNCIAMENTO----85
6.6 PAVIMENTO SUPERIOR----86
6.7 PASSARELA----87
6.8 PARQUINHO----88
6.9 ACADEMIA----89
6.10 PERSPECTIVAS ---- 90
6.11 ADAPTAÇÃO BIOCLIMÁTICA----94
6.12 PAISAGISMO----95
6.13 ESTRUTURA----96
6.14 RESERVATÓRIO D'ÁGUA----98

7-ENSAIO URBANO ---- 86
8-CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS----90
9-REFERÊNCIAS---- 93
10-PRANCHAS EM ANEXO ---- 112

1. INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TRABALHO

O ambiente físico influencia no fluxo e na permanência de pessoas em espaços públicos. Os fluxos são dotados de um sentido social, isto é, estão relacionados à rotina das classes sociais, envolvendo questões de cultura, de significados, de interesses, de códigos e de práticas sociais cotidianas (Silveira; Silva, 2018).

Fatores como a acessibilidade da malha urbana e o uso de diferentes modais contribuem para promover encontros de pessoas de origens diferentes. Esses encontros também estão atrelados ao quão caminhável o espaço é. Além de serem alternativas mais sustentáveis, as estratégias de redução da necessidade por viagens motorizadas, ampliam a possibilidade de encontros e trocas no espaço público (Gehl, 2010; Whyte, 2009; Speck, 2016). Outros elementos como quadras curtas, edificações próximas à rua, fachadas ativas e usos comerciais nos pavimentos térreos dos imóveis também são características do ambiente construído que impulsionam a **animação urbana** e, consequentemente, a **copresença** de grupos sociais diversos (Jacobs, 1961). Espaços capazes de atrair pessoas de grupos diferentes promovem uma melhor qualidade de vida e um ganho de capital social positivo (Donegan, 2016; Netto, V. M. Et Al.2015) .

As praias urbanas são espaços socioculturalmente importantes para as cidades litorâneas brasileiras, palco de diversos fenômenos socioespaciais. Algumas pesquisas estudaram a relação entre o ambiente construído e a vida social que acontece em tais locais, mostrando que, apesar de ter sua gratuidade prevista por lei, alguns fatores morfológicos podem contribuir para que sua diversidade de público seja maior ou menor. Em Natal, Donegan (2016), constatou sua fragmentação e pouca diversidade social em seu uso.

Em João Pessoa, estudos recentes mostraram que praias urbanas integradas ao tecido urbano apresentam o potencial de misturar pessoas diferentes, vindo de lugares diversos da cidade (Donegan; Alves; Oliveira, 2022). De acordo com Donegan; Madruga e Carneiro (2022), a presença de equipamentos e infraestrutura urbana, como a do calçadão, impactam na capacidade que uma orla tem de atrair diferentes usuários em períodos do dia diversos, com o é o caso da Praia Do Cabo Branco (Figura 03).

FIGURA 03- PRAIA DE CABO BRANCO A NOITE. FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2022.

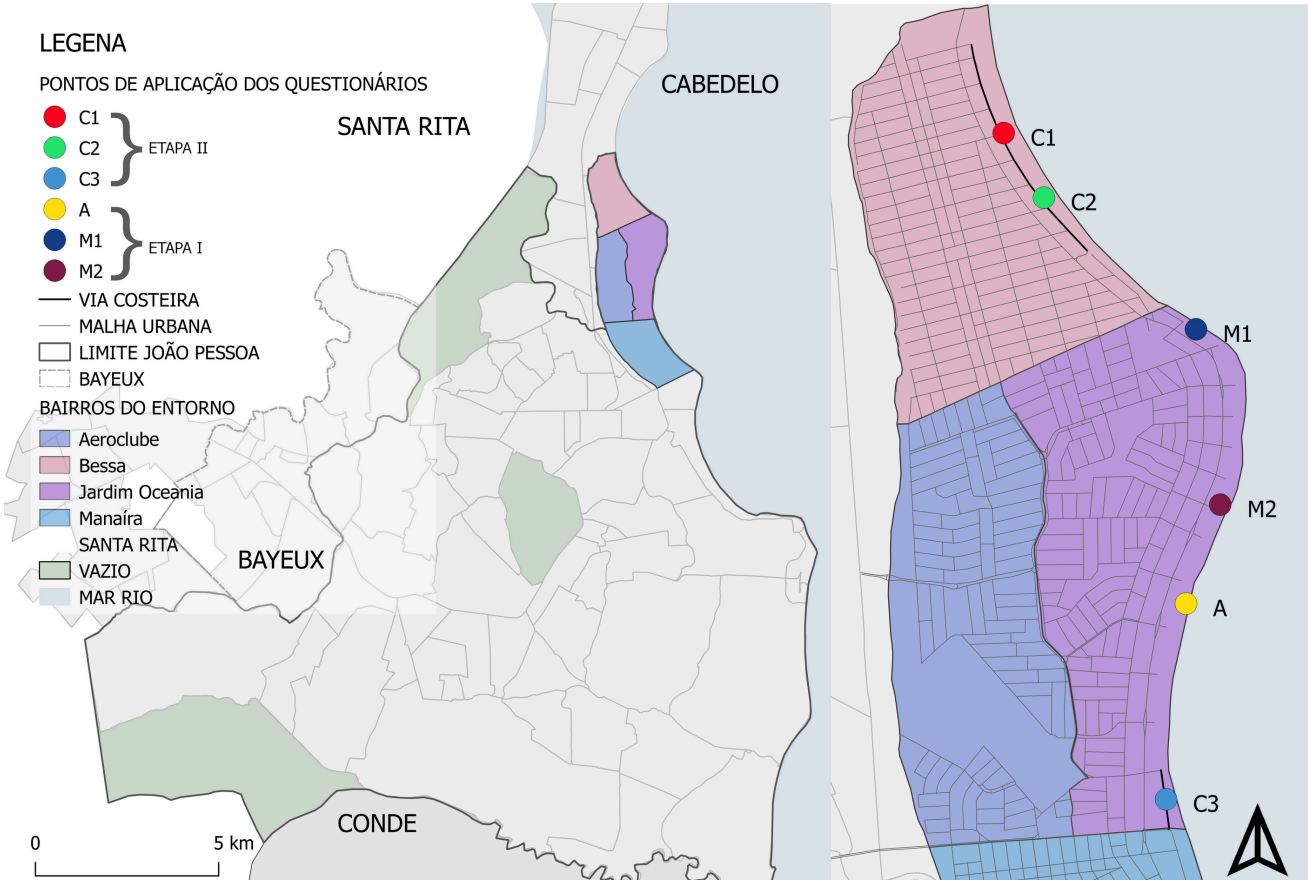
Ainda no estudo feito por Donegan, Madruga e Carneiro (2022), a praia do Bessa chamou atenção primeiro por não ter nenhuma resposta para uso a noite mesmo sendo a mais popular para o período diurno. Além disso foi uma praia que apresentou uma certa diversidade de público mesmo apresentando uma medida de integração inferior, quando comparada as demais praias urbanas de João Pessoa.

A praia praia do Bessa, mesmo que abranja a orla de dois bairros, sua orla difere em aspectos morfológicos. Em uma primeira etapa de pesquisa conduzida por Donegan e Carneiro (2023), foram aplicados questionários em áreas em que não há a presença de calçadão (Figura 04), diferenciando os pontos de aplicação entre locais com a presença de usos de comedoria (M1 e M2) e áreas predominantemente residenciais (A). Em uma segunda etapa de pesquisa foram aplicados a mesma metodologia mas em pontos da praia com a presença de calçadão (C1,C2 e C3).

FIGURA 04- COMPARAÇÃO ENTRE FRAÇÃO SEM, COM CALÇADÃO E COM COMEDORIA.

FONTE: acervo da autora (2023).

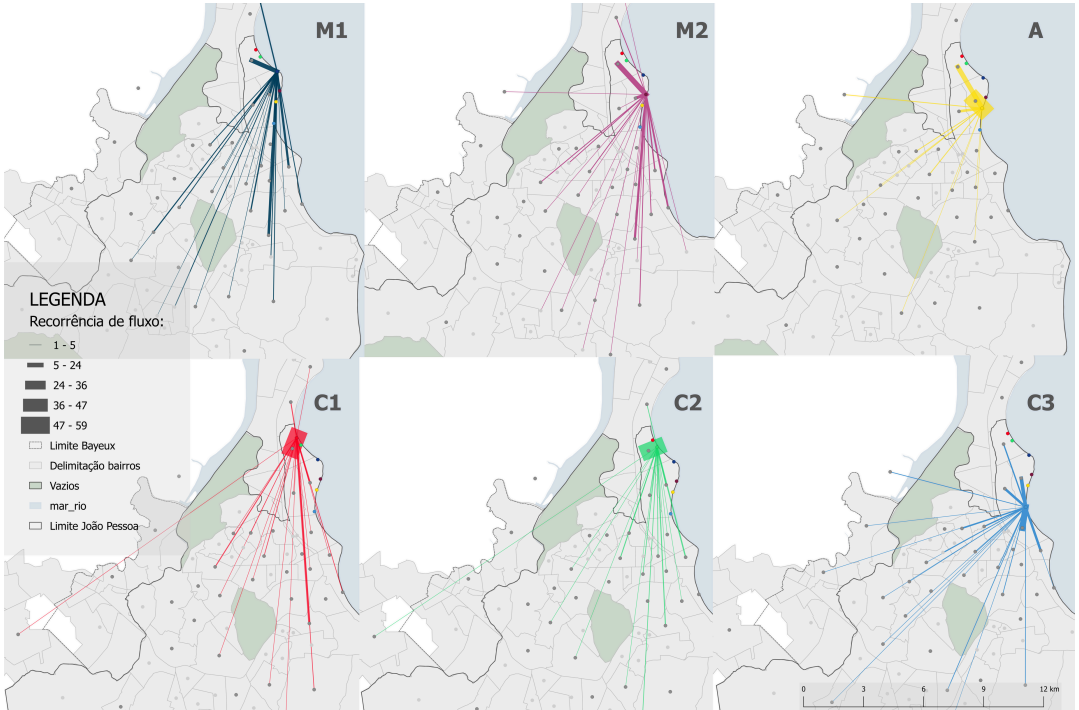
FIGURA 05-PONTOS DE APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS NOS ESTUDOS CONDUZIDOS POR DOENGAN E CARNEIRO (2023)



FONTE: elaborado pela autora (2023).

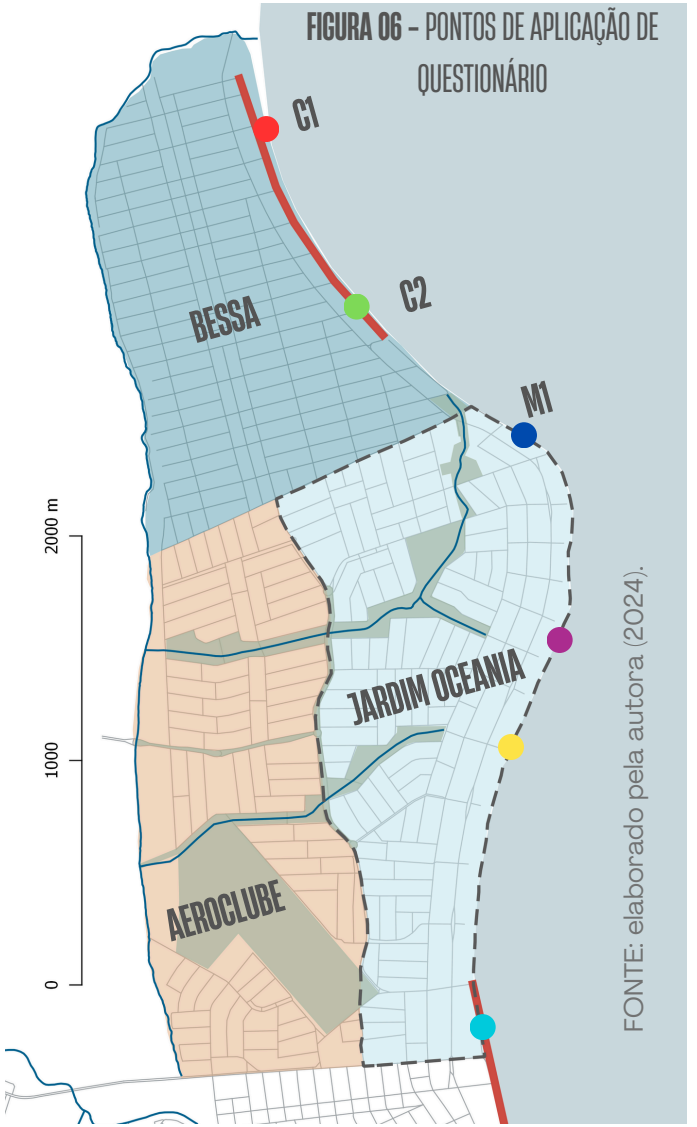
No questionário foram perguntados os bairros de moradia do público que estava em cada um dos pontos (Figura 06) e a partir do centroide dos bairros respondidos foram elaborados cartogramas de fluxos mostrando de onde vinham e a intensidade dos deslocamentos dentro da cidade para os diferentes locais da praia . No primeiro recorte de praia sem calçadão, o fluxo de pessoas vinda de locais mais distantes e diversos estava associado à presença de equipamentos de apoio ao lazer (restaurantes/bares ou comedorias) com acesso direto à areia. Em contraste, nas áreas predominantemente residenciais, o público que frequenta a praia é menos diverso e mais local (Figura 07), dado que o conjunto edilício representa uma barreira, até mesmo visual, entre a praia e a cidade (Donegan; Carneiro, 2023).

FIGURA 07 – CARTOGRAMA DE FLUXOS.



FONTE: elaborado pela autora (2023).

FIGURA 06 – PONTOS DE APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO



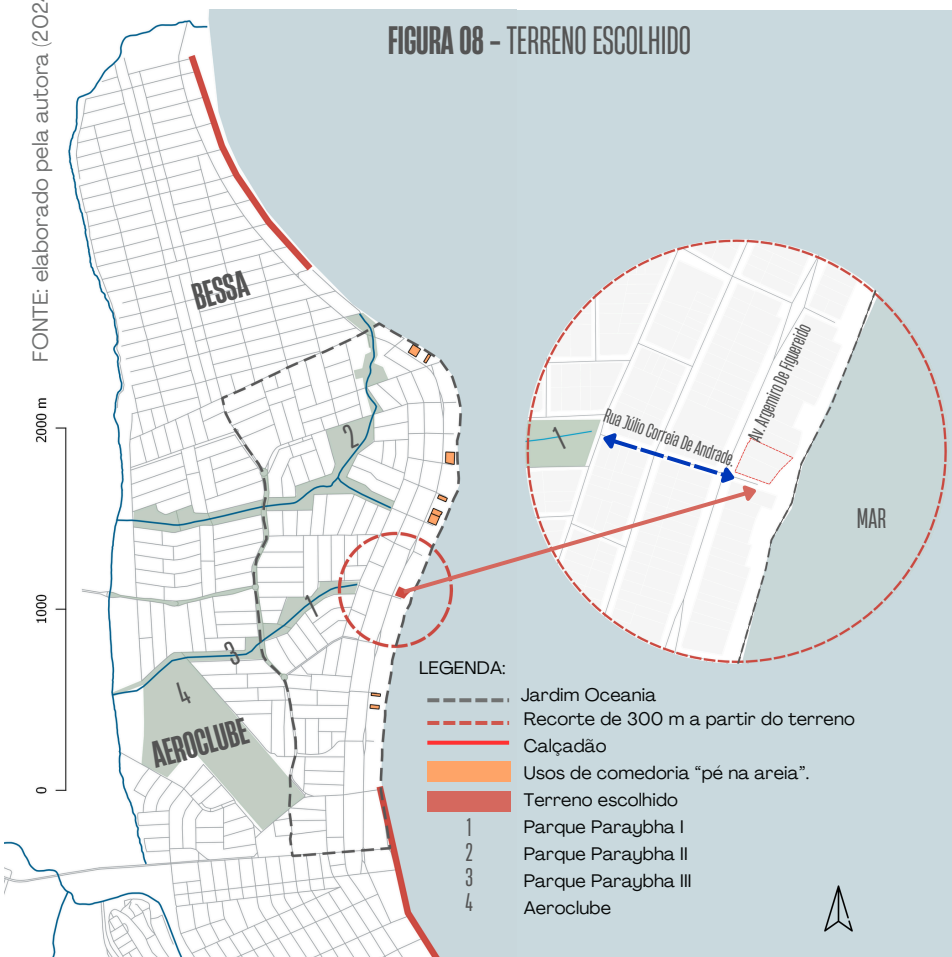
FONTE: elaborado pela autora (2024).

1 INTRODUÇÃO

OBJETO EMPÍRICO

É uma área da cidade que vem sofrendo relevantes transformações no uso e ocupação do solo com a construção de hotéis e empreendimentos de alto padrão, implicando em uma dinâmica de uso menos convidativa para pessoas que não utilizam esses espaços privados. Considerando a relevância das praias nas cidades litorâneas brasileiras e os achados das mencionadas pesquisas, torna-se evidente que a falta de uma infraestrutura de mobilidade e lazer, como o calçadão e outros equipamentos de apoio, associada a uma baixa variedade de usos, impactam a diversidade/abrangência de público que frequenta a praia do Jardim Oceania.

FIGURA 08 – TERRENO ESCOLHIDO



FONTE: elaborado pela autora (2024).

Devido à configuração do tecido urbano e à implantação do conjunto edilício da área, o cenário atual impossibilita a implantação de um espaço de circulação de pedestres e ciclistas na sua orla. Diante desta problemática, este trabalho propõe um projeto de centro de apoio ao lazer situado na orla do bairro Jardim Oceania seja desvinculado dos estabelecimentos privados, com objetivo de potencializar a co-presença de grupos sociais diferentes na praia e de melhor conectar a orla do Jardim Oceania ao restante do bairro e, consequentemente, da cidade, democratizando assim o uso de tal espaço público.

O terreno da intervenção principal se localiza no Bairro Jardim Oceania (setor 03), especificamente no encontro da rua Argemiro De Figueiredo com a Rua Júlio Correia De Andrade. Corresponde aos lotes 0030 e 0055 da quadra 51. Além de ser um terreno sem uso na orla, está localizado em uma posição relativamente centralizada com a área que não tem calçadão da orla do Jardim Oceania. Sua área de entorno não apresenta influência direta de usos de comedoria a beira mar (Figura 08), ao mesmo tempo que apresenta certa continuidade com o parque paraíba permitindo a proposição de uma intervenção urbana que integre essas duas esferas de lazer presente no bairro, o parque e a praia.

1.2 INTRODUÇÃO

JUSTIFICATVA / OBJETO / OBJETIVOS

Entendendo a importância sociocultural das praias para cidades litorâneas brasileiras e que o ambiente construído pode contribuir para que elas sejam espaços efetivamente democráticos, este trabalho se justificativa nas próprias condições e carências existentes na praia do Bessa e, particularmente, no trecho referente ao bairro Jardim Oceania na relevância de refletir sobre a função social da orla, bem como de pensar alternativas de equipamentos de apoio e lazer e infraestrutura para além do calçadão, que enfatizem o caráter público das praias, de forma integrada com a infraestrutura e equipamentos existentes no bairro.

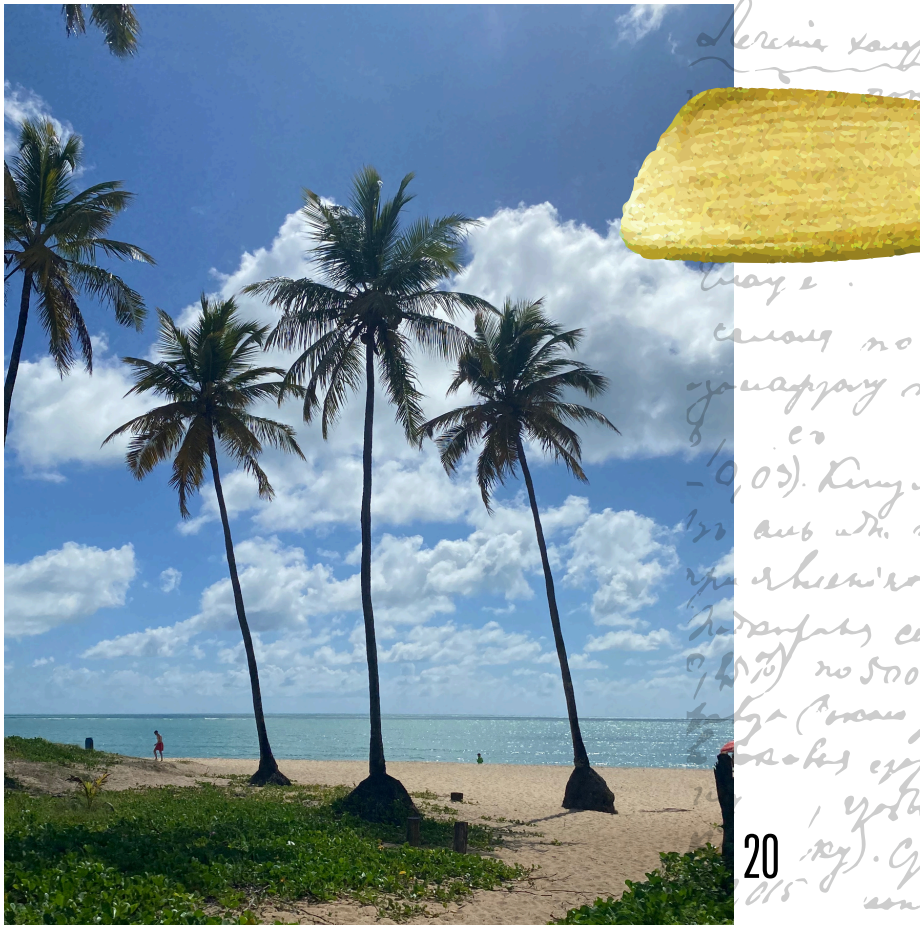
OBJETO/RECORTE:
Centro de apoio ao lazer na praia localizado na praia do Bessa, na orla do Bairro Jardim Oceania.

OBJETIVO GERAL
Elaborar um ensaio projetual/ urbanístico de um centro de apoio ao lazer na praia do Bessa, especificamente na orla do Jardim Oceania.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender sobre usos e apropriações de orlas marítimas por diferentes grupos sociais;
- Compreender o processo de ocupação urbana do Bairro Jardim Oceania
- Caracterizar a morfologia urbana - forma, uso e ocupação - da área de intervenção e seu entorno;
- Investigar sobre projetos urbanísticos e arquitetônicos de equipamentos e centros de lazer em orlas marítimas;

FIGURA 09 – PRAIA DO BESSA



FONTE: acervo da autora (2023).

1.3 INTRODUÇÃO

ETAPAS DO TRABALHO

O trabalho será executado em etapas divididas de acordo com os procedimentos metodológicos necessários para se elaborar o produto final do trabalho de conclusão.

1 **Pesquisa bibliográfica** em bases científicas como livros, teses, dissertações e artigos sobre os conceitos que se relacionam com o tema como, direito à cidade, uso de espaços públicos abertos, praias urbanas, copresença, vitalidade urbana, bem como sobre o local de intervenção, a praia do bessa e seu processo de ocupação. Como produto, serão feitos fichamentos para serem utilizados como base na escrita da introdução e do referencial teórico.

2 **Levantamento e análise da área de intervenção** para elaborar uma caracterização morfológica do bairro jardim oceania através de mapas temáticos de uso do solo, gabarito, topografia... analisando também aspectos de mobilidade e acessibilidade a fim de embasar e justificar a escolha do terreno de intervenção.

3 **A pesquisa documental** sobre a legislação do bairro, será feita logo após a escolha do terreno, a fim de compreender o que os parâmetros urbanísticos permitem que seja feito, para auxiliar na elaboração de diretrizes e identificação das condicionantes projetuais. Como produto: tabelas e diagramas que explicam esses parâmetros.

4 **Análise do terreno e do seu entorno em um raio de 300 metros**, para entender como se configura a área de intervenção em uma escala mais direta, em termos de condicionantes ambientais, fluxos, infraestrutura e equipamentos, essa etapa também envolve a visita ao local para fazer registros do terreno de intervenção e apreensão/ vivência no local. Como produto dessa etapa serão elaborados tabelas e diagramas que sintetizem as análises feitas.

5 **Pesquisa de projetos correlatos** em sites especializados não só para ajudar na formulação de um programa de necessidades como para alimentar o repertório de referências projetuais. O produto dessa etapa é a análise e identificação de aspectos projetuais a serem utilizados como referência do desenvolvimento da proposta do centro de apoio ao lazer bem como auxiliar na elaboração de diretrizes projetuais.

1.3 INTRODUÇÃO

ETAPAS DO TRABALHO

6 **Etapa de elaboração do ensaio**: após as etapas anteriores, inicia-se a elaboração do projeto organizado em 7 parte:

- Formulação de quadro com programa de necessidades e pré-dimensionamento do projeto a partir das normativas existentes, das diretrizes e das análises de projetos correlatos.
- Estudo de viabilidade, para verificar se o programa de necessidades e o pré dimensionamento estão de acordo com a legislação urbana que incide no terreno, serão feitos com o software SketchUp e ou Revit, bem como com desenhos e croquis a mão livre.
- Organograma, refere-se ao estudo do programa arquitetônico, em que se estudam as relações entre os espaços e as atividades do projeto e é representado por um diagrama mostrando essas articulações.
- Zoneamento, que compreende a espacialização das relações estabelecidas no organograma de acordo com os condicionantes urbanísticos e climáticos no terreno escolhido, desenvolvido com software SketchUp e/ou Revit, bem como com desenhos e croquis a mão livre.
- Plano de massas corresponde à análise inicial da paisagem, na qual se estabelece a estrutura fundamental dos espaços a serem criados, incluindo as suas propriedades de utilização, formato, coloração, textura, vias de circulação, entre outros elementos (Macedo, 1989). Poderá ser feito com o auxílio de softwares de renderização, como lumion ou twinmotion, ou de por meio de colagens utilizando o photoshop.
- Estudo preliminar consiste na concepção inicial do projeto arquitetônico, no qual se especificam funções, usos, formas e dimensões para os ambientes, bem como elementos construtivos e componentes principais do projeto. Podem-se apresentar várias versões na etapa de estudo preliminar, conforme acordado entre as partes interessadas (NBR 6492). Esta etapa deve ser finalizada até a banca de qualificação.

- Após a concepção do projeto arquitetônico será elabora um ensaio urbanístico com o objetivo de integrar o equipamento a esfera urbana

7 Escrita e sistematização de informações do produto final do trabalho de conclusão de curso, bem como a apresentação para a banca final de TCC. A parte textual será formatada através do software indesign enquanto que as imagens serão produzidas com o software lumion e pós produzidas com o auxílio de programas de edição de imagem como o photoshop.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade brasileira é reflexo de um território igualmente plural. No entanto, suas cidades são tipicamente organizadas segundo uma lógica de segregação socioespacial. As camadas mais pobres da sociedade estão destinadas a morarem em áreas mais segregadas, implicando baixos níveis de acesso à infraestrutura e amenidades urbanas e consequentemente, diferentes níveis de qualidade de vida (Villaça, 2001; Battos; Oliveira, 2016). Esses grupos, também apresentam uma menor capacidade de deslocamento em termos de mobilidade urbana, resultando em uma vivência da cidade diretamente ligada à proximidade dos espaços com o seu local de moradia/ trabalho. Em contrapartida, classes sociais mais privilegiadas têm uma capacidade maior de se deslocar dentro do ambiente urbano, logo mesmo que vivam em áreas mais segregadas, não sofrem tanto com as consequências disso.

Desta forma, grupos médios e altos, na tentativa de obter um controle social dos grupos "indesejáveis" se submetem à auto segregação (Carlos, 2020;Dal Pozzo, 2011; Lima, 2017). Esse fenômeno pode se expressar tanto através de agrupamentos de condomínios fechados (verticais ou horizontais) ou através da própria evitação dos espaços públicos.

Esse processo está associado com o direito à cidade postulado pelo filósofo marxista francês Henri Lefebvre em seu livro "Le Droit à la ville" (Direito à cidade) de 1968 (Brandt, 2018), que coloca a luta de classes e o sistema capitalista como estruturadores da cidade e esta, como uma obra/produto destas tensões. A obra refere-se ao valor de uso da cidade, enquanto que o produto seria o seu valor de troca. O valor de uso para Harvey (1996) está baseado no fato de que a propriedade urbana é uma uma necessidade básica do cidadão.

O mercado imobiliário utiliza desses bens como um recurso especulativo e os comercializa como base, no seu valor de troca.

FONTE: elaborado pela autora (2024).

FIGURA 10 -COLAGEM SEPARAÇÕES E ENCONTROS NA CIDADE

2.1 CIDADE: direito e segregação.

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

CIDADE: DIREITO E SEGREGAÇÃO

Segundo o autor, o valor de troca ganha cada vez mais força na lógica das cidades, transformando os espaços em lugares de consumo e promovendo também o “consumo do lugar”. “Esse processo de valorização da cidade enquanto produto diluiu seu valor de uso, especialmente no que se refere às perspectivas de encontros humanos” (Mendes, 2010, p. 07).

O direito à cidade advoga, portanto pela realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca), ou seja, “Refere-se não ao acesso a cidade em termos meramente físicos, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc" (Lefebvre, 2008, P.139).

Tem a ver com o incremento da qualidade de vida, da valorização do patrimônio cultural e social e, até mesmo, dos direitos à moradia e transporte público (Battos; Oliveira, 2016). Aborda o direito que todos os habitantes de uma cidade têm de participar ativamente na construção, na decisão e na utilização do espaço urbano. É uma abordagem que destaca a importância da justiça social, do acesso igualitário aos recursos urbanos e da participação democrática na gestão urbana.

Para Harvey (2008), é um dos direitos humanos mais importantes e negligenciados. Além da liberdade individual de acesso a recursos urbanos, é o direito que o homem tem de mudar a si mesmo através da mudança da cidade.

Mesmo não citando diretamente o termo, o referido autor se concentrou em debatê-lo amplamente no funcionamento do capitalismo como um todo e na maneira como as cidades são concebidas dentro desse contexto. A urbanização desempenha um papel crucial na mobilização de investimentos no espaço, tornando-se essencial na geração de valor e, consequentemente, na tentativa de superar as crises decorrentes da acumulação dentro do sistema econômico. Desta modo, o sistema age cada vez mais sobre o espaço urbano, sobrepondo os valores de troca em relação aos de uso a partir de estratégias de produção e valorização imobiliária, espetacularização, despossessão e especulação.

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

CIDADE: DIREITO E SEGREGAÇÃO

Ambos os pensadores (Harvey e Lefevre) enfatizam a importância de repensar e reivindicar os espaços urbanos em prol de uma cidade mais inclusiva, democrática e justa. Desde a gênese, o conceito de direito à cidade apresenta uma faceta teórica e conceitual aliada a uma prática reivindicativa, evocada e defendida a partir de lutas urbanas e por diversos movimentos sociais como por exemplo o movimento Ocupe Estelita ou a reivindicação do Porto do Capim. A praia é um espaço de apropriação e expressão desse direito à cidade, no entanto, não está imune à lógica de pensar a cidade como um produto, intensificada contemporaneamente com as práticas de turismo predatórias e de valorização e especulação imobiliária, em que não só são criados espaços de consumo (lojas, comércios...), mas há a promoção do próprio consumo do lugar (Harvey, 2008). Um exemplo desse processo aconteceu na Grécia, os donos de aluguel de guarda sol etc vendem a praia para o turísta, a ocupação é tanta que muitas vezes impossibilitava o uso da faixa de areia (Figura 11). Os moradores foram reivindicar o direito de acesso gratuito às praias, estendendo toalhas na areia para exigir acesso gratuito às suas praias e à natureza, sem ter que pagar caro por isso.

FIGURA 11-MANIFESTAÇÃO RESGATEM A PRAIA.

FONTE: bbc (2024).

Por mais que essas reivindicações sejam diversas e se referem a diferentes espaços da cidade - seja centros históricos, áreas obsoletas, espaços residenciais ... todas são fundamentados pelos direitos garantidos pela constituição federal. No contexto das praias, a Constituição estipula que é necessário garantir "um acesso desimpedido e incondicional às praias e ao oceano, em todas as direções e sentidos, exceto nas áreas identificadas como relevantes para a segurança nacional ou abrangidas por leis específicas de proteção" (BRASIL, 1988). Tendo em vista que Lefebvre (2008) enfatiza o direito à apropriação e a produção do espaço urbano como um direito coletivo à vida urbana.

A malha urbana de uma cidade refere-se ao espaço não edificado, onde ocorre a vida urbana/ pública dos indivíduos (Setton, 2005). Apresenta uma configuração espacial, esta, detém simultaneamente uma uma natureza física relacionada à sua própria forma/geometria e uma natureza social, uma vez que os fluxos que nela ocorrem são produto de relações sociais preexistentes. (Silveira; Silva, 2018, Hillier, 1996, Vaughan,2007). Em relação a sua forma física, eixos diretamente ligados a uma determinada via estão a um passo topológico dela e as vias diretamente conectadas a esses eixos estão a dois passos topológicos da primeira, e assim sucessivamente. A quantidade de passos topológicos está relacionado ao quão rasa ou profunda uma via é, sendo quanto menor o somatório das profundidades de todas as linhas axiais em relação a ela, dividida pelo número total de linhas menos um, mais integrada a via em questão é.

Segundo a teoria das cidades como economias de movimento (Hillier 1996), a malha urbana estrutura o movimento, que por sua vez influencia a localização de atividades no território. Isso significa, que vias mais integradas topologicamente, isto é, mais próximas em passos topológicos das outras linhas do sistema, apresentam maior movimento potencial e que certos usos, como serviços e comércios, se beneficiam desse fluxo mais intenso, também contribuindo para atrair mais pessoas a passarem pelo local. Um exemplo claro disso é a alta presença de atividades comerciais nas principais vias da cidade, enquanto que vias locais os usos são predominantemente residencial. Em relação a sua natureza social, os percursos interpretados como rotas ou caminhos, inicialmente espontâneos, se estabelecem como um movimento entre um pontos por meio de influências socioespaciais (Silveira; Silva, 2018).

Segundo Villaça (2001) o espaço intra urbano é estruturado pelas condições de deslocamento do ser humano seja enquanto força de trabalho, seja enquanto consumidor. Isso significa que deslocamentos casa-trabalho, casa-mercado etc. estão embebidos dos valores das classes sociais aos quais pertencem.

FIGURA 12 – O SOL É PARA TODOS

FONTE: acervo da autora (2022).

2.2 ESPAÇOS LIVRES: separações, encontros e trocas.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

ESPAÇOS LIVRES: separações, encontros e trocas.

"Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram." (PARK, 1916,)

A frase declarada por Park, retoma a ideia de como diferentes grupos sociais vivenciam a cidade e os espaços públicos de formas diferentes. Cada indivíduo conhece fragmentos de uma mesma trama constituindo a sua própria. Pessoas com capital aquisitivo maior, geralmente apresentam mais facilidade de acessarem espaços e outros recursos urbanos enquanto redes sociais de pessoas mais pobres tendem a serem menores, influenciando também em um capital social menor - redes de relações sociais que rendem recursos de apoio a grupos e indivíduos. Na medida em que esses indivíduos se assemelham em termos sociais, é mais provável que suas redes de trajetos e lugares também se encontrem, enquanto grupos sociais muito distintos apresentam esferas de copresença reduzidas (Netto et al., 2015)

Além da configuração espacial da malha urbana, os encontros de diferentes na cidade também se relacionam com modais de transportes (Hillier, 1996; Hillier E Iida, 2005; Netto Et Al., 2015). Viagens de automóveis particulares representam um trajeto de baixíssima, se não, nenhuma, interação social com a vida urbana, diferentemente do transporte coletivo em que as pessoas precisam ter um contato com o meio urbano para utilizá-lo e há a copresença de pessoas no mesmo local. A copresença não é garantia de interação social mas sua ausência impossibilita que qualquer troca aconteça.

De modo mais local, esses encontros também estão atrelados ao quão caminhável o ambiente construído é, incluindo a presença e disposição de infraestrutura e mobiliário urbano, na medida em que podem reduzir a necessidade de realizar viagens motorizadas, ampliar a possibilidade de encontros e trocas, além de ser uma alternativa mais sustentável. (Gehl, 2010; Whyte, 2009; Speck, 2016). Em deslocamentos entre bairros próximos, a mobilidade a pé ou de bicicleta é mais recorrente. No entanto, para que essa dinâmica seja viável, é necessário que a estrutura urbana seja marcada por uma alta densidade populacional e uma variedade de usos do solo, acompanhados de um design urbano adequado a esses modos de transporte. (Cervero, Sarmiento, Jacoby, Gomes e Neiman, 2009).

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

ESPAÇOS LIVRES: separações, encontros e trocas.

Apesar de naturalmente os usos seguirem a configuração, e esta ser o "motor primário" do movimento, alguns equipamentos urbanos podem ser classificados como magnetos atratores de fluxos e atividades, porque apesar de não se situar em locais bem integrados à malha urbana da cidade conseguem promover um fluxo significativo de movimentações, podendo também proporcionar encontro de pessoas de perfis diversos vindo de diferentes locais na cidade.

Ademais, os espaços públicos de lazer são muito importantes para a co presença de pessoas de diferentes grupos sociais. Há inúmeros motivos pelos quais um indivíduo deseja frequentar ou não em um local, um deles é a vitalidade urbana. Segundo Maas (1984) a vitalidade urbana seria qualidade espacial "decorrente de uma variedade de oportunidades comerciais e de entretenimento únicas, aliadas a uma grande presença de pessoas a pé socialmente heterogéneas".

De acordo com Gehl (2013), um dos fatores que influenciam a vitalidade urbana de uma região, é justamente a variedade de usos que ela agrega. Além de fachadas ativas, Jacobs (1961), afirma que quadras curtas, uma proximidade das edificações com a rua e o usos comerciais nos pavimentos térreos também são características do ambiente construído que impulsionam a animação urbana e consequentemente a copresença de grupos sociais diversos.

Para além de sua função primária como um local de circulação, o espaço público é definido principalmente como um espaço de utilização coletiva, como um domínio aberto a todos, e como a base estrutural essencial que sustenta a longevidade garantida da cidade (Panerai, 1994).

Segundo Lynch (1960), a denominação espaços livres está apoiada na condição de oferecer livre acesso, permitindo às pessoas agirem livremente (Lynch 1960).

Fomentar espaços de troca ajudam a construir um capital social positivo e atenuar tensões preexistentes, haja vista que, espaços onde o reconhecimento mútuo entre pessoas é facilitado, apresentam também o potencial de cultivar uma maior aceitação das diferenças no contexto urbano (Holanda, 2013).

FIGURA 13- APROPRIAÇÃO ESPACIAL NO PARQUE PARAYBHA

FONTE: acervo da autora (2022).

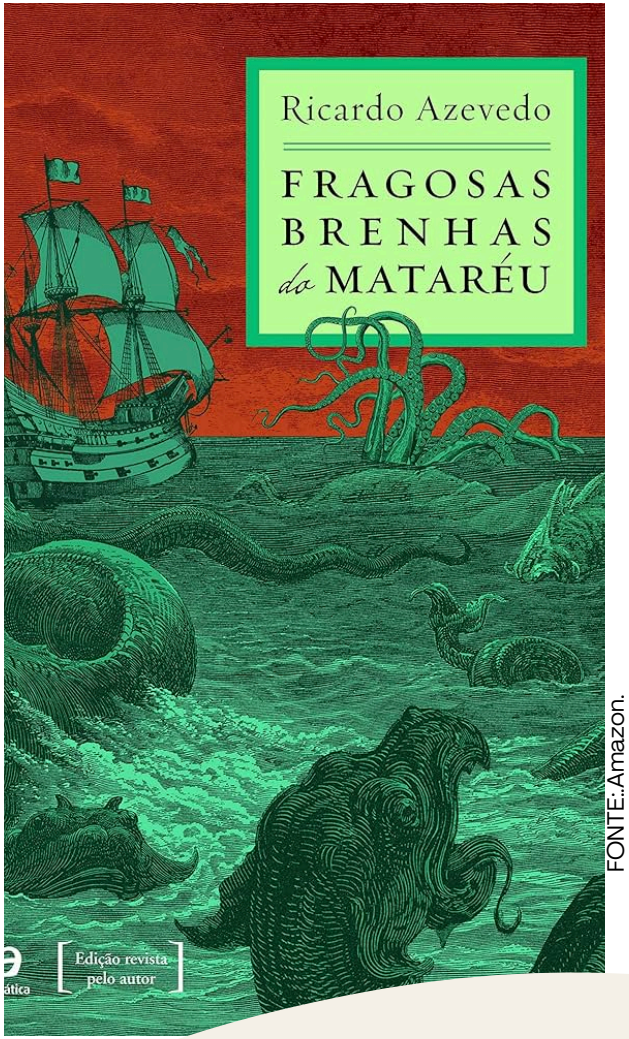
2.3 PRAIAS: imaginário e importância

As praias representam espaços socioculturalmente importantes para as cidades litorâneas brasileiras. São referências altamente valorizadas no imaginário coletivo acerca do país tanto nacionalmente quanto para o olhar estrangeiro. Esses espaços, por si, só carregam um grande potencial de atratividade que vai além da valorização simbólica: atualmente, condensam inúmeras práticas, hábitos e ritos. No entanto, considerando a relação entre o imaginário social e o espaço como mutáveis, esse cenário atual é fruto de um processo de mudança no modo de apreciação das áreas litorâneas que se deu através da alteração de seu próprio conteúdo simbólico construído ao longo da história (Ferreira; Silva,2001)

O imaginário social acerca das praias esteve relacionado de forma indissociável com as representações e atribuições de significados conferidas ao mar.

Originalmente, estas estiverem vinculadas às narrativas de viagens com naufrágios, monstros marinhos e tormentas, o que o associava ao temor ao lugar do desconhecido (Figura 14). De acordo com Delumeau (1989), parte desse medo em relação ao mar é um reflexo das condições tecnológicas do período, uma vez esse aspecto se relaciona com a capacidade que a civilização vai ter de responder às múltiplas agressões do meio. O medo do mar também estava ligado à necessidade de proteção bélica, dado que os invasores na maioria das vezes vinham pelo litoral. Com a revolução científica, ocorrida entre os séculos XVI e XVIII, na Europa Ocidental, as pessoas passaram a procurar compreender o espaço, seus elementos e fenômenos através da observação e não a buscar explicação de maneira externa, sem base empírica.

FIGURA 14- CAPA LIVRO FRAGOSA BRENHAS DO MATARÉU.



FONTE: Amazon.

2.3 REFERENCIAL TEÓRICO

PRAIAS: IMAGINÁRIO E IMPORTÂNCIA

FIGURA 15-ALQUIMIA

FONTE:. Questão de ciência

É nesse contexto que a comunidade médica sofre um redimensionamento de seu papel, alcançando uma posição de prestígio na sociedade. Desta forma, o discurso proferido por esse grupo teria um alto grau de aceitação (Corbin,1989). Como afirmou Vovelle:

> *"... o poder desempenha papel fundamental para "moldar crenças e valores de outras pessoas através de controle sobre a mídia ou instituições educacionais (Vovelle, 1987, p. 77)."*

Os médicos da época, balizados pela teoria dos Miasmas, acreditavam que ambientes aquosos eram os maiores responsáveis pela constituição de doenças. Além disso, a combinação fogo (calor) e água (mar), assim como a presença de matéria orgânica contribuiria para o surgimento de doenças e para a "formação dos miasmas".

A partir de fins da década de 1850, a preocupação constante com a condição de salubridade implicava a análise da ação humana nos diversos ambientes. Naquele período, com a revolução industrial, as cidades passaram a ser lócus de produção e, assim, a receber grandes contingentes populacionais em um curto período de tempo. Como não possuíam, na época, infraestrutura adequada para receber os novos habitantes, a aparição de surtos epidêmicos tornou-se mais frequente.

Na medida em que se discutia o estado sanitário das cidades, foi imputada maior responsabilidade ao meio social e, de maneira inversa, cada vez menos ao meio natural, ou seja, fatores sociais e urbanos passam a serem entendidos como determinantes na saúde nas cidades. Essa mudança de perspectiva reflete uma abordagem mais moderna e compreensiva da saúde pública (Ferreira; Silva,2001)

2.3 REFERENCIAL TEÓRICO

PRAIAS: IMAGINÁRIO E IMPORTÂNCIA

Além disso, discussões sobre aspectos qualitativos, como a importância da ventilação para a cidade e também para as habitações e a condenação de extravasamento do lixo nas áreas litorâneas ganharam mais força e as recomendações feitas pelos médicos influenciaram a criação de novas legislações urbanísticas. De acordo com Ferreira e Silva (2001, p. 204), “é a partir destas ideias nascidas no âmbito do discurso médico e de sua conversão em prática urbana que a cidade começa, verdadeiramente, a se voltar para o mar.” Por volta de 1880, a comunidade médica começou a discutir cada vez mais sobre as benesses da hidroterapia, e passou a defender de maneira mais forte a imersão do corpo humano na água do mar. Esse processo que, no Brasil, ocorre de forma pioneira no Rio de Janeiro (Figura 12), então capital federal, ocorreu de forma semelhante em outras cidades litorâneas brasileiras alterando as lógicas e estratégias de produção do seu espaço urbano, já que esses espaços tornam - se interessante para a classe dominante.

Figura 16 -BANHO DE MAR EM COPACABANA

FONTE: Pinterest.

Segundo Villaça (2001), quando as classes de maiores rendimentos se deslocam na cidade, isto é, quando passam a residir em novas áreas, estimulam a instalação dos investimentos em infraestrutura e melhorias urbanas naqueles espaços, ao mesmo tempo que reforçam, em suas estratégias de promoção imobiliária, os novos conteúdos simbólicos atribuídos às áreas litorâneas. A transformação das praias, de destinos exclusivos da elite para locais de turismo em massa, demandou uma revolução tecnológica (nos transportes, na indústria e nos serviços), um avanço social (com a classe trabalhadora desfrutando de férias remuneradas) e mudanças demográficas (o desejo de residir no litoral). Isso resultou na adoção de práticas marítimas contemporâneas dentro das cidades, alterações nos paradigmas sociais e impactos sem precedentes sobre o meio ambiente natural (Costa et al. 2008). Desse modo, o uso de praias urbanas consolida o desejo social por elas, enquanto símbolo de status quo, principalmente em países tropicais e subtropicais, onde as condições climáticas favorecem o uso quase contínuo desses ambientes ao longo do ano e, favorecendo a criação de diversas formas de “cultura balneária” ou “cultura de praia”.

2.3 REFERENCIAL TEÓRICO

PRAIAS: IMAGINÁRIO E IMPORTÂNCIA

No entanto, a produção desses territórios torna-se problemática quando esse processo é dado de forma alheia à preservação de características naturais da orla e, também, à manutenção das praias como espaço de interesse coletivo (RAMOS, 2009).

> *"É necessário levar em conta que a levado em consideração que a transitoriedade morfológica, ecológica e social são processos contínuos de transformação da paisagem terrestre e marítima e que a praia é muito mais do que a faixa de areia onde se estende a toalha." (Costa et.al., 2008, p235).*

A produção imobiliária nas frentes de mar tem sido uma questão controversa em diversas regiões do mundo. Frequentemente, grandes projetos de desenvolvimento imobiliário em áreas costeiras levam à privatização ou ao controle restrito do acesso às praias, prejudicando as comunidades locais e a preservação ambiental. Por exemplo, grandes resorts, hotéis de luxo e condomínios exclusivos podem monopolizar extensas faixas de praia, restringindo o acesso público a essas áreas.

O turismo predatório é outro problema associado à exploração excessiva das praias e ao desenvolvimento imobiliário descontrolado. O turismo predatório pode se manifestar de várias formas, como a sobrecarga de infraestrutura, a pressão sobre os recursos naturais e culturais, e o desrespeito às tradições locais ou através da exploração do espaço como aconteceu no caso da revolta das toalhas na Grécia.

As consequências desses processo vão desde a degradação do meio ambiente até a perda da identidade cultural da região. Portanto, a ideia central é que a praia é um bem público e todos devem ter acesso livre a ela. As políticas de desenvolvimento e turismo precisam ser equilibradas com os interesses das comunidades locais e a proteção ambiental. Só assim será possível garantir que as praias continuem sendo um espaço para todos desfrutarem, sem prejuízos sociais ou ambientais.

A relevância dos espaços públicos está intrinsecamente ligada ao seu valor social e à sua função de promover comunidades socialmente justas. Esses locais além de promover interação social (Figura 17), favorecem a construção de relações comunitárias, onde as pessoas desenvolvem habilidades para conviver com a diversidade. Também servem como palco para manifestações políticas e sociais, potencialmente impulsionando a democracia e a igualdade. Assim, esses espaços desempenham um papel crucial no desenvolvimento e prosperidade tanto das pessoas quanto de suas sociedades (Serpa, 2014;Low, 2023).

Os equipamentos públicos comunitários referem-se a instalações e espaços de infraestrutura urbana designados para a prestação de serviços públicos nas áreas de educação, saúde, cultura, assistência social, segurança, esportes, lazer, entre outros (BRASIL, 2023). Da mesma forma que espaços públicos urbanos, os espaços coletivos cobertos servem para alívio da população e para interações sociais não programadas (Jens e Gregg, 2021). A palavra "lazer" tem origem no latim "Licere," que significa "ser permitido, desta forma desta forma, o lazer pode ser compreendido como a utilização do tempo em atividades livremente, o lazer desempenha o papel de abrandar as tensões cotidianas e para o exercício da cidadania e liberdade individual Mascarenhas (2004).

FIGURA 17 -AVENIDA PAULISTA

FONTE:Acervo da autora (2023).

2.4 EQUIPAMENTO: Centro de apoio ao lazer.

2.4 REFERENCIAL TEÓRICO

EQUIPAMENTO: CENTRO DE APOIO AO LAZER.

Segundo Pellegrin (2000), espaços de lazer seriam lugares em que se desenvolvem ações, atividades, projetos e programas de lazer de modo geral, podendo se referir a um lugar específico ou para caracterizar determinado equipamento. Em um contexto mais abrangente, o espaço de lazer está relacionado a uma política de lazer, isto é, a maneira que são organizadas os diferentes equipamentos em uma cidade, seja em termos de localização/ distribuição, ou em tipo de possibilidades que eles oferecem. O termo também engloba os espaços livres urbanos e áreas verdes que potencialmente podem ser transformados concretamente em equipamento de lazer. Requixa (1980) propõe três diretrizes para estabelecer uma política de lazer eficaz: criação de equipamentos, aumento do tempo livre ou redução da jornada de trabalho e animação sociocultural.

A primeira diretriz, criação de equipamentos, segundo o mesmo auto os equipamentos de lazer podem ser divididos em não específicos. e específicos. Os equipamentos não específicos são aqueles que, inicialmente, foram construídos para finalidades diferentes do lazer, mas que eventualmente desempenham esse papel, como por exemplo espaços religiosos, são criados para exercício da vida espirítual mas também apresentam um caráter de lazer e socialização. Já os equipamentos específicos são locais adequados para lazer diário, de fim de semana ou de férias, e podem ser classificados em diferentes três categorias micro equipamento, equipamento médio, macroequipamento:

- O micro equipamento é pequeno e focado em atividades específicas de lazer para uma população restrita.
- O equipamento médio é maior e atende a uma variedade de interesses, sendo menos comum que o micro equipamento.
- O macro equipamento é de grande porte, projetado para receber um grande número de pessoas, com vastas áreas verdes e é mais utilizado nos fins de semana.

Os equipamentos de lazer são formas urbanas concretas sobre as quais atuam diversos agentes de ordem econômica e política. O poder público detém papel fundamental na promoção de equipamentos públicos, é responsável por planejar e investir na criação e manutenção de equipamentos públicos, garantindo que eles atendam às necessidades da população. Deve assegurar que os equipamentos públicos sejam acessíveis a todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica ou localização geográfica.

2.4 REFERENCIAL TEÓRICO

EQUIPAMENTO: CENTRO DE APOIO AO LAZER.

Devido ao incentivo a adoção de novas tecnologias e práticas inovadoras é comum que aconteça parcerias com o setor privado. No entanto, os equipamentos de esporte e lazer não devem ser diminuídos ao olhar mercantil e sim explorados segundos sua pluralidade de possibilidades sem restringir a população ao uso vinculado ao consumo. Além disso, a construção e manutenção de equipamentos de esporte e lazer deve estar aberta às possibilidades de gestão participativa e popular, políticas de acessibilidade e auto-sustentabilidade, de organização urbana (Padilha 2003; Marcellino, 2007; Mendes, 2010). A segunda diretriz diz respeito ao aumento do tempo livre, um fator que não depende apenas das políticas públicas.

Requixa destaca que o tempo livre aumentou ao longo dos últimos 150 anos, embora ainda haja discrepâncias quanto à redução da jornada de trabalho entre trabalhadores e empregadores no Brasil.
A terceira diretriz envolve a animação sociocultural, destacando a importância de recursos materiais para a atuação dos animadores culturais. Apenas ter espaços para lazer e esporte não é suficiente se eles não forem animados. Requixa conclui que ainda há muito a ser feito para implementar políticas públicas e privadas que planejem cidades com equipamentos adequados para a animação sociocultural, promovendo educação física, esporte e lazer para beneficiar a população. No contexto das praias. No Brasil, não existe uma categoria específica de equipamento dedicado ao lazer em praias.

Normalmente, esse serviço é oferecido pela própria infraestrutura disponível nas orlas. Quando essa infraestrutura é ausente, o uso das praias tende a ser associado a atividades privadas, muitas vezes limitado pelo consumo. Uma tipologia que se aproxima desse objetivo são os terminais turísticos, locais criados para receber turistas que chegam ao município, não necessariamente em áreas litorâneas, que contam com ambientes de apoio para os visitantes e infraestrutura adequada para veículos principalmente ônibus de turismo. Em João Pessoa, muito desse ônibus de turismo se deslocam para os usos de comedoria como o Camarão Grill, justamente por oferecerem diversas comodidades (Donegan; Carneiro, 2023)

2.4.1 REFERENCIAL TEÓRICO

LIFE SAVING CLUBS

Os "Life Saving Clubs" são organizações dedicadas à segurança aquática e à prevenção de afogamentos, muito comuns na Austrália (Figura 18). Esses clubes geralmente estão localizados em praias ao longo da extensa costa australiana. Os membros desses clubes, muitos dos quais são voluntários, passam por treinamento extensivo em técnicas de resgate, primeiros socorros e outras habilidades relacionadas à segurança na água. Além das atividades de salvamento, muitos desses clubes australianos estão envolvidos em programas educacionais, como aulas de natação, treinamento de jovens salva-vidas e campanhas de conscientização sobre segurança nas praias. Além disso, muitos Life Saving Clubs organizam competições esportivas, como corridas de surf e eventos de natação, para promover a aptidão física e a camaradagem entre os membros.

Os Life Saving Clubs desempenham um papel crucial na cultura australiana, contribuindo significativamente para a segurança nas praias e para a formação de uma comunidade forte e coesa em torno das atividades aquáticas. No Brasil não há tipologias públicas específicas para dar apoio ao uso da praia, e os life saving clubs funcionam através da promoção de eventos educativos sem um equipamento fixo para dar apoio constante a essas atividades.

FIGURA 18 - PRIMEIRO LIFE SAVING CLUB DA AUSTRÁLIA

FONTE: Nacional Museum of Australia.

2.4.1 REFERENCIAL TEÓRICO

LIFE SAVING CLUBS

m João Pessoa. por volta de 1972 os posto de observação dos Guarda-vidas em eram feitos de alvenaria (Figura 21), no entanto devido a falta de manutenção cedeu e matou um cidadão e nunca mais foi reconstruído. Os serviços eram prestados pelos bombeiros militares ainda ligados à Polícia Militar na época. Atualmente a patrulha de salva vidas é feita geralmente com helicópteros ou com quadrículos. Não há uma pulverização de postos ao longo da costas da cidade, há apenas um BBS (Batalhão de Busca e Salvamento) para promover a segurança aquática, localizado na praia do Cabo Branco.

FIGURA 19-SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO

SOBRASA

LifeSaving Club

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO

FIGURA 20- ATIVIDADES LIFE SAVING CLUB NO BRASIL.

FONTE:. sobrasa.

FIGURA 21- POSTO DE OBSERVAÇÃO DOS GUARDA-VIDAS EM 1972 EM JOÃO PESSOA-PB

FONTE:. sobrasa.

3. REFERÊNCIAL PROJETUAL

3.1 REFERÊNCIAL PROJETUAL

APRESENTAÇÃO FOD PROJETOS CORRELATOS

Para contribuir para a formação do repertório de referências projetuais, foram selecionados 4 projetos correlatos para serem analisados, dois internacionais e dois nacionais. Além da coerência com as intenções projetuais, também foi critério de escolha a diversificação das escalas entre os projetos, já que a tipologia em construção objetiva explorar uma relação mais próxima com o espaço público. Como metodologia, serão descritas separadamente as principais características de cada projeto. Ao final, será apresentado um quadro síntese indicando como os correlatos contribuirão na elaboração do projeto, dando ênfase nos seguintes aspectos:

- programa de necessidades;
- volume/implantação;
- aspectos conceituais;
- espacialização;
- materiais e estrutura.

FIGURA 22- QUADRO DE PROJETOS CORRELATOS UTILIZADOS NESTE TRABALHO.

MELBOURNE LIFE SAVING CLUB

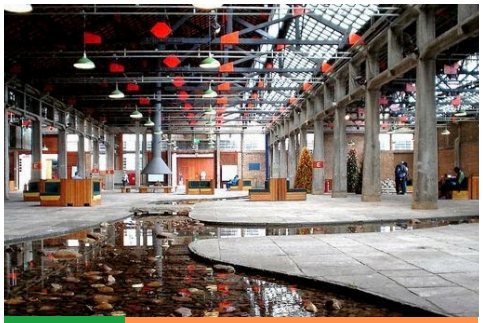
- Jackson Clements Burrows Architects
- 2019

CALÇADÃO EM TEL AVIV

- Mayslits Kassif Architects
- 1986

CENTRO COMUNITÁRIO CAMBURI

- RU! Architects
- 2018



SESC POMPEIA

- Lina Bo Bardi
- 1986

FONTE:. Elaborado pela autora (2024)

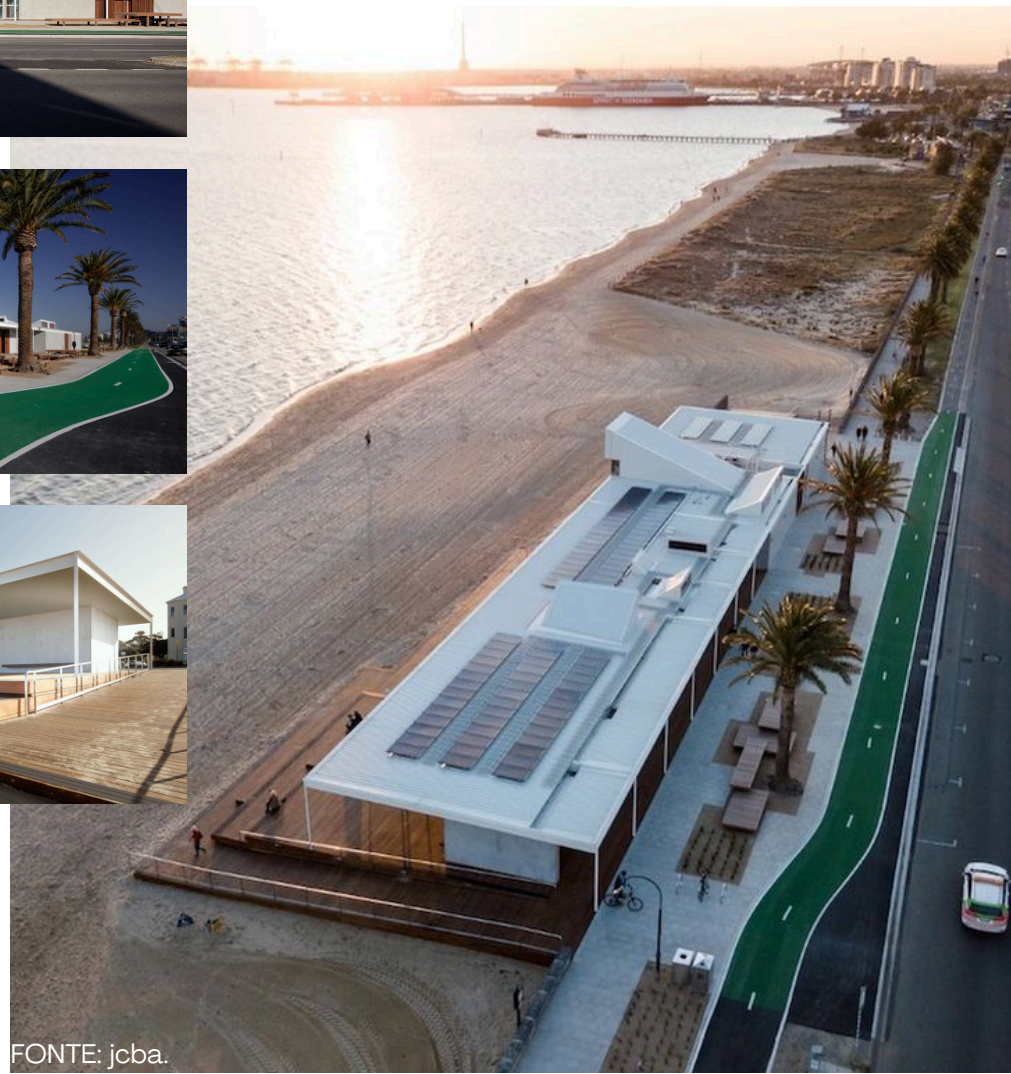
3.2 REFERÊNCIAL PROJETUAL

MELBOURNE LIFE SAVING CLUB

O South Melbourne Life Saving Club foi concebido em resposta à linha costeira linear que se estende de St Kilda a Port Melbourne. Situado na margem de uma via costeira, o design do calçadão da praia concentra-se principalmente no movimento linear norte/sul, resultando em uma forma construída que capta e celebra esse fluxo dinâmico e a silhueta do horizonte.

Como um **edifício público**, a ênfase dos arquitetos foi torná-lo aberto e acessível à comunidade, através de um volume minimalista que garante alta permeabilidade e proporciona o "emolduramento" da paisagem. Reconhecendo a localização como um destino de lazer popular, os amplos decks com terraço estendem-se da varanda até o nível da praia (Figura 25). Esses espaços oferecem generosas oportunidades para que o clube e a comunidade possam desfrutar e habitar a atmosfera à beira-mar.

FIGURA 23,24,25 E 26 - IMAAGENS MELBOURNE LIFE SAVING CLUB



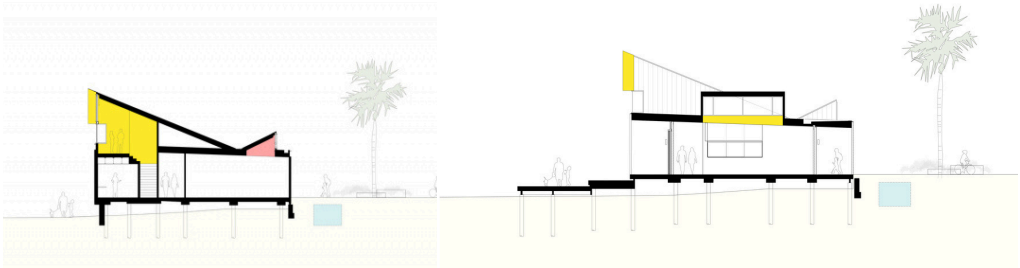
FONTE: jcba.

3.2 REFERÊNCIAL PROJETUAL

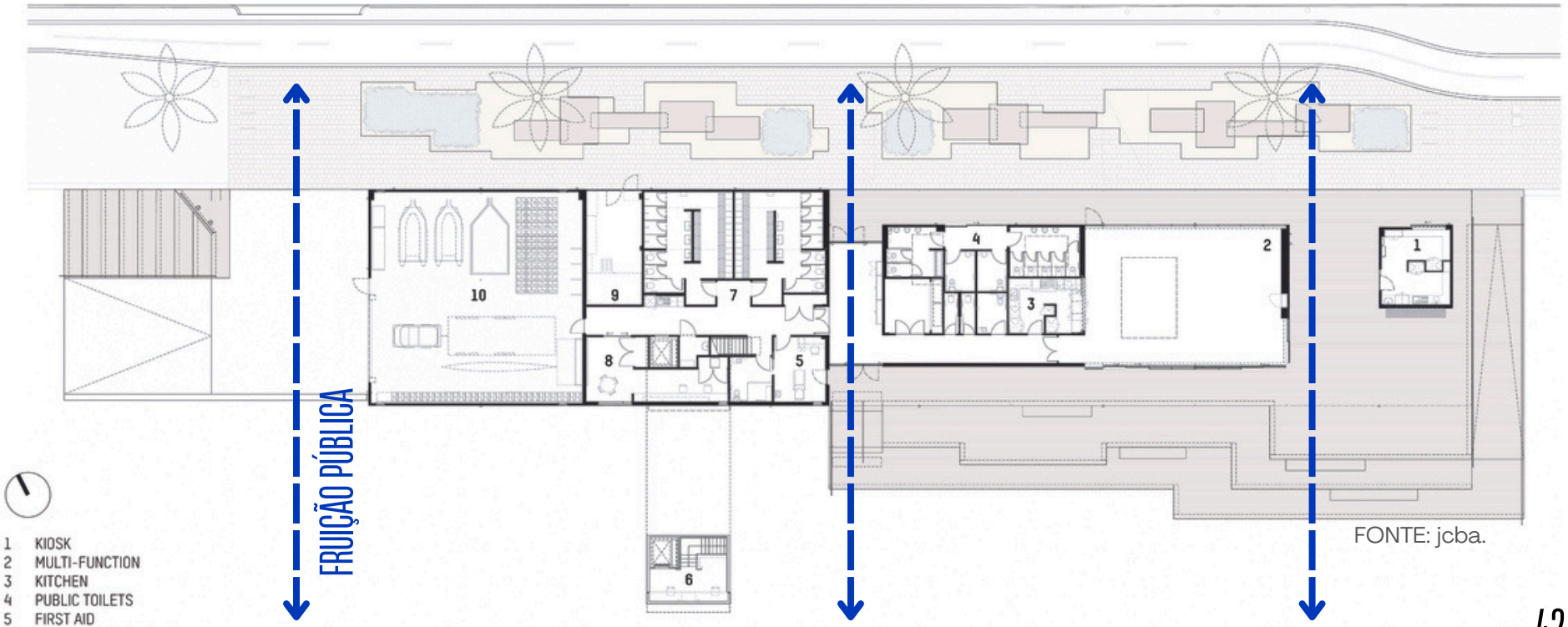
MELBOURNE LIFE SAVING CLUB

A transparência do espaço multifuncional na parte sul, juntamente com o deck coberto e aberto, incentiva a contemplação da baía e proporciona uma oportunidade para pausas e interações com a praia, o clube e **eventos comunitários** em curso. A sala de observação e as clarabóias iluminam os interiores de maneira vibrante, evocando a atmosfera de velas e atividades náuticas

FIGURA 27 E 28- CORTES E PLANTABAIXA MELBOURNE LIFE SAVING CLUB



FONTE: jcba.



FONTE: jcba.

3.3

REFERÊNCIAL PROJETUAL

CALÇADÃO CENTRAL DE TEL AVIV

Desde a sua construção no final da década de 1930, o calçadão central de Tel Aviv, cercado por edifícios de estilo Bauhaus, foi essencial para estabelecer a ligação entre a cidade em constante transformação e a sua orla. Ao longo de suas diferentes etapas, a passagem elevada serviu como uma linha divisória entre a cidade e sua praia.

FIGURA 29- EVOLUÇAÕ DO CALÇADÃO DE TEL AVIV

1930' S 1960' S 1980' S 2018

FONTE: Archdaily.

O projeto de renovação teve como objetivo transformar essa barreira histórica, criando uma nova interface contínua que facilita o movimento livre de pedestres para a praia, ao longo da orla central da cidade. Para isso, o projeto aproveitou as edificações existentes na faixa de areia, para criar espaços de mirante no topo delas. Em locais que a diferença de altura era mais suave, foram instalados plataformas com assentos, grandes áreas sombreadas e novos equipamentos de lazer, como instalações esportivas, quadras de esportes, parques infantis e áreas de relaxamento sob as palmeiras.

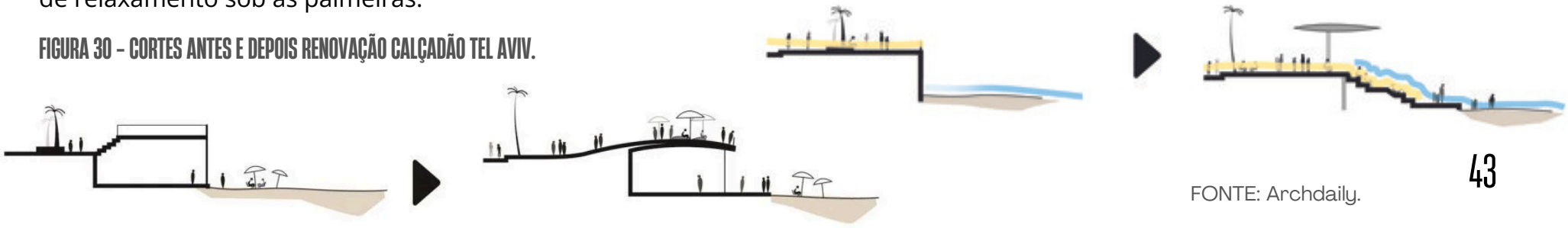
FIGURA 31- ANTES E DEPOIS RENOVAÇÃO DO CALÇADÃO DE TEL AVIV

After

Before

FONTE: Archdaily.

FIGURA 30 - CORTES ANTES E DEPOIS RENOVAÇÃO CALÇADÃO TEL AVIV.



FONTE: Archdaily.

3.3 REFERÊNCIAL PROJETUAL

CALÇADÃO CENTRAL DE TEL AVIV

O Projeto de Intervenção do Calçadão de Tel Aviv é referência em diversos aspectos, como a conexão entre os espaços construídos da cidade e a praia, em que se trabalha diferentes escalas de **fruição pública** (Figura 32) priorizando o pedestre através do uso de escadas e rampas para ajudar os visitantes não só a acessarem a praia mas a apreciarem a paisagem natural. O uso da acessibilidade universal em todos os aspectos do projeto permitiu que a renovação reduzisse os impactos ambientais ao mínimo. O novo calçadão e seus espaços de estar foram cuidadosamente planejados para oferecer uma variedade de assentos e oportunidades de relaxamento ao longo da costa, atraindo um grande número de novos visitantes e estabelecendo um espaço público acolhedor e vibrante para esta densa área urbana.

FIGURA 32 -FRUIÇÃO PÚBLICA NO CALÇADÃO DE TEL AVIV

FIGURA 33 -SITUAÇÃO ATUAL DO CALÇADÃO CENTRLA DE TEL AVIV

FONTE: Archdaily.

3.4 REFERÊNCIAL PROJETUAL

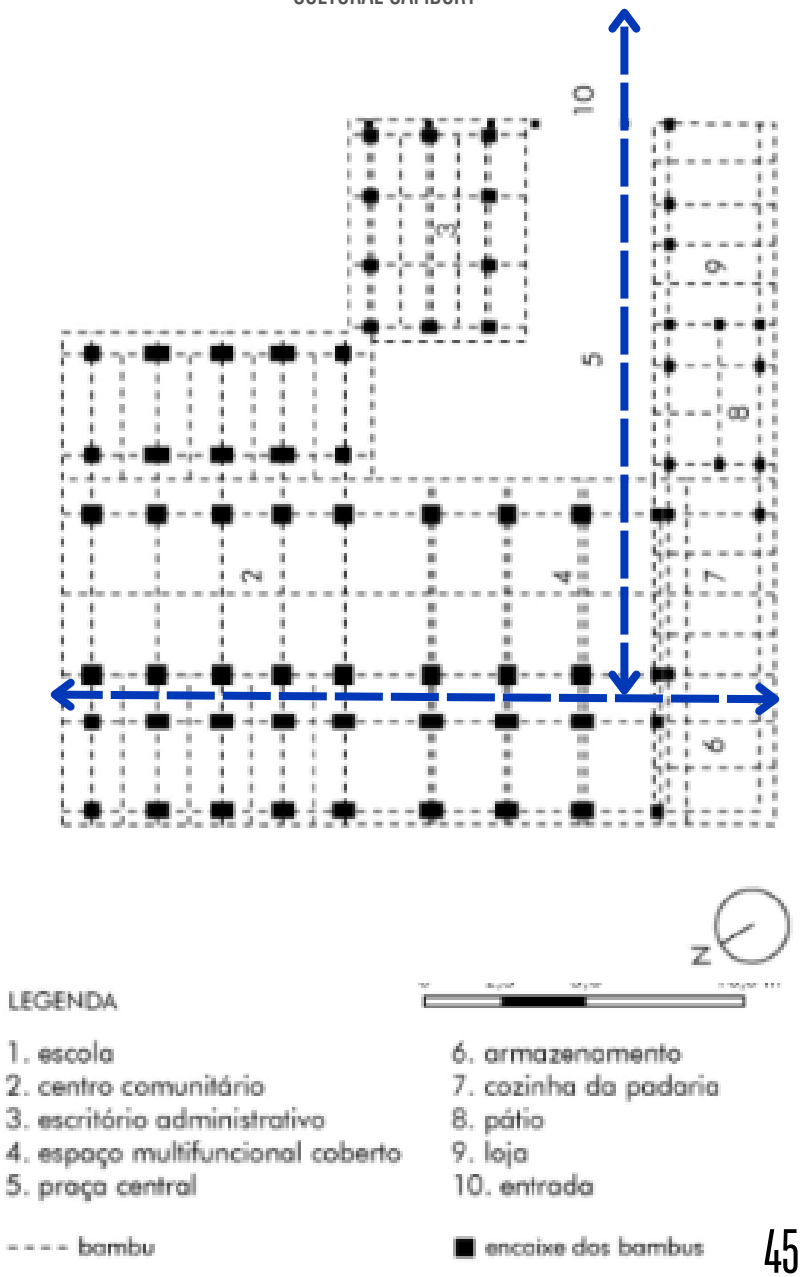
CENTRO CULTURAL CAMBURY

A comunidade de Cambury está localizada na região litorânea do norte de São Paulo, dentro do município de Ubatuba, na fronteira entre Ubatuba e Paraty. Situada no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, a comunidade se encontra na divisa entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A construção do Centro Comunitário de Cambury teve início em 2004. Este projeto faz parte de um esforço para oferecer alternativas de subsistência à população local, distintas da agricultura, que se tornou limitada após a implementação da lei que instituiu o Parque Estadual da Serra do Mar em 1977.

Foi projetado em um lote em frente à praia, O projeto do centro comunitário foi desenvolvido para criar uma ligação estreita com a natureza e a comunidade local, além de servir como ponto central geográfico do bairro, uma vez que se situa em frente a uma escola e ao lado de um campo de futebol. O projeto possui uma área total de 175 m² com uma **fluidez espacial** e uma **multifuncionalidade dos espaços.**

O objetivo principal era transformar o local em um novo ponto de encontro para a comunidade, destacando sua importância entre os residentes. A equipe de arquitetura Cru Arte baseou-se em pesquisa para considerar as demandas locais e, embora recebesse assistência técnica e financeira, os moradores foram responsáveis por decidir o conteúdo e o programa, além de administrar o centro comunitário por meio de uma associação cooperativa.

FIGURA 34 –PRINCIPAIS EIXOS DE CIRCULAÇÃO NA PLANTA BAIXA DO PROJETO DO CENTRO CULTURAL CAMBURY



FONTE: issuu.

3.4 REFERÊNCIAL PROJETUAL

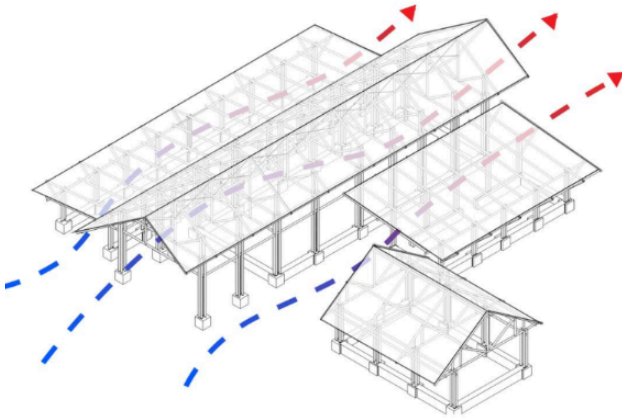
CENTRO CULTURAL CAMBURY

FIGURA 35 E 36- IMAGENS CENTRO CULTURAL CAMBURY.

FONTE: Archdaily.

FONTE: Archdaily.

FIGURA 37-DIAGRAMA EFEITO CHAMINÉ.



FONTE: issuu.

A volumetria consiste em 3 blocos unidos entre si pela união entre as cobertua. Essa solução garante que a edificação se dissolva no lote ao mesmo tempo que garante uma unidade geral. O bloco central não apresenta paredes permitindo uma integração visual os demais blocos.

O projeto utilizou materiais locais, conferindo identidade ao projeto e corroborando com a criação de de uma edificação sustentável. Integrando as técnicas construtivas já familiares à comunidade o uso do bambu e da taipa apresenta não só vantagens econômicas mas efeitos térmicos benéficos a edificação.

O projeto tirou proveito dessa ventilação ao elevar o telhado da edificação, criando um efeito chaminé. Isso permite que as aberturas no topo da edificação retirem o ar quente ascendente, proporcionando maior conforto térmico para o interior do projeto.

3.5 REFERÊNCIAL PROJETUAL

SESC POMPEIA

O SESC Pompeia é uma unidade do Serviço Social do Comércio (SESC) localizada na cidade de São Paulo, Brasil. Esta unidade é conhecida por sua arquitetura inovadora e seu papel vital na promoção da cultura, educação, esporte, lazer e bem-estar para a comunidade local. Projetado pela arquiteta Lina Bo Bardi, foi construído em uma antiga fábrica de tambores e incorpora elementos industriais, como chaminés e estruturas de concreto, em um ambiente **cultural e recreativo.**

Ao lado dos antigos galpões da fábrica de tambores da Pompéia, surge um volume cilíndrico correspondente a torre d'água e dois volumes prismáticos de concreto aparente, onde se localizam as atividades esportivas do projeto. Na edificação onde era a antiga fábrica, a arquiteta promoveu novos usos mais ligados a artes e socialização.

FIGURA 38-SESC POMPEIA.

FONTE: Archdaily.

3.5 REFERÊNCIAL PROJETUAL

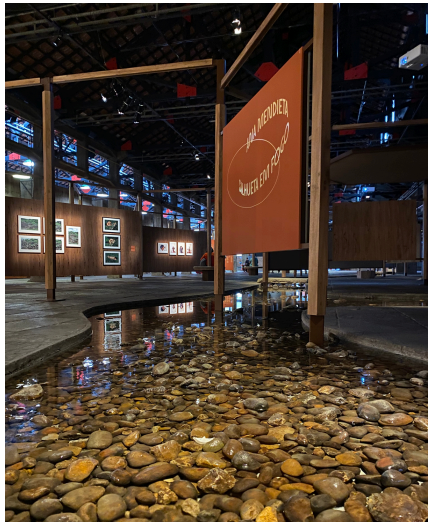
SESC POMPEIA

Inspirada por diversas referências, Lina Bo Bardi introduziu um desafio em seu projeto, especialmente no "**Galpão de Convivência**". Nesse espaço, a arquitetura busca promover a tolerância, sendo totalmente **democrático** e sem hierarquias entre os usuários ou áreas. A proposta é incentivar a realização simultânea de **diversas atividades**, incluindo o ócio, promovendo a "**solidão compartilhada**" como um exercício de não isolamento em espaços arquitetônicos. Ao longo do projeto a arquiteta optou por materiais resistentes e de fácil manutenção.

FIGURA 40 - OFICINA COLETIVA ABERTA AO PÚBLICO

FONTE: acervo da autora (2023).

FIGURA 41- ESPAÇO PARA ESPOSIÇÃO COM FONTE

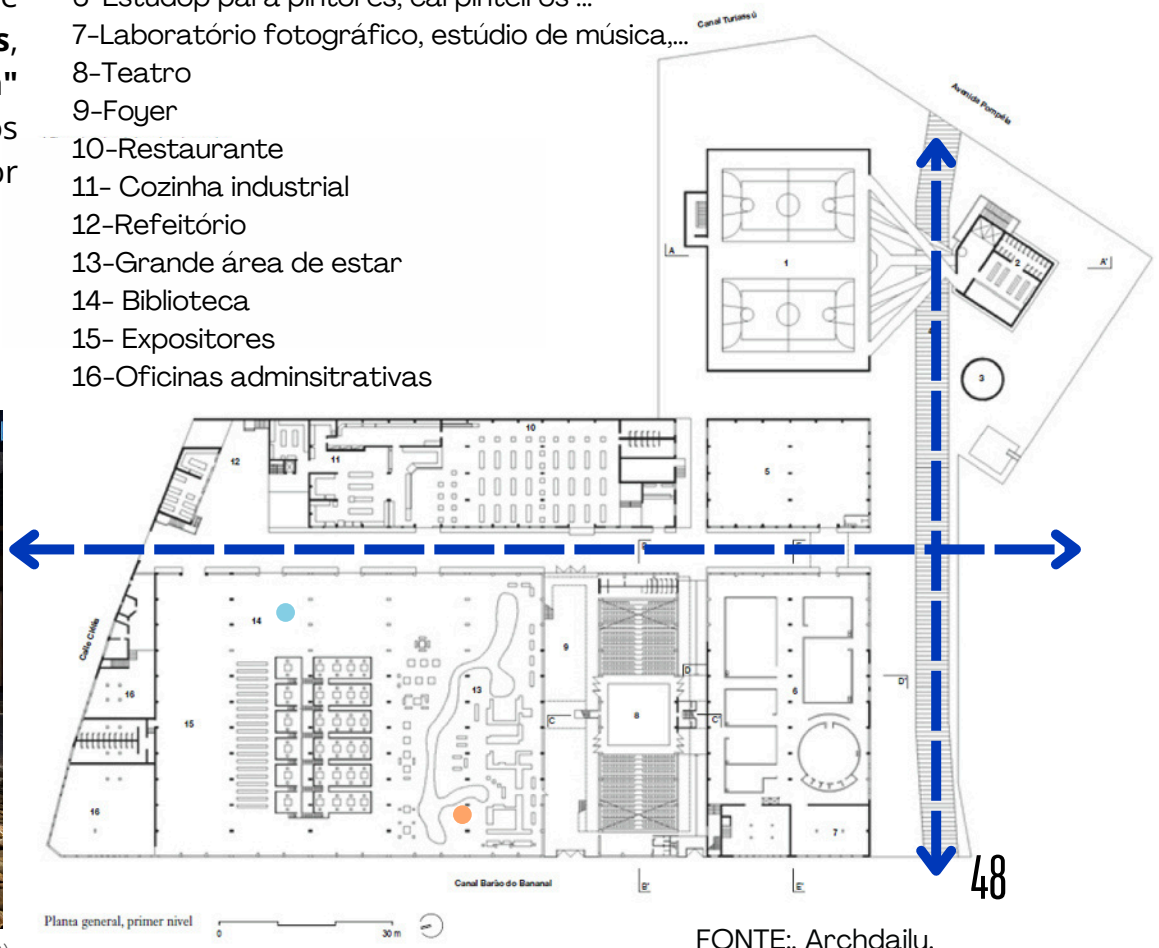


FONTE: acervo da autora (2023).

FIGURA 39- PLANTA BAIXA SESC POMPEIA

Principais eixos de circulação

1- Bloco desportivo, piscinas, ginásio
2-Salas de ginástica...
3-Torre de água
4-Solário
5-Monitoramento
6-Estudop para pintores, carpinteiros ...
7-Laboratório fotográfico, estúdio de música,...
8-Teatro
9-Foyer
10-Restaurante
11- Cozinha industrial
12-Refeitório
13-Grande área de estar
14- Biblioteca
15- Expositores
16-Oficinas adminsitrativas



FONTE:. Archdaily.

3.6 REFERÊNCIAL PROJETUAL

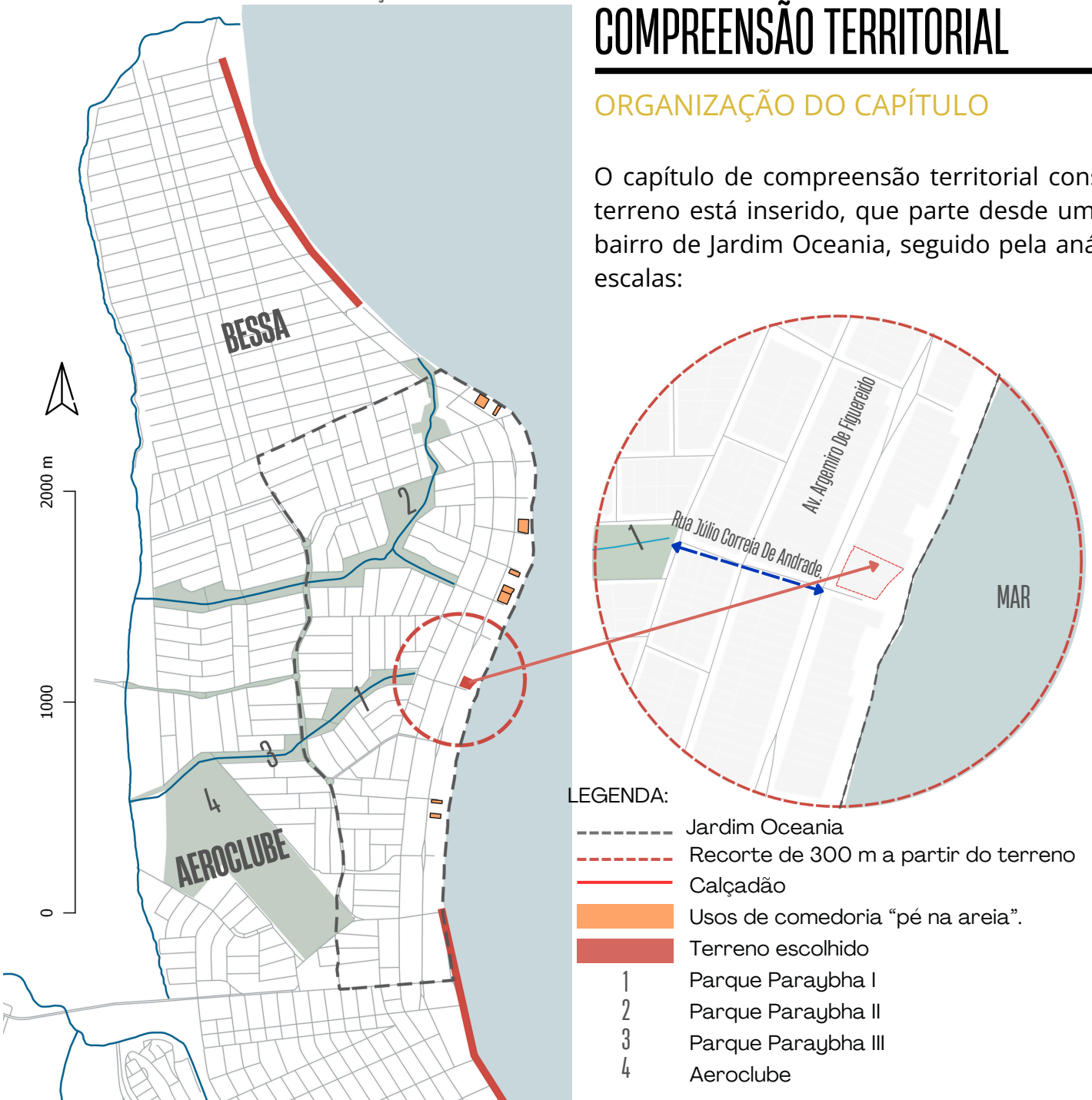
SÍNTESE PROJETOS CORRELATOS

TABELA 01 - SÍNTESE DOS PROJETOS CORRELATOS	**1- MELBOURNE LIFE SAVING CLUB**	**2-CALÇADÃO EM TEL AVIV**	**3-CENTRO COMUNITÁRIO CAMBURI**	**4-SESC POMPEIA**
PROGRAMA DE NECESSIDADES	Depósito de equipamentos salva-vidas; Estação Salva-vidas; Instalações públicas (banheiros, guarda volumes...) Quiosque	Instalações esportivas: quadras de esportes, parques infantis; Áreas de relaxamento sob as palmeiras;	Espaço coberto multifuncional; Ambientes administrativos;	Galpão de Convivência
VOLUME/ IMPLANTAÇÃO	Volume de baixo impacto visual;	Cobertas minimalista	Criação de um empraçamento no interior Jogo de cobertas	Criação de um pórtico de entrada; Jogo de cobertas
ASPECTOS CONCEITUAIS	**"Aberto e acessível"**	**"uma plataforma social comum"**	**"Versatilidade do espaço"** **"ponto de encontro para a cidade"**	**"espaços democráticos e acessíveis"**
ESPACIALIZAÇÃO	Continuidade entre os espaços com cobertos e descobertos	Aproveitamento do desnível para criação de um espaço de contemplação	Criação de um empraçamento no interior	Espaços amplos
MATERIALIDADE E ESTRUTURA	Uso do deck de madeira; mobiliário que promove a copresença		Uso de materiais típicos da cultura caiçara;	• Uso de materiais neutros; • Fonte de água na paginação do piso

FONTE:. Elaborada pela autora (2024).

4. COMPREENSÃO TERRITÓRIAL

FIGURA 42 -LOCAL DA INTERVENÇÃO.



FONTE: elaborado pela autora (2024).

COMPREENSÃO TERRITORIAL

4.1

ORGANIZAÇÃO DO CAPÍTULO

O capítulo de compreensão territorial consiste em um estudo da região onde o terreno está inserido, que parte desde um resgate do processo de ocupação do bairro de Jardim Oceania, seguido pela análise de aspectos morfológicos em três escalas:

1. A primeira corresponde a uma escala mais ampla, que contempla todo o bairro de Jardim Oceania.
2. A segunda corresponde à análise de atributos, como a infraestrutura viária existente, iluminação pública, uso do solo e gabarito, em um recorte de 300 metros a partir do terreno escolhido, considerado uma distância máxima para trajetos a pé (Lima, 2022)
3. Por fim, é feito um estudo das condições do terreno, com enfoque na sua pré-existência e condições naturais.

4.2 COMPREENSÃO TERRITORIAL

DO RIO A PRAIA DO BESSA

Embora atualmente a cidade de João Pessoa apresente uma identidade predominantemente litorânea, sua fundação ocorreu longe da costa, às margens do rio Sanhauá (Moura FIilha, 2012). Fundada em 1585, experimentou um crescimento mais substancial a partir do início do século XX, especialmente com a inauguração da Avenida Epitácio Pessoa. Essa via condutora representa um marco para o desenvolvimento do tecido urbano de João Pessoa, ligando o centro principal da cidade e os novos loteamentos litorâneos.

Em 1907, foi aberto o tráfego de ferrovia que alcançou definitivamente a praia de Tambaú, essa linha seguiu o eixo da Avenida Epitácio Pessoa e em seguida avançou para a futura Avenida Ruy Carneiro, estruturando os bairros de Cabo Branco e Tambaú (Silveira ,2004).

A partir de 1960, observa-se uma ocupação mais significativa da faixa litorânea da cidade anteriormente limitada a algumas casas de veraneio e a comunidades de pescadores (Maia, 2014). Primeiramente, os lotes urbanos eram ocupados por edificações unifamiliares de um ou dois pavimentos com recuos em relação aos limites dos lotes. Posteriormente, a partir da década de 1960, de forma lenta, se deu a instalação de alguns estabelecimentos comerciais e de serviços, assim como a construção de edifícios altos. Tal transformação do uso e ocupação do solo ocorreu de forma mais intensa a partir da década de 1980 (Martins, 2014). As edificações dessa região antes predominantemente residenciais, hoje são bastante variadas com uma enorme quantidade e diversidade de comércio e serviços ofertados.

A partir da segunda metade do século XX, a cidade de João Pessoa passou por um intenso processo de expansão urbana. Enquanto que a zona leste - ocupada pelas classes de alta e média renda - recebeu relevantes melhorias em infraestrutura - dentre elas, destaca-se a execução do Projeto Cura -, a maior parte da população, de menores rendimentos, - pela falta de recursos financeiros para ocupar tais espaços - foi deslocada para os conjuntos habitacionais construídos pelo Estado e financiados pelo Banco Nacional de Habitação em áreas, geralmente, desprovidas de infraestrutura distantes da área central da cidade ou, até mesmo, ocuparam de forma irregular as encostas de rios e áreas desocupadas que não eram alvo de interesses imobiliários à época, conformando assentamentos populares (Santos, 2002).

O Projeto CURA (Comunidades Urbanas para Recuperação Acelerada) foi um programa federal iniciado em 1972 com objetivo de fornecer infraestrutura e equipamentos adequados a áreas em expansão para futuras ocupações. Em João Pessoa, o projeto concentrou-se bairros litorâneos de Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e Bessa, melhorando as condições dessas áreas, aumentando sua valorização e a demanda por lotes. A escolha desses bairros foi motivada pela capacidade financeira da população local, que podia lidar com o aumento gradual dos impostos urbanos, uma das condições do projeto. (Martins, 2014)

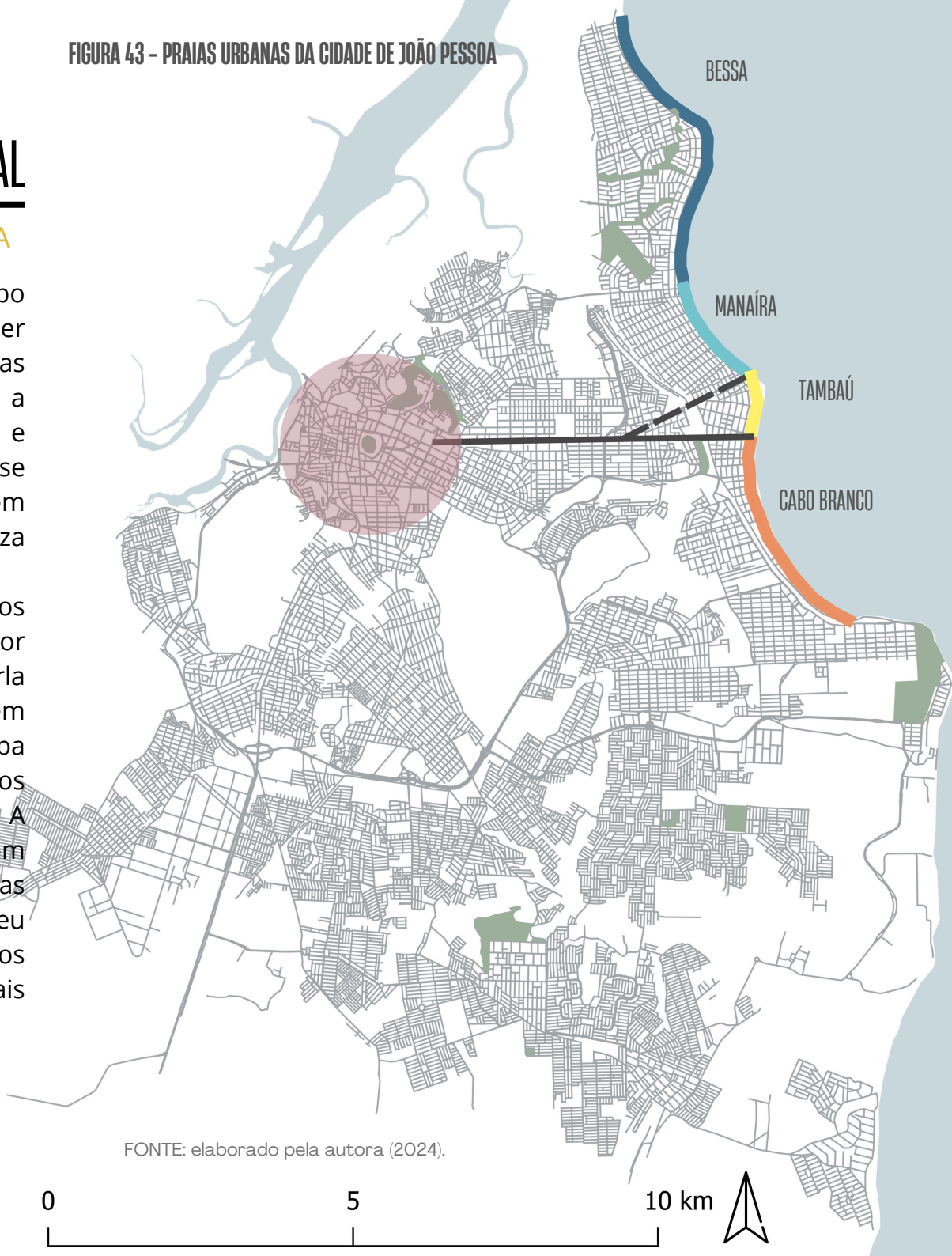
4.2 COMPREENSÃO TERRITORIAL

DO RIO A PRAIA DO BESSA

Dentre as 11 praias existentes na cidade, Tambaú, Cabo Branco, e Manaíra e Bessa são as únicas que podem ser classificadas como praias urbanas as praias urbanas (Donegan et.al, 2022;) Foram justamente as primeiras a passarem por um processo de urbanização mais intenso e por isso margeiam conjuntos de estruturas urbanas que se integram ao ambiente costeiro, criando uma paisagem transformada em um "espaço produzido" ou uma "natureza social" (Smith, 1991).

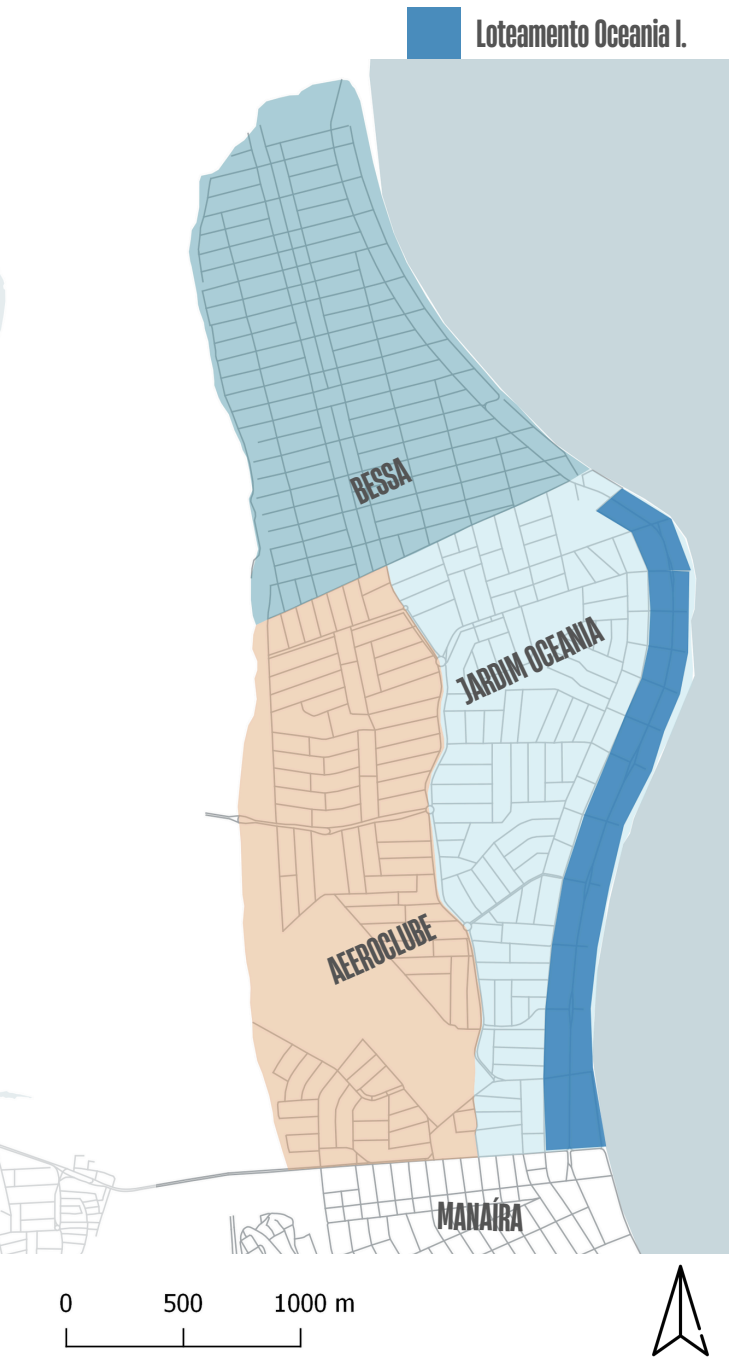
Em relação ao desenho urbano, esses bairros litorâneos possuem similaridades como malha regular composta por vias paralelas e perpendiculares à via principal da orla marítima, mesmo que suas ocupações tenham ocorrido em períodos diferentes. A praia do Bessa corresponde engloba os bairros de Jardim Oceania e Bessa, antes considerados juntamente com o aeroclube como um só setor. A urbanização dessa região é um processo mais recente, com início por volta de 1950, duas décadas após as primeiras casas de veraneio que se instalavam em Tambaú. Seu processo de ocupação ocorreu ao longo de 11 loteamentos (Sarmento, 2012; Sousa; Sarmento, 2014) de glebas rurais ocupadas por sítios e fazendas.

FIGURA 43 - PRAIAS URBANAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA



FONTE: elaborado pela autora (2024).

FIGURA 44- DIVISÃO ATUAL DO ANTIGO SETOR BESSA



FONTE: elaborado pela autora (2024) a partir de Sarmento (2012).

4.2 COMPREENSÃO TERRITORIAL

DO RIO A PRAIA DO BESSA

O setor Bessa foi dividida através de um decreto municipal Lei 1.574 de setembro de 1998 em três bairros: Jardim Oceania, Aeroclube e Bessa. Apesar disso, não há qualquer divisão oficial em relação à praia do Bessa, mesmo que sua morfologia mude ao longo da costa.

Essa praia pela orla do bairro do Bessa, apresenta uma via costeira com calçadão, assim como nas demais praias urbanas da cidade, isto é, Manaíra, Tambaú e Cabo Branco . Esse tipo de infraestrutura, principalmente, em praia mais integradas, são densamente utilizadas tanto pela população local quanto pelos turistas que visitam a cidade. Já na orla da praia do Bessa no trecho do bairro Jardim Oceania não apresenta essa infraestrutura e as edificações são implantadas diretamente na faixa de areia.

A ocupação do atual Jardim Oceania é fruto de um loteamento linear ao longo da praia no extremo sul do setor Bessa, denominado Oceania I. Feito em 1950, consistia em seis longas quadras retangulares cujos lados maiores acompanhavam a linha da costa. Em 1954, foi ampliado em 1 km para o norte e ganhou mais uma fila de quadras coladas às existentes.

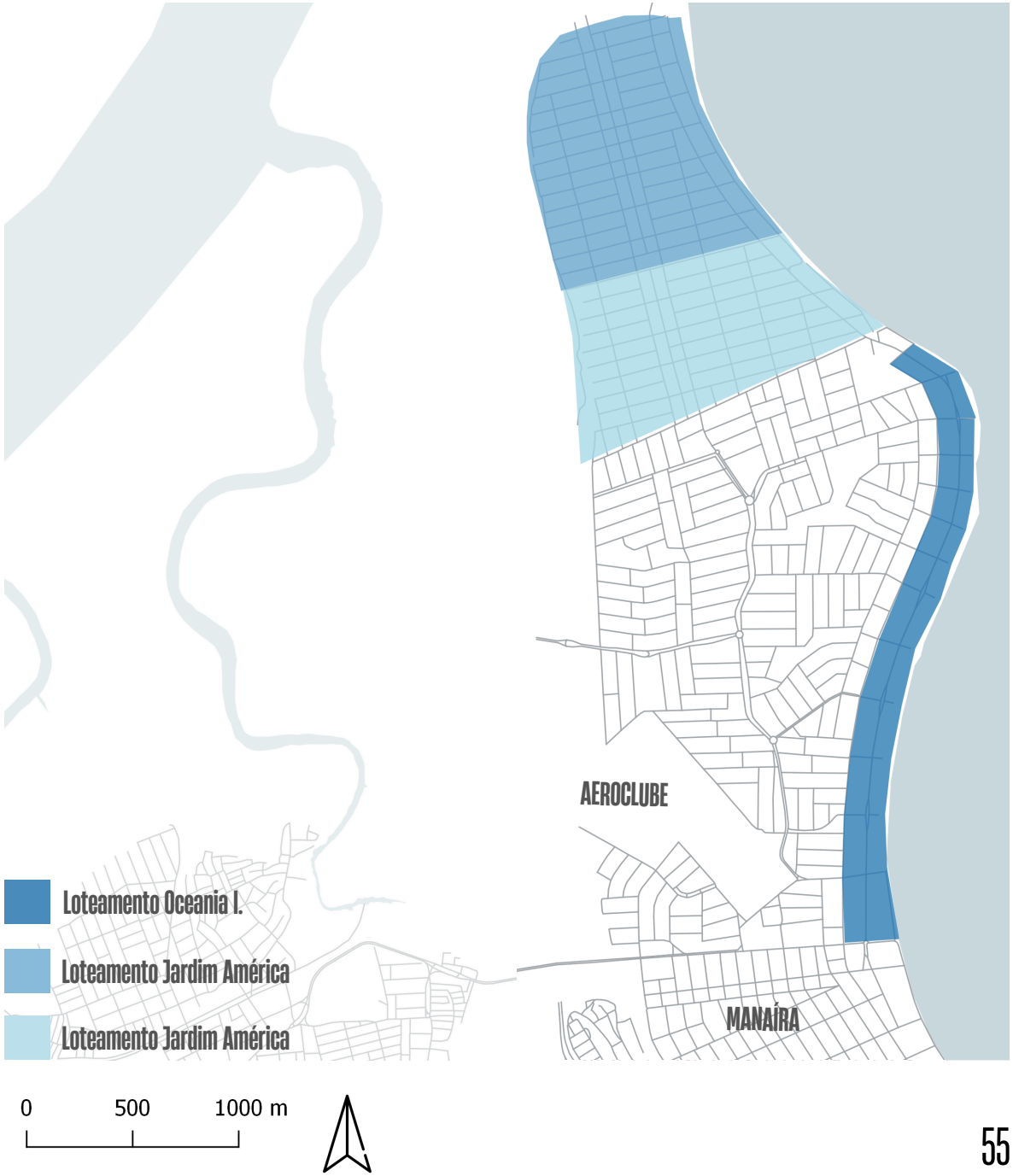
Segundo Sarmento (2012), a ausência de uma via costeira no referido loteamento pode ter resultado do interesse dos loteadores de tornar esses lotes mais próximos da praia e, assim, mais competitivos em relação àqueles situados no bairro vizinho Manaíra, cuja área já possuía uma ocupação e urbanização mais consolidada à época. Nesse mesmo período foi instalado um campo de pouso de aviões e o Aeroclube da Paraíba à oeste do referido empreendimento.

4.2 COMPREENSÃO TERRITORIAL

DO RIO A PRAIA DO BESSA

A parte norte do setor, correspondente ao bairro do Bessa, se originou de dois loteamentos posteriores ao Oceania I: o Jardim América, em 1953, e o Jardim Bessamar, em 1973. O primeiro correspondia a uma quadrícula ortogonal, com uma faixa central composta por quadras menores, o que as conferiam certo destaque em relação às demais. Ademais, o desenho incluía uma série de parcelas contíguas à beira-mar que replicava a estratégia utilizada no loteamento Oceania I. Já o segundo, apenas deu continuidade ao traçado urbano do Loteamento Jardim América em direção ao sul. Inicialmente, a maioria das residências ocupava as parcelas adjacentes à costa. No Loteamento Jardim América, algumas construções foram gradualmente sendo erguidas em algumas áreas internas de quadras de forma dispersa. A ocupação do setor em um primeiro momento foi feita de maneira rarefeita com uma concentração de edificações nos lotes costeiros. Os loteamentos do setor Bessa foram, sobretudo, realizados por interesses imobiliários (Sarmento, 2012)

FIGURA 45 - PRIMEIROS LOTEAMENTOS DO SETOR BESSA



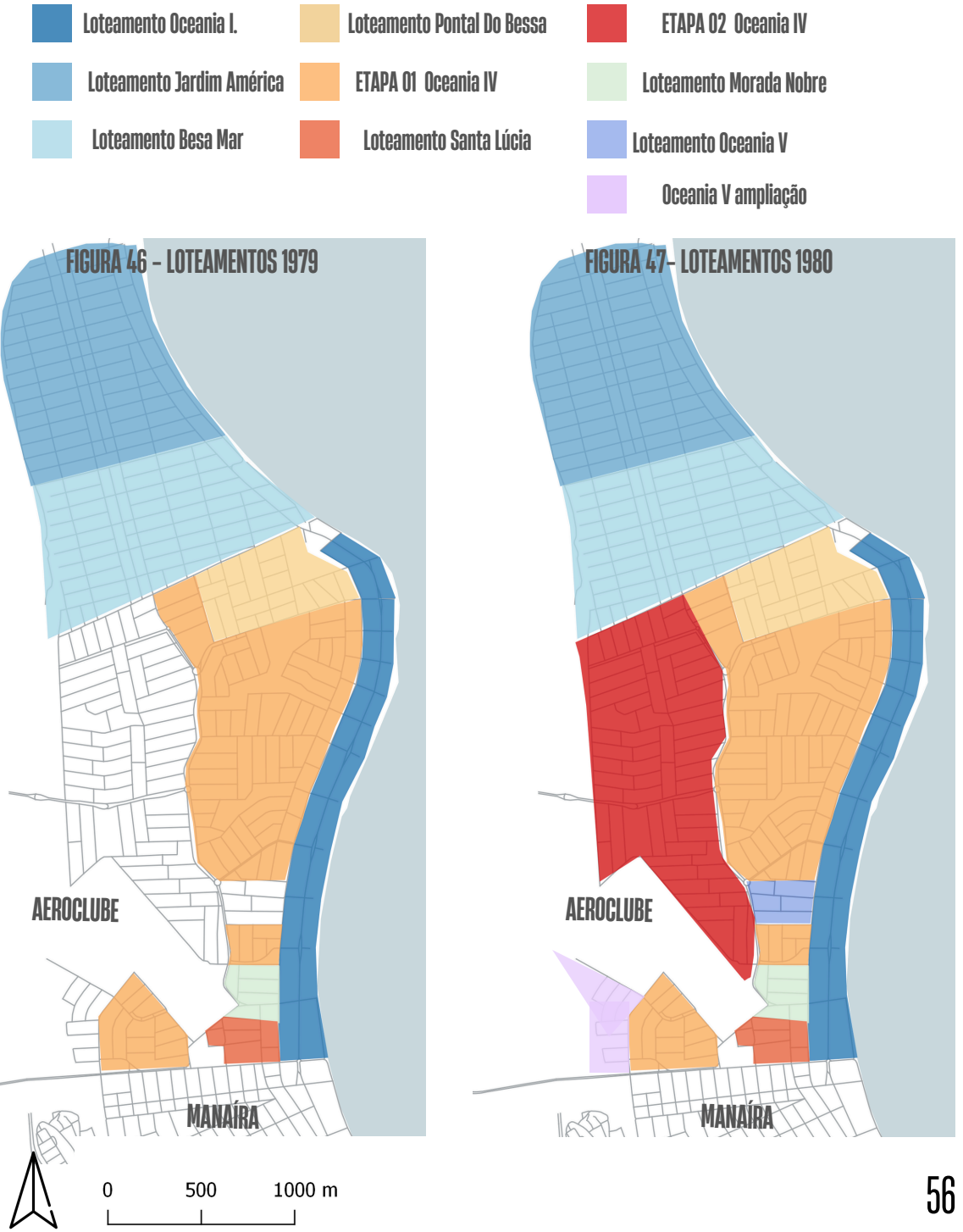
FONTE: elaborado pela autora (2024) a partir de Sarmento (2012).

4.2 COMPREENSÃO TERRITORIAL

DO RIO A PRAIA DO BESSA

Na primeira metade de 1979, a Prefeitura aprovou cinco loteamentos no Bessa, resultando na maior parte do setor já loteado até o final do ano. O Jardim Oceania IV, aconteceu em duas etapas e corresponde ao maior loteamento com cerca de 130 hectares, subdividido em três partes, uma localizada no limite com o bairro de Manaíra, outra entre os loteamentos e a maior delas que corresponde a área restante do atual bairro Jardim Oceania, sua irregularidade planejada, integrando canais com zonas verdes ao longo das margens. Os outros quatro loteamentos eram menores e menos notáveis. (Sarmento; Souza, 2014).

Na década de 1980, três novos loteamentos foram criados, quase completando o processo de parcelamento iniciado após 1950. Restaram apenas cinco áreas remanescentes. O maior loteamento, Jardim Oceania IV–2ª etapa, com aproximadamente 120 hectares, projetado por Aquino, integrou canais com áreas verdes e apresentou um desenho irregular que contrastava com o vizinho Jardim Bessamar (Sarmento; Souza, 2014).



FONTE: elaborado pela autora (2024) a partir de Sarmento (2012).

4.2 COMPREENSÃO TERRITORIAL

DO RIO A PRAIA DO BESSA

Na década de 1980, já havia um processo de verticalização do setor. Em 1982, o Decreto estadual n. 9.842 proibiu a construção de edifícios com mais de três andares ao longo da avenida à beira-mar. Essa medida foi justificada com a alegação de que esses prédios estavam sobrecarregando as infraestruturas locais e causando congestionamentos nas ruas. No ano seguinte, o referido documento foi revogado, e em 5 de outubro de 1989 a nova constituição estadual estabeleceu que, na faixa costeira, os edifícios deveriam seguir uma verticalização escalonada, variando de 12,9 metros (na própria avenida à beira-mar) a 35 metros de altura - a uma distância de 500 metros para o interior. Essa restrição, que ainda está em vigor, conferiu uma característica única à paisagem construída na costa de João Pessoa.

Após o ano de 1989, houve diversas modificações na regulamentação urbanística de João Pessoa que tiveram um impacto significativo na ocupação do Bessa. Além disso a Lei Complementar nº 4 de 1933 promoveu alterações nos índices de aproveitamento urbanístico em vigor na cidade, estabelecendo um índice de 1,5 para a região do Bessa. Posteriormente, em dezembro de 2001, o Decreto nº 4.225 introduziu novas mudanças, elevando esse índice para 4 nos bairros Jardim Oceania e Aeroclube, e para 2 no bairro do Bessa. Esse processo não só induz o aumento da densidade habitacional e edificada, mas implica em menos espaços abertos, aumento do tráfego (principalmente de automóveis, tornando a cidade menos amigável para pedestres), diminuição da qualidade de vida, entre outros aspectos. Esse processo gera novas demandas que também impactam a infraestrutura urbana.

A partir da década de 1990, houve um aumento significativo na pavimentação das ruas do setor, o que contribuiu para o crescimento da ocupação de edifícios. A maior parte dessas construções foi realizada dentro do setor entre os anos de 1989 e 1998. Atualmente os bairro Jardim Oceania é um território de grande ascensão em termos de concentração de obras, principalmente de verticalização. Sua identidade está associada ao caráter marítimo, o que é sempre reforçado nas propagandas imobiliárias.

FIGURA 48–PROPAGANDA DE UM IMÓVEL NO JARDIM OCEANIA.

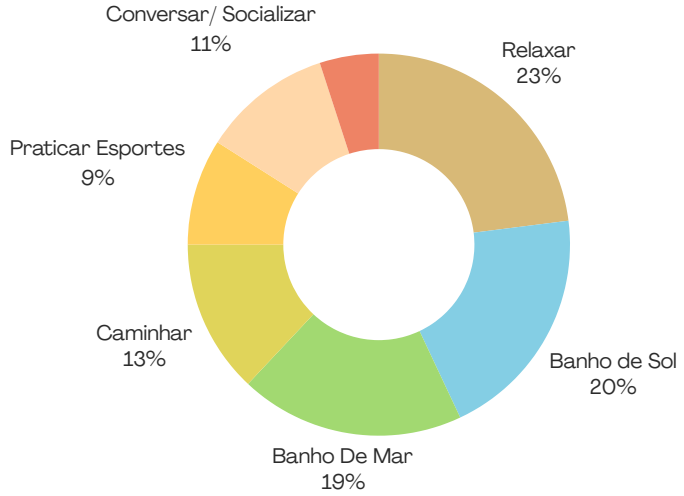
FONTE: Olx.

4.3 COMPREENSÃO TERRITORIAL

DINÂMICA URBANA

Até 2018, o bairro do Jardim Oceania não apresentava grandes praças ou espaços públicos sem ser a própria praia. Nesse ano, foi inaugurado o primeiro dos parque lineares existentes no bairro. Hoje o bairro apresenta essas duas principais esferas de lazer : a praia utilizada estritamente no período diurno. Quando os estabelecimentos comerciais e de comedoria encerram suas atividades, o espaço se torna obsoleto, e os Parques mesmo sendo utilizados de dia é à noite que há a maior densidade de transeuntes utilizando no espaço. Em um estudo desenvolvido em 2022, foram aplicados questionários próximos a área do terreno escolhido. Os usuários entrevistados mencionaram as principais atividades que desempenhavam quando frequentavam a praia nesse local era relaxar e tomar banho de sol (Figura 49).

FIGURA 49 - ATIVIDADES MAIS DESEMPENHADAS PERTO DO TERRENO ESCOLHIDO.

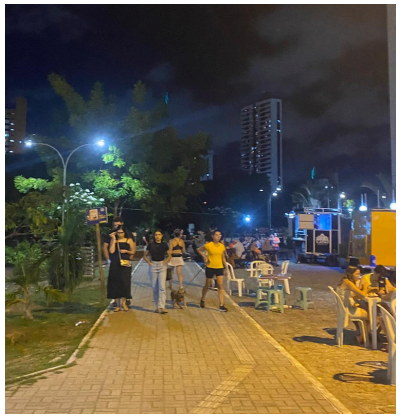


FONTE: elaborado pela autora apartir de dos dados em Donegan ; Carneiro, 2003.

No parque paraybha 01, além das atividades ofertada pela infraestrutura alguns food trucks se instalam no parque para vender alimentos (Figura 50). Também acontecem feiras sazonais e outros eventos comunitários.

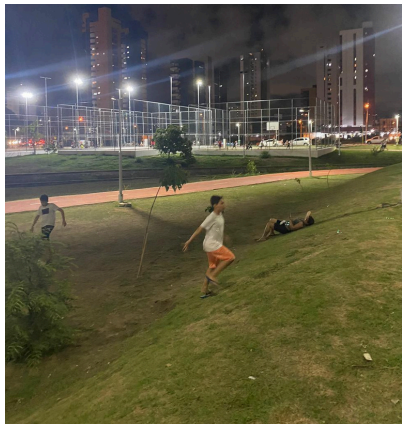
Essas atividades podem ser estendida para o equipamento trazendo vitalidade urbana para a praia no período noturno e estabelecendo uma nova dinâmica para o local .

FIGURA 50 E 51- FOTOGRAFIAS PARQUE PARAYBHA 1.



FONTE: acervo da autora (2024).

FIGURA 52- FOTOGRAFIAS PARQUE PARAYBHA 2.

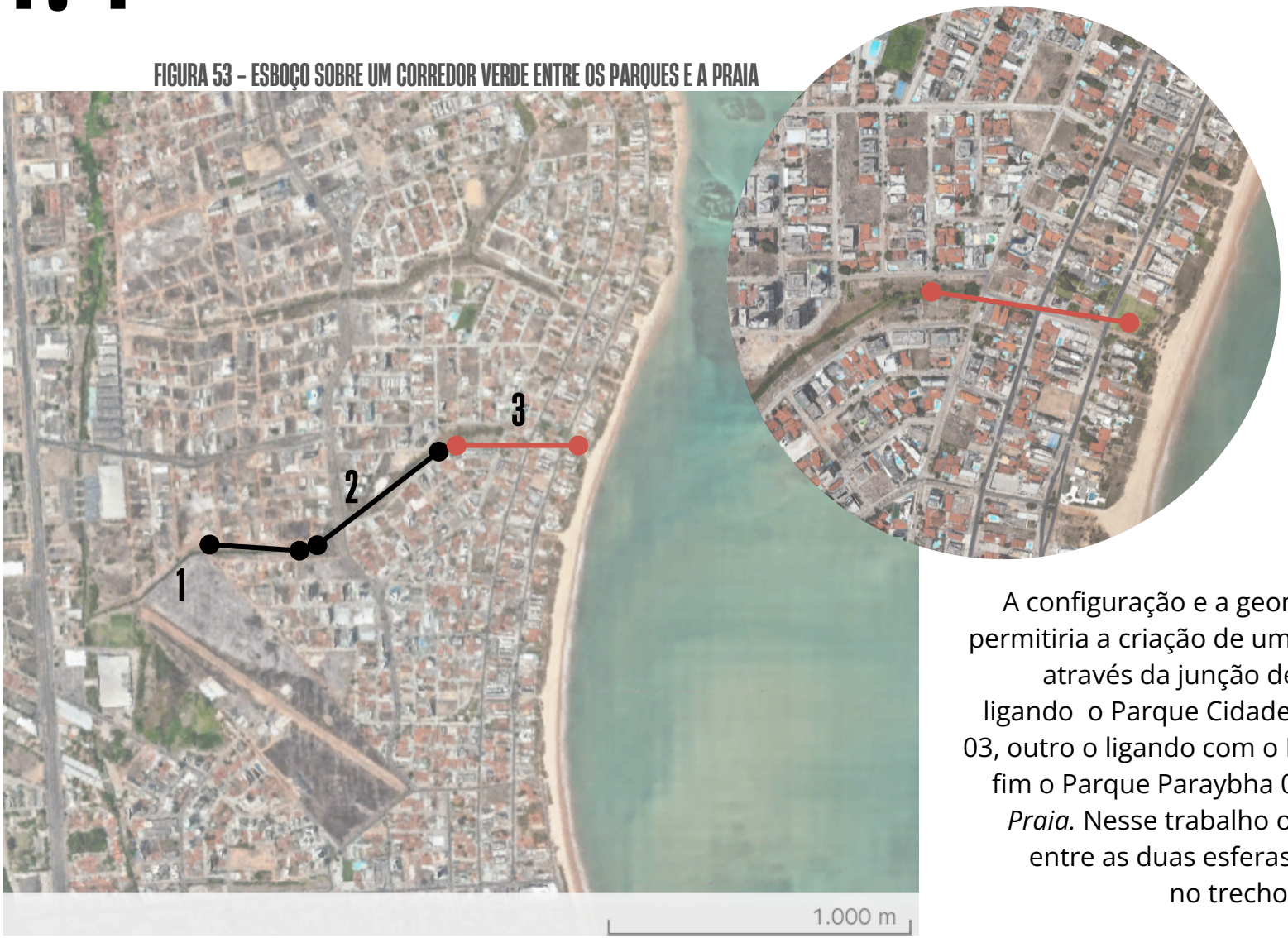


FONTE: acervo da autora (2024).

4.4 COMPREENSÃO TERRITORIAL

REDE VERDE

FIGURA 53 - ESBOÇO SOBRE UM CORREDOR VERDE ENTRE OS PARQUES E A PRAIA



A configuração e a geometria linear dos parques permitiria a criação de uma rede verde (Cook,1991) através da junção de 3 corredores verdes um ligando o Parque Cidade (1) e o Parque Paraybha 03, outro o ligando com o Parque Paraybha 01e por fim o Parque Paraybha 01 ao equipamento *Nossa Praia.* Nesse trabalho o enfoque será na ligação entre as duas esferas de lazer (Parque e praia) no trecho destacado em vermelho.

FONTE: Elaborado pela autora (2024).

4.5 COMPREENSÃO TERRITORIAL

MOBILIDADE URBANA

Ao total existem 44 pontos de ônibus concentrados na periferia do no bairro Jardim Oceania e as linhas de ônibus se concentram principalmente nas bordas do bairro. Em relação ao sistema de ciclovias, ele se concentra na porção litorânea do bairro. Há, apenas duas conexões sentido oeste, a Avenida Governador Flávio Ribeiro Coutinho e a rua Rua Poeta Luiz Raimundo Batista de Carvalho (A). A Rua Na Avenida Argemiro de Figueiredo não há delimitações através de pintura para a ciclofaixa, há apenas uma restrição de horários em que a via é destinada para o trafego exclusivo de ciclistas (B). Na rua Fernando Luiz Henriques Dos Santos há uma pintura delimitando a ciclofaixa no entanto ela só apresenta espaço suficiente para um sentido de trajeto(C).

LEGENDA:

- Jardim Oceania
- Linhas de ônibus
- Ciclo faixas
- Pontos de ônibus
- Terreno escolhido
- 1 Parque Paraybha I
- 2 Parque Paraybha II
- 3 Parque Paraybha III
- 4 Aeroclube

FIGURA 54 - QUADRO DE MOBILIDADE DO JARDIM OCEANIA

4.6

COMPREENSÃO TERRITORIAL

FIGURA 55 – CARTOGRAMA DE HIERAQUIA VIÁRIA

FONTE: elaborado pela autora (2024)

HIERAQUIA VIÁRIA

VIA ARTERIAL - aquela caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade.

VIA COLETORA - aquela destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade.

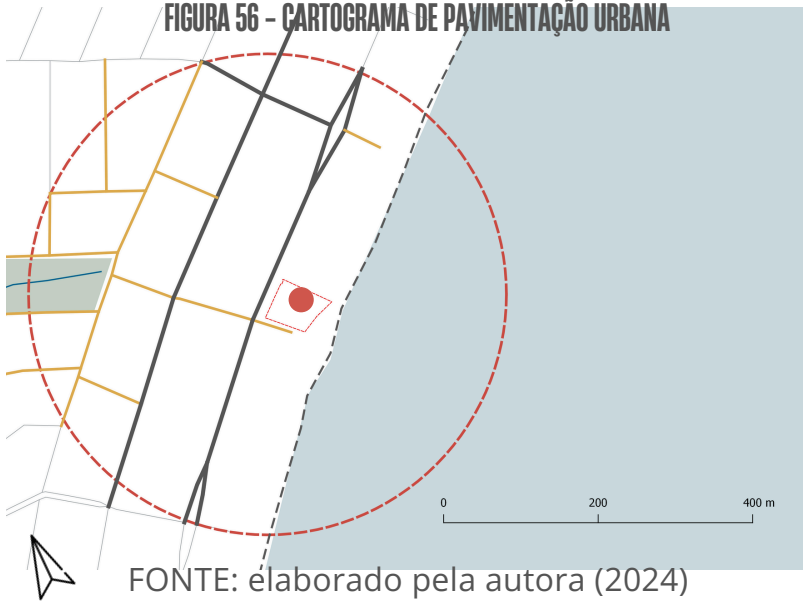
VIA LOCAL - aquela caracterizada por interseções em nível não semaforizadas, destinada apenas ao acesso local ou a áreas restritas.

Terreno escolhido

4.7

COMPREENSÃO TERRITORIAL

FIGURA 56 – CARTOGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO URBANA



FONTE: elaborado pela autora (2024)

PAVIMENTAÇÃO URBANA

ASFALTO - a pavimentação em asfalto é uma escolha popular para vias urbanas devido à sua suavidade e capacidade de absorver ruídos bem como permite que os carros trafegue em maior velocidade.

PEDRA ou paralelepípedo é um material comumente utilizado em vias de tráfego leve a moderado, como ruas residenciais, praças e calçadas. Consiste em blocos de pedra com formato geométrico regular, geralmente quadrado ou retangular.

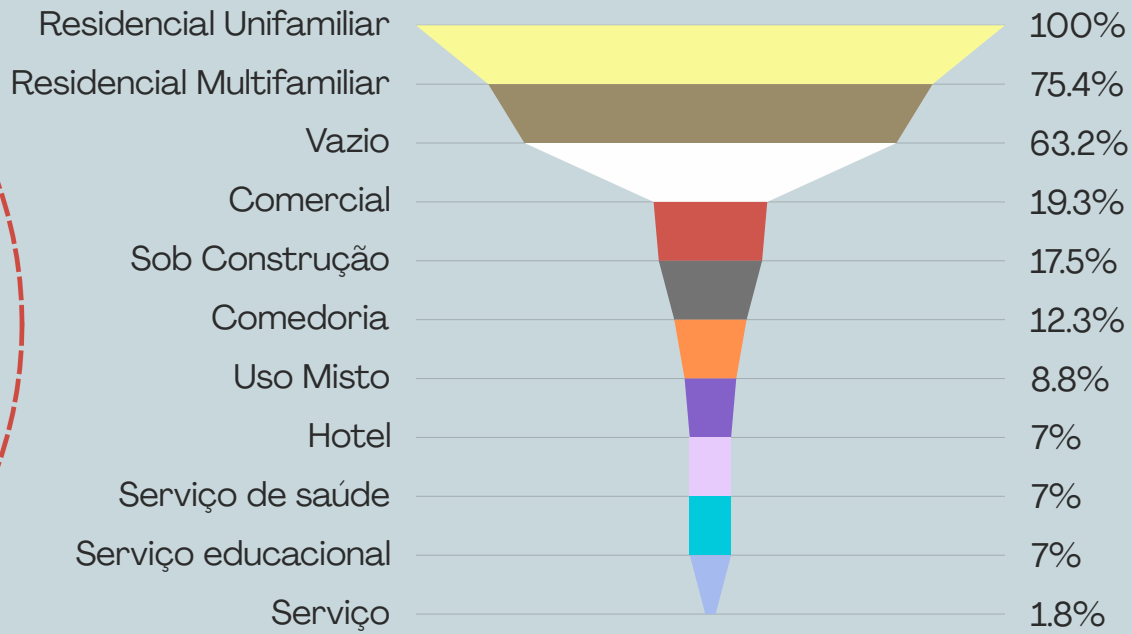
Terreno escolhido

4.8 USO DO SOLO

No geral, há uma predominância de uso residencial com aproximadamente 55%, sendo 31% residências unifamiliares. Existe também uma grande porcentagem de lotes sem uso e sob construção, que acabam impactando negativamente a vitalidade do lugar.

FIGURA 57 - CARTOGRAMA DE USO DO SOLO

FIGURA 58 - GRÁFICO DE DISTRIBUIÇÃO DE USO DO SOLO



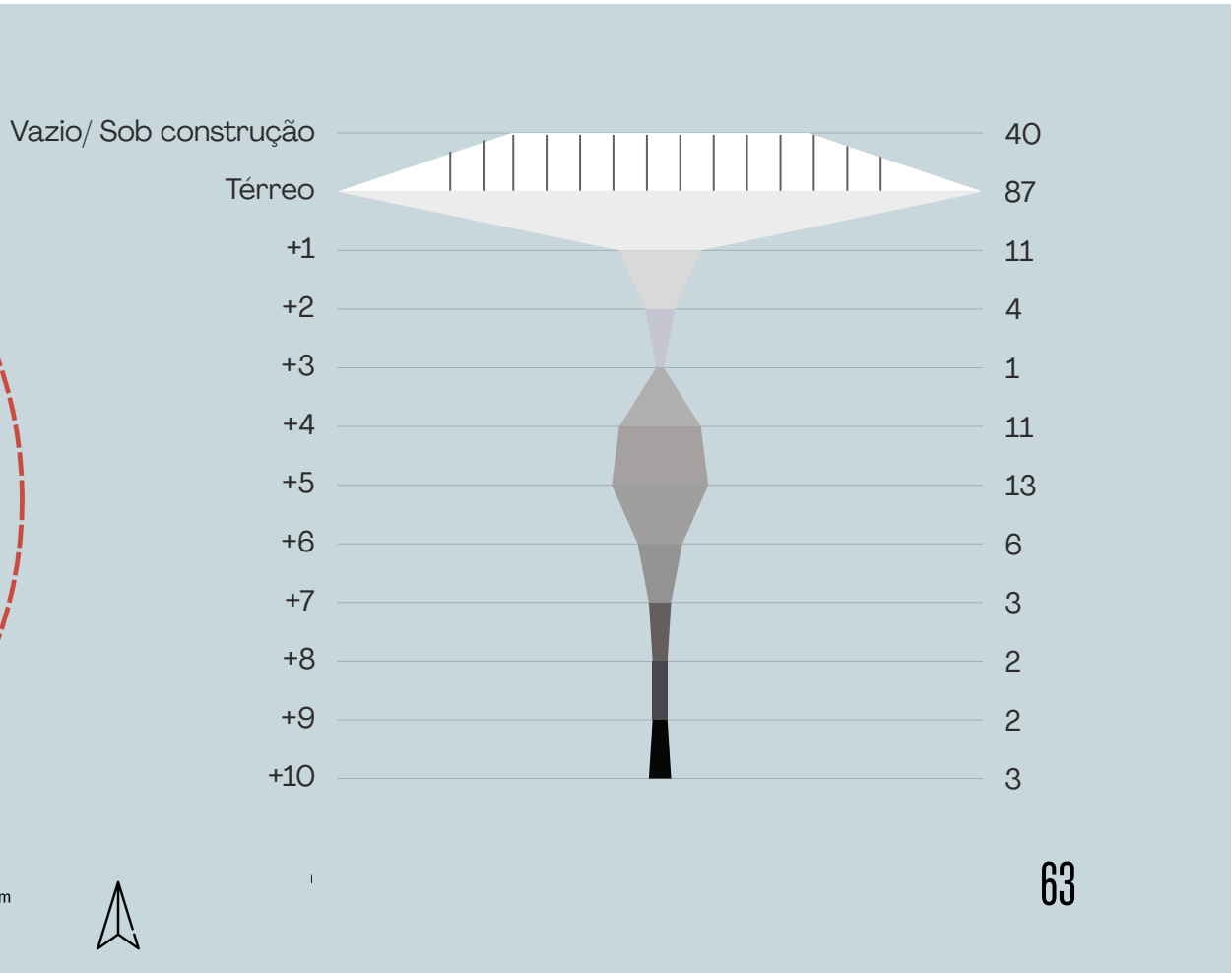
4.9

GABARITO

Apesar de existir uma forte tendência de verticalização e adensamento da região, atualmente a maioria das edificações são térreas (47%). Devido a lei do escalonamento, a maior recorrência de prédios mais altos acontece próximo ao parque

FIGURA 59 - CARTOGRAMA DE USO DO SOLO

FIGURA 60 - GRÁFICO DE DISTRIBUIÇÃO DE GABARITOS

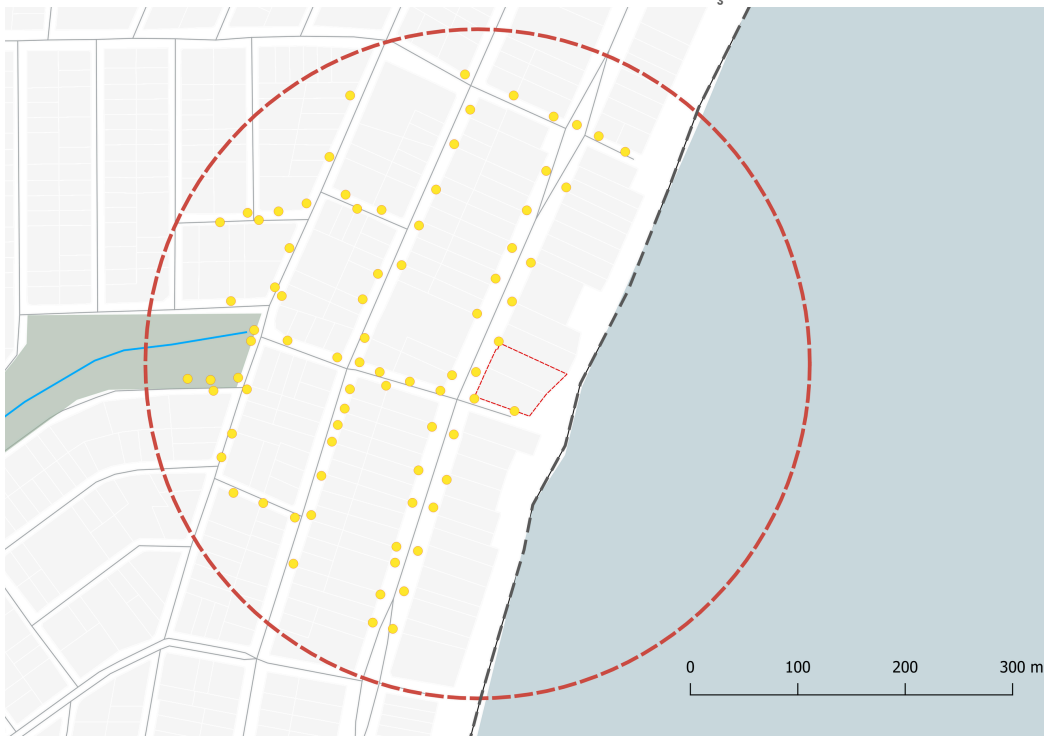


4.10 COMPREENSÃO TERRITORIAL

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

De acordo com Aver (2012), a iluminação pública atua como instrumento de cidadania, permitindo que os habitantes desfrutem dos espaços públicos no período noturno. Na região do terreno, a maioria dos postes de iluminação pública se concentram nas vias de maior tráfego. Portanto, é necessário que os espaços propostos sejam melhor iluminados para que, em paralelo ao uso (presença de pessoas), contribua com o aumento da sensação de segurança no local. Ao mesmo tempo, na divisa do lote com a praia, é necessário direcionar a projeção de iluminação da praia para o interior do terreno de modo que não gere poluição luminosa capaz de interferir com a desova das tartarugas marinhas que ocorre em ninho presentes no local.

FIGURA 61 - CARTOGRAMA DE POSTES DE ILIMINAÇÃO



FONTE: elaborado pela autora a partir de imagens do google maps (2024)

FIGURA 62 -NINHO DE DESOVA DE TARTARUGAS

FONTE: acervo da autora (2024)

COMPREENSÃO TERRITORIAL

4.11

PRÉ-EXISTÊNCIAS

A rua Argemiro De Figueiredo é a via mais movimentada da área, no entanto a maioria do tráfico é de automóveis. Atualmente, no lugar da calçada do terreno há um grande gramado com plantação de coqueiros (Figura 63) e não há nenhuma infraestrutura voltada para o pedestre. A via lateral, Rua Júlio Correia Andrade é composta por duas paredes cegas e por um espaço destinado a estacionamento (Figura 65). Em relação à faixa de domínio da união, há uma mata de restinga classificada como vegetação de proteção permanente (Figura 66 e 67). O lote é plano e apresenta o um maciço de coqueiros em sua face leste

FIGURA 63 - CARTOGRAMA DE COQUEIROS

MARCAÇÃO DO COQUEIRO

FIGURA 64- CALÇÃDA COM COQUEIROS

FIGURA 65 - VIA LATERAL

FIGURA 66 - ACESSO PARA A PRAIA

FIGURA 67 - VEGETAÇÃO DE RESTINGA

5. ESTUDOS PRÉ-PROJETUAIS

5.1 ESTUDOS PRÉ-PROJETUAIS

LEGISLAÇÃO URBANA

De acordo com o antigo plano diretor (PMJP, 2008) o bairro Jardim Oceania apresenta uma parte localizada na zona de adensamento prioritário, concentrado principalmente no interior do bairro e uma zona de adensamento não prioritário, referente principalmente á região da orla.

Já no novo plano diretor (PMJP, 2023), o bairro inteiro está inserido na zona de adensamento prioritário com índice de aproveitamento máximo igual a 6.

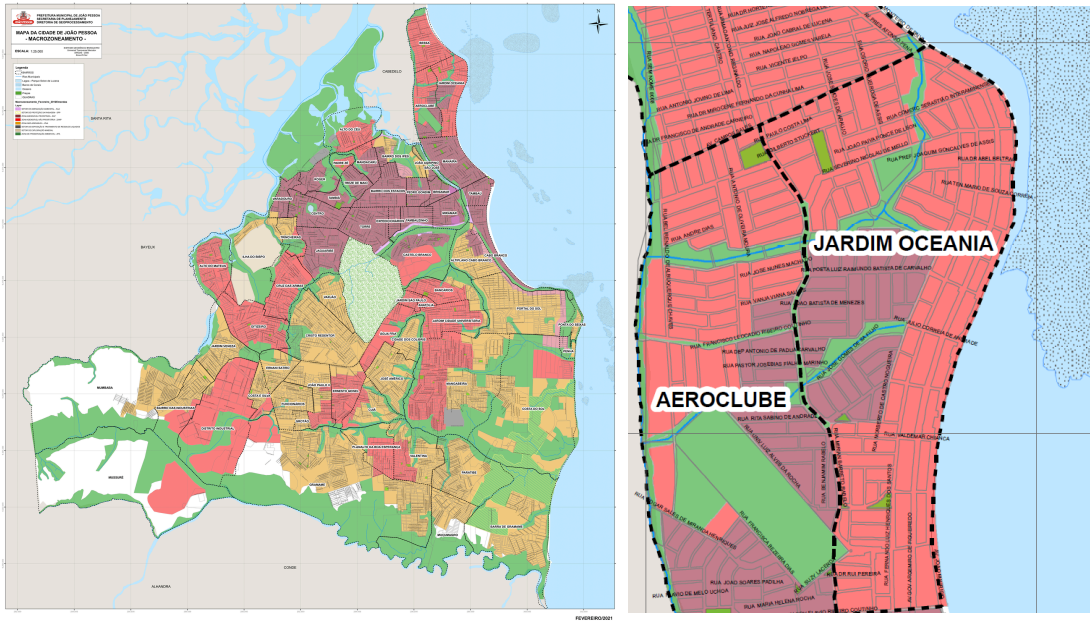
“A disponibilidade de infraestrutura básica e a capacidade de suporte ambiental permitem a intensificação do uso e ocupação do solo.”

ZONEAMENTO:

Em relação ao Zoneamento o bairro engloba :

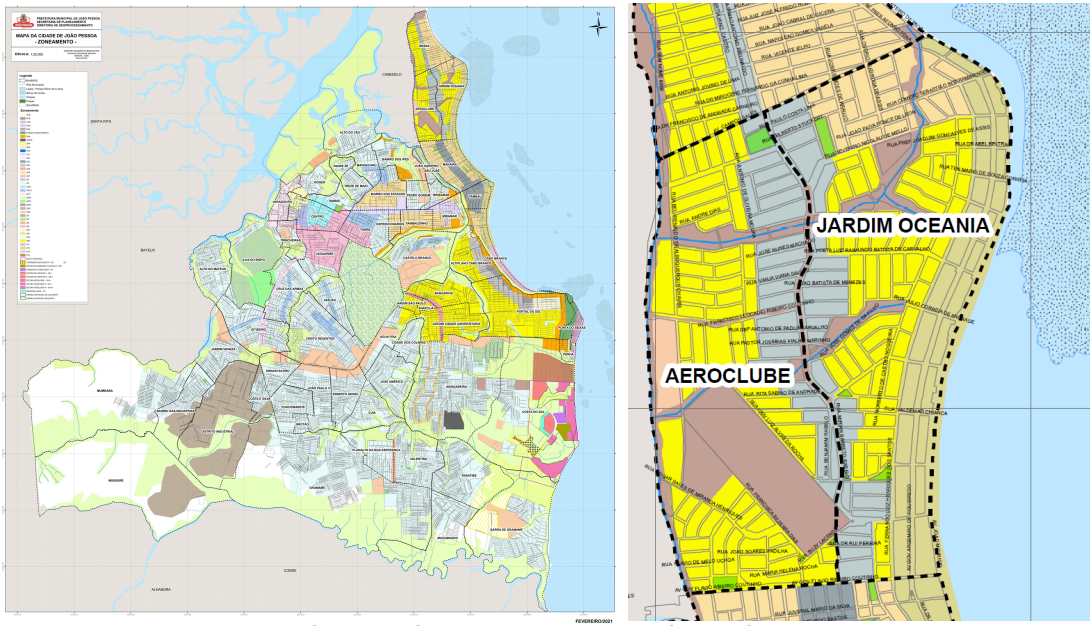
- Zona Residencial 3 (ZR3)
- Zona Turística 3 (ZT3)
- Zona Axial 4 (ZA4)
- Zona Especial de Preservação 3 (ZEP3)
- Zona Especial de Preservação 4 (ZEP4).

FIGURA 68- MACROZONEAMENTO



FONTE: joaopessoa.pb.gov.br

Figura 69 - ZONEAMENTO



FONTE: FONTE: joaopessoa.pb.gov.br

5.1 ESTUDOS PRÉ-PROJETUAIS

LEGISLAÇÃO URBANA

CÓDIGO DE URBANISMO - ZT3

R1-UNIFAMILIAR
R2-BIFAMILIAR R5-MULTIFAMILIAR
CB-COMÉRCIO DE BAIRRO
SB-SERVIÇOS DE BAIRRO
CP-COMÉRCIO PRINCIPAL
SP- SERVIÇO PRINCIPAL
IB-INSTITUCIONAL DE BAIRRO
IPP- INDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE

IB - Institucional de Bairro: estabelecimentos espaços ou instalações destinadas à educação, lazer, culto religioso, cultura, assistência social, saúde e administração pública, compreendendo as atividades assinaladas na categoria de "Institucional Local , além de escolas fundamentais, associações religiosas, bibliotecas, postos de saúde e puericultura, pronto socorro e laboratórios, com área edificada até 600m² (seiscentos metros quadrados), clubes recreativos, instalações esportivas e praças de esporte, sem limite de área edificada.

MARINHA

"Os terrenos de marinha abrangem as regiões que rodeiam ilhas, margens de rios e lagoas, em uma extensão de 33 metros a partir da linha de preamar-média de 1831, contanto que a influência das marés, com uma oscilação mínima de cinco centímetros, seja sentida nas águas vizinhas. A cota da preamar média é calculada como a média aritmética das máximas marés mensais observadas em 1831 ou no ano mais próximo desse período. A edificação em terrenos de marinha, especialmente em áreas de preservação permanente, requer aprovação do órgão competente e deve cumprir as normas ambientais. Portanto, aqueles que detêm títulos de ocupação dessas áreas e desejam construir devem obter autorização da União para realizar a construção no local.

Figura 70- Quadro de usos Zona Turística 3.

ZONA TURÍSTICA 3 (ZT3)							
USOS	LOTE (*)		EDIFICAÇÃO (A)				
					AFASTAMENTOS		
PERMITIDOS	ÁREA MÍNIMA	FRENTE MÍNIMA	OCUPAÇ. MÁXIMA	ALTURA MÁXIMA	FRENTE	LATERAL	FUNDOS
R1	360,00	12.00	70	-	5.00	1.50	3.00
R2 (1)	450,00	15.00	70	2 PV	5.00	1.50	3.00
R5 (2)	600,00	15.00	40	PL+ 4PV+CB	5.00	4.00	4.00
CB=SB	360,00	12.00	70	4 PV	5.00	TE=1.50 DE=2.00	3.00
SB (FLAT) (***)	360,00	12.00	TE=70 DE=50	4 PV (**)	5.00	TE=00 DE=2.00	3.00
CP=SP (3)	600,00	20.00	TE= 70 1° AO 3º =50 DE= 30	-	5.00	TE=00 1º AO 3º= 2.0 DE=4+(H/10)	ATÉ 4PV=3.0 DE= 4+(H/10)
SP (FLAT) (***)	600,00	15.00	TE=70 1º AO 3º=50 DE=30	≥5 PV	5.00	TE=00 1º AO 3º=2.00 DE=4+(H/10)	ATÉ 4º=3.0 DE= 4+(H/10)
IB	450,00	15.00	50	2 PV	5.00	2.00	3.00
IPP (3)	360,00	12.00	70	2 PV	5.00	1.50	3.00

FONTE: código de urbanismo.

PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA

Sobre essa possibilidade de supressão de Área de Preservação Permanente (APP), vejamos o teor do artigo 8º da referida Lei nº 12.651/2012:

Art. 8º. A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.

§ 1º. A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.

5.2

ESTUDOS PRÉ-PROJETUAIS

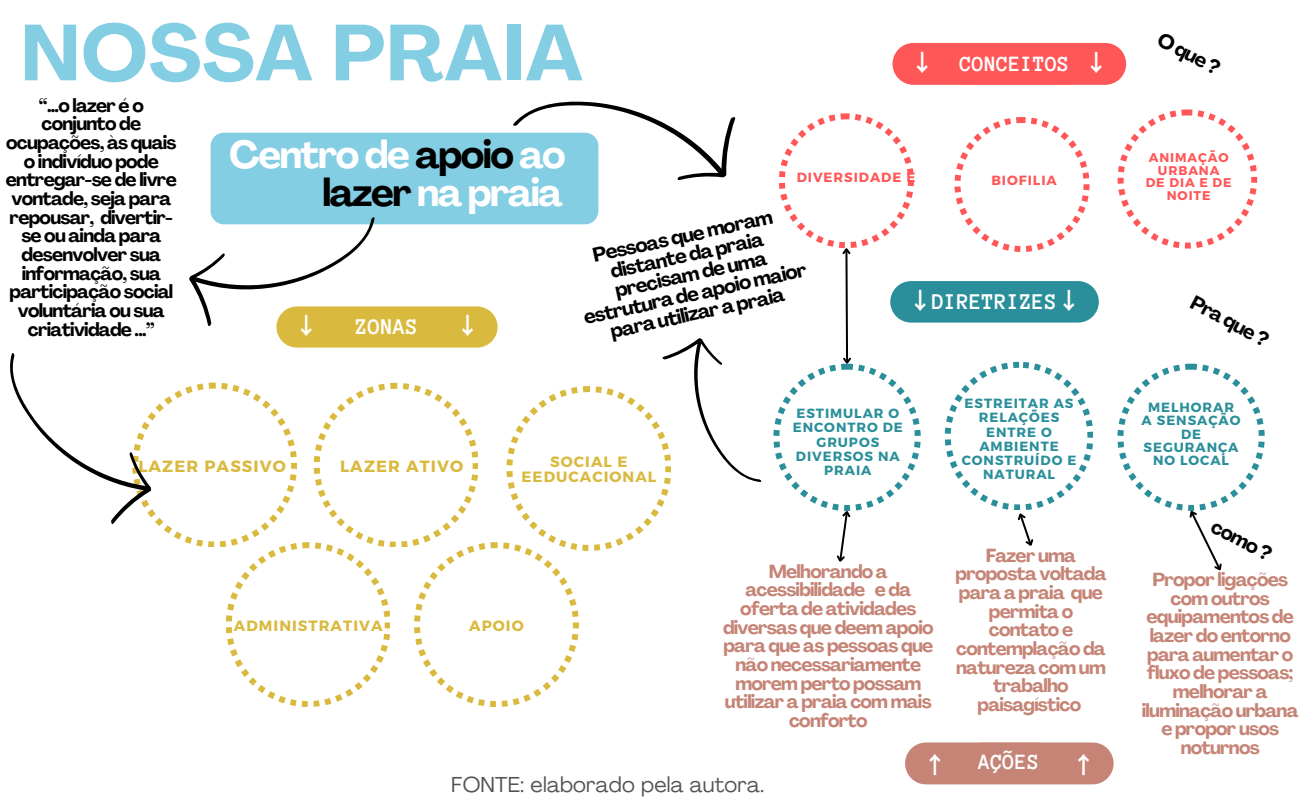
PRINCIPIOS PROJETUAIS

O projeto "Nossa Praia" tem como objetivo principal, promover o encontro de diferentes grupos na praia. A partir disso a **diversidade** passa ser um conceito fundamental para a construção do programa de necessidades, em que criou-se diferentes zonas que englobam desde aquelas atividades mais relaxantes até as mais ativas e sociais, aliado à oferta de uma estrutura mais robusta para acolher o uso da praia por pessoas que não moram perto.

Dado que, no contexto em que está inserido, as edificações funcionam como uma barreira entre a praia e a cidade, o conceito de **fruição pública** é importante para melhorar essa conexão e garantir que o espaço seja atrativo e de fácil acesso.

Tratando-se de um equipamento costeiro, o conceito de biofilia entra com a necessidade de estreitar a relação entre o ambiente construído e o ambiente natural.

FIGURA 71 - MAPA MENTAL PRINCÍPIOS PROJETUAIS



FONTE: elaborado pela autora.

O projeto tem a intenção de se voltar para a praia e convidar a natureza a invadir o ambiente urbano. Para isso será necessário um trabalho paisagístico que garanta que esse objetivo seja atingido.

Também é necessário trabalhar com o conceito de animação ou vitalidade urbana, promovendo uma melhor sensação de segurança no local ao longo de todos os turnos do dia.

5.3

TABELA 2 - PROGRAMA ARQUITETÔNICO ZONA DE APOIO AO PÚBLICO

ZONAS/ SETORES	ATIVIDADE/ FUNÇÃO	AMBIENTE	NECESSIDADES/ CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS	ACESSO	PRÉ-DIMENSIONAMENTO CAPACIDADE
ADMINISTRATIVO	Monitoramento de banhistas	Estação de salva vidas	Torre de observação elevada	RESTRITO	4,75x8,4 = 40m²
	Guardar equipamentos/ veículos utilizados pelos bombeiros salva vidas	Depósito de equipamento de salva vidas	Projeto de segurança, controle de acesso restrito, sistema de ventilação adequado e espaços para diferentes tipos de equipamentos.	RESTRITO	10x8= 80m²
	Gestão/ controle do equipamento	Sala de administração	Estações de trabalho adequadas, salas de reunião, áreas de armazenamento.	RESTRITO	6 x 4 = 24 m²
	Espaço de apoio para a equipe administrativa	Vestiário equipe administrativa	Áreas separadas por gênero, armários individuais, bancos e espelhos.	RESTRITO	5,7 x 12= 60m²
		Copa	Área para refeições, bancadas, pia, geladeira...	RESTRITO	4,8x6,4= 27m²
	Guardar material de limpeza e manutenção do equipamento	DML	Espaço para armazenamento de produtos de limpeza, prateleiras organizadas, controle de acesso.	RESTRITO	3x2= 6m²

FONTE: elaborado pela autora.

OBS: O DIMENSIONAMENTO DOS AMBIENTES FORAM FEITOS MEDIANTE ESTUDOS DE LAYOUT E PROJETOS CORRELATOS

O setor administrativo envolve os ambientes destinados ao desempenho das atividades de gestão dos serviços ofertados pelo equipamento. Envolve os funcionários para manutenção, administração, segurança e equipe de salva vidas :

- Administração: 1
- Recepção: 1
- Segurança: 2
- Equipe de limpeza: 2
- Socorrista: 2
- Salva vidas: 4*

A equipe de salva vidas, estimado de acordo com as instruções da Sociedade Brasileira De Salvamento Aquático (SOBRASA), que leva em consideração o somatório das pontuações de risco ao público + competência aquática dos banhistas + número de banhistas no local. O cálculo está detalhado na página seguinte.

5.3 ESTUDOS PRÉ-PROJETUAIS

PROGRAMA ARQUITETONICO

A cartilha demonstra como utilizar a formula a seguir para chegar em um índice de risco ao público (θ)

1- CÁLCULO DO RISCO AO PÚBLICOS

Fórmula:

$\theta = 0.1\rho + 0.04^{3281\gamma \cdot \ln(\beta)}$

$\rho = 3$

$\beta = 2$

$\gamma = 4$

$\Theta = 0.1X3 + 0.043281X4XLN(2)$

$\Theta = 0.3 + 0.173124XLN(2)$

$\Theta = 0.3 + 0.173124 \cdot LN(2)$

$\Theta = 0.3 + 0.173124 \cdot 0.6931$

$\Theta \approx 0.3 + 0.173124 \cdot 0.6931$

$\Theta \approx 0.3 + 0.120043$

$\Theta \approx 0.420043$

Levando em consideração a tabela a seguir, o nível de risco ao público é médio = **+3**

TABELA 3 - CLASSÍFICAÇÃO DO RÍSCO PÚBLICO

Risco Público (θ)	Nível do risco ao público
$\theta < 0,4$	Baixo
$0,4 \leq \theta < 0,6$	Médio
$\theta \geq 0,6$	Alto

FONTE: elaborado pela autora. a partir de cartilha da SOBRASA.

2-NÍVEL DE COMPETÊNCIA DOS BANHISTAS

O nível de competência dos banhistas não foi um dado mensurado em campo, portanto para o cálculo foi considerado o maior risco, predominância de banhistas que não sabem nadar e flutuar = **+5**

Figura 72- Imagem da tabela para cálculo da quantidade de guarda vidas quantidade de guarda vidas.

Tabela 7 - CALCULO DO RISCO E NÚMERO DE GUARDA-VIDAS RECOMENDADO (pontuação)

RISCO DA ÁREA CONSIDERADA	NÍVEL DE COMPETÊNCIA AQUÁTICA DO BANHISTA	NÚMERO DE BANHISTAS NO LOCAL
Muito baixo risco (1) quando apenas um banhista nível 1 de competência aquática tem alto risco.	**Predomínio de nível 5 (1)** sabe nadar, analisar risco e resgatar	**Menor que 1 por 50m² (1)** VAZIA (contagem do número < de 1 min)
Baixo risco (2) quando apenas banhistas nível 1 e 2 de competência aquática tem alto risco.	**Predomínio de nível 4 (2)** domina muto bem um nado	**Menor que 1 por 10m² (2)** POUCA (poucos banhistas, mas se conta > 1min)
Médio risco (3) quando banhistas nível 1, 2 e 3 de competência aquática tem alto risco.	**Predomínio de nível 3 (3)** sabe nadar, flutua na vertical e dorsal	**Um por m2 (3)** MODERADA (calcula-se por m2 x a área bem visualizada)
Alto risco (4) quando apenas banhistas nível 1 a 4 de competência aquática tem alto risco.	**Predomínio de nível 2 (4)** possui deslocamento e flutua na vertical	**Um a 4 por m² (4)** CHEIA (parece ainda caber algumas pessoas)
Extremo risco (5) alto risco a qualquer competência aquática.	**Predomínio de nível 1 (5)** não sabe nadar e flutuar	**Maior de 4/m² (5)** LOTADA (parece não caber mais ninguém)
SOME A PONTUAÇÃO OBTIDA NAS TRÊS COLUNAS		
Até 6 pontos – 01 GV para 250 m de extensão linear de locais de banho ou até uma piscina olímpica.		
7 a 9 pontos – 02 GV para 250 m de extensão linear de locais de banho ou até uma piscina olímpica.		
10 a 13 pontos – 03 GV para 250 m de extensão linear de locais de banho ou até uma piscina olímpica.		
14 a 15 pontos – 4 ou mais guarda-vidas		
Nota: Sempre que não houver visão direta de todos os banhistas em menos de 1 minuto para praias oceânicas ou de rio, ou da regra 10/20 em piscinas (10 segundos para visualizar e 20 segundo para alcançar), o número de guarda-vidas deverá ser acrescido de mais UM até que atenda esta necessidade.		

FONTE: SOBRASA.

3-NÚMERO DE BANHISTAS NO LOCAL

O estudo realizado em 2022 identificou uma baixa frequência de pessoas na região (Donegan; Carneiro, 2023). Atualmente, a área é considerada uma praia vazia, com menos de um banhista por 50 m². O projeto Nossa Praia visa aumentar a vitalidade local, planejando um maior fluxo de pessoas para uma praia de uso moderado, com menos de um banhista por 10 m². Com base nas pontuações obtidas, três guarda-vidas seriam necessários para o equipamento, mas devido à falta de visão direta de toda a extensão de 250 metros, adicionou-se mais um, totalizando quatro guarda-vidas.

5.3 ESTUDOS PRÉ-PROJETUAIS

PROGRAMA ARQUITETONICO

O setor de apoio ao público corresponde espaços essenciais para garantir uma experiência agradável e segura para os frequentadores do litoral. Esses ambientes incluem uma variedade de instalações e serviços que proporcionam conforto, conveniência e facilidades para os visitantes. O objetivo é garantir uma estrutura de apoio que facilite a estadia das pessoas na praia que vem de origens distintas.

TABELA 4 - PROGRAMA ARQUITETÔNICO ZONA DE APOIO AO PÚBLICO

ZONAS/ SETORES	ATIVIDADE/ FUNÇÃO	AMBIENTE	NECESSIDADES/ CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS	ACESSO	PRÉ-DIMENSIONAMENTO CAPACIDADE
APOIO AO PÚBLICO	Saneamento	BANHEIRO	Garantir privacidade; Piso resistente à umidade e fácil de limpar.	LIVRE	13 x 4,15= 48m²
	Tomar banho/ tirar areia da praia	CHUVEIRO	Instalações hidráulicas	LIVRE	20m²
	Guardar objetos pessoais	GUARDA VOLUMES	Armários ou compartimentos para armazenar pertences pessoais, com possibilidade de trancamento.	MODERADO	4,4 x 8,75= 23m²
	Prestar ajuda médica	SALA DE PRIMEIROS SOCORROS	Layout funcional, espaço para maca, fácil acesso a materiais de primeiros socorros...	MODERADO	3,5 x 4,25= 14,9 m²
	Estacionamento de bicicletas	PARACICLOS	Características espaciais: Espaço seguro, suportes para bicicletas, possível cobertura contra intempéries.	LIVRE	-
	Estacionamento de automóveis	ESTACIONAMENTO	*Desenvolvido em paralelo com o ensaio urbano	LIVRE	Depende da proposta: 1 vaga para cada 50m² de área construída
	Comer/ Beber	QUIOSQUE	Balcão de atendimento, espaço para produtos, área de circulação.	MODERADO	6x4,15 = 22,8 m²

FONTE: elaborado pela autora.

OBS: O DIMENSIONAMENTO DOS AMBIENTES FORAM FEITOS MEDIANTE ESTUDOS DE LAYOUT E PROJETOS CORRELATOS

5.3

ESTUDOS PRÉ-PROJETUAIS

PROGRAMA ARQUITETONICO

TABELA 5- PROGRAMA ARQUITETÔNICO ZONA DE LAZER ATIVO

ZONAS/ SETORES	ATIVIDADE/ FUNÇÃO	AMBIENTE	NECESSIDADES/ CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS	ACESSO	PRÉ-DIMENSIONAMENTO CAPACIDADE
SOCIO/ EDUCACIONAL	Atividades educacionais e comunitárias	PAVILHÃO MULTIUSO	Estrutura ampla e versátil, com possibilidade de configurações flexíveis para eventos diversos.	LIVRE	9x12= 108m²
LAZER PASSIVO	Descansar/ Relaxar	DECK SOMBREADO	Plataforma elevada com sombreamento para proporcionar sombra, mobiliário confortável, possibilidade de integração com áreas verdes. iluminação para uso noturno, paisagismo para sombreamento natural, e fácil acesso.	LIVRE	--
	Tomar banho de sol; Caminhar; Conversar socializar;	DECK DESCOBERTO	A ideia é que seja um espaço aberto e contínuo permitindo o uso por pessoas de grupos diversos, com mobiliário confortável	LIVRE	--

FONTE: elaborado pela autora.

OBS: O DIMENSIONAMENTO DOS AMBIENTES FORAM FEITOS MEDIANTE ESTUDOS DE LAYOUT E PROJETOS CORRELATOS

O setor sócio/educacional corresponde à criação de um grande espaço multiuso onde ocorrerá atividades educacionais, sobre educação ambiental e proteção de espaços costeiros, segurança nas praias desempenhadas pela equipe de salva vidas e exposições de cunho cultural. O pavilhão multiuso também servirá de sede para essas atividades, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de vizinhança e coletividade da população local, atraindo novas pessoas para a região, ao mesmo tempo colaborando para a criação de uma consciência ambiental. O setor de lazer passivo refere-se a áreas projetadas para atividades mais serenas e contemplativas, oferecendo aos visitantes oportunidades para relaxar e ter uma conexão mais profunda com a natureza e o ambiente litorâneo.

5.3 ESTUDOS PRÉ-PROJETUAIS

PROGRAMA ARQUITETONICO

TABELA 6- PROGRAMA ARQUITETÔNICO ZONA DE LAZER ATIVO

ZONAS/ SETORES	ATIVIDADE/ FUNÇÃO	AMBIENTE	NECESSIDADES/ CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS	ACESSO	PRÉ-DIMENSIONAMENTO CAPACIDADE
LAZER ATIVO	Brincar	PLAYGROUND	Equipamentos de lazer infantil como escorregadores, balanços e estruturas para escalada; Instalações para pais ou responsáveis observarem as crianças, sombreamento adequado	LIVRE	40 m²
	Se exercitar	ACADEMIA	Instalação de aparelhos de exercícios físicos ao ar livre, como barras para flexões, barras para alongamento, barras paralelas, e estações para exercícios de resistência.	LIVRE	25m²
	Praticar Esportes	QUADRA PARA ESPORTES NA AREIA	Superfície de areia nivelada, redes para diferentes esportes (vôlei, beach tennis), delimitação clara das áreas de jogo.; iluminação para uso noturno, áreas de descanso e bebedouros próximos.	LIVRE	**16m x 9 m**

FONTE: elaborado pela autora.

O setor de Lazer ativo corresponde aos ambientes destinado ás atividades mais movimentadas. Os espaços que compõe esse setor foram escolhidos devido à possibilidade de serem utilizados tanto de manhã quanto a noite, bem como oferecerem uma relação com a dinâmica existente no Parque Paraybha I. Além disso, foram pensados tanto para acolher uma variedade de faixas etárias.

OBS: O DIMENSIONAMENTO DOS AMBIENTES FORAM FEITOS MEDIANTE ESTUDOS DE LAYOUT.

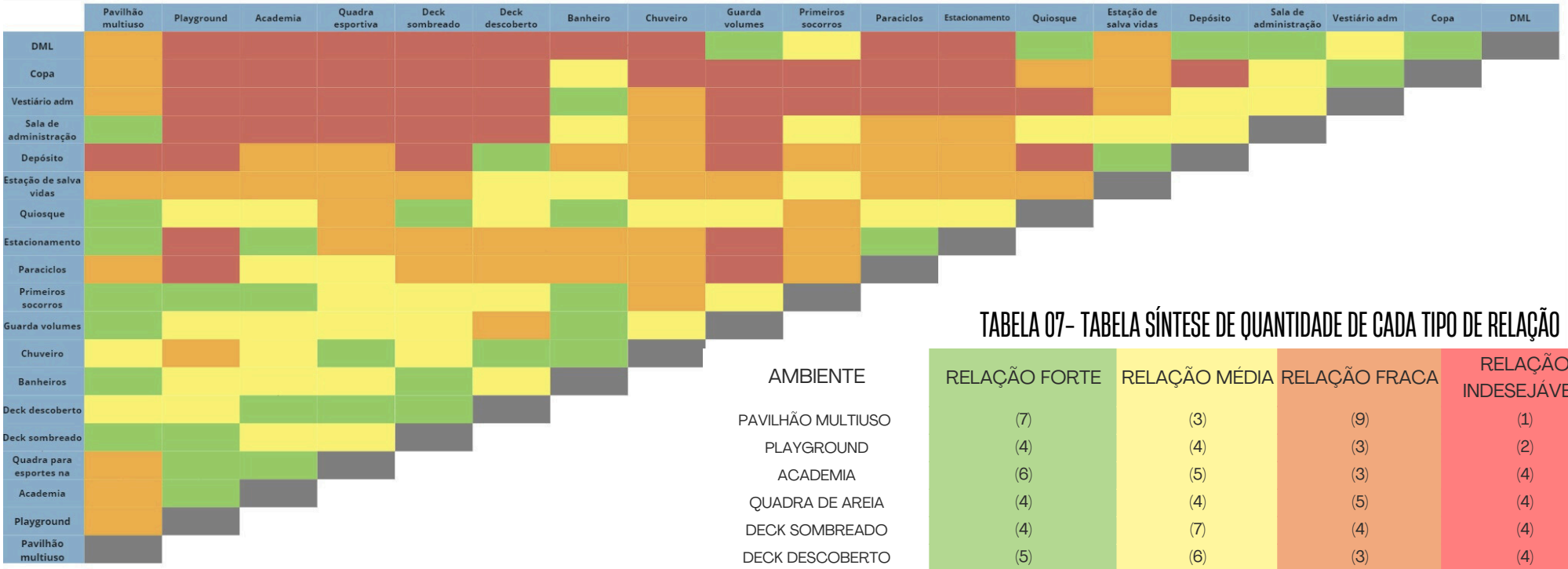
Como mencionado anteriormente no referencial teórico, a criação do equipamento não é suficiente, é necessário promover a animação sociocultural. Pensando nisso, a prefeitura de João Pessoa contrata profissionais da educação física para ministrar aulas coletivas no Jardim Oceania. Essa atividades podem ser desenvolvidas tanto nos ambientes ao ar livre como no próprio pavilhão multiuso descrito na página anterior.

5.4

ESTUDOS PRÉ-PROJETUAIS

MATRIZ DE COMPATIVILIDADE

FIGURA 73 - MATRIZ DE COMPATIBILIDADE



Foi feito uma matriz de relações para extrair informações de compatibilidade entre os ambientes, classificadas em 4 tipos:

- Relação forte: ligações fortemente desejadas
- Relação média: ligações desejadas
- Relação fraca: ligações pouco desejadas
- Relação incompatível: ligações fortemente indesejadas

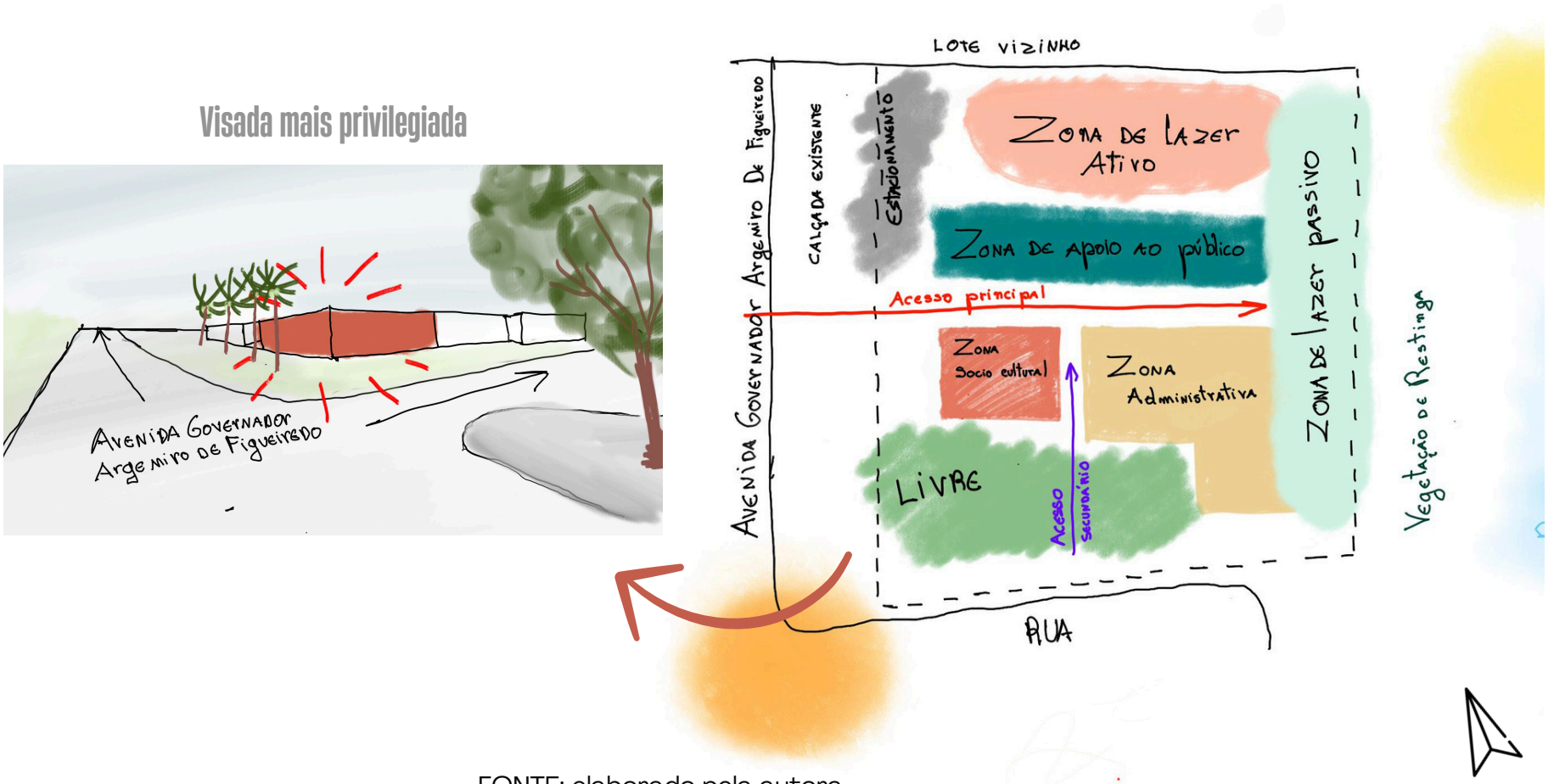
TABELA 07- TABELA SÍNTESE DE QUANTIDADE DE CADA TIPO DE RELAÇÃO

AMBIENTE	RELAÇÃO FORTE	RELAÇÃO MÉDIA	RELAÇÃO FRACA	RELAÇÃO INDESEJÁVEL
PAVILHÃO MULTIUSO	(7)	(3)	(9)	(1)
PLAYGROUND	(4)	(4)	(3)	(2)
ACADEMIA	(6)	(5)	(3)	(4)
QUADRA DE AREIA	(4)	(4)	(5)	(4)
DECK SOMBREADO	(4)	(7)	(4)	(4)
DECK DESCOBERTO	(5)	(6)	(3)	(4)
BANHEIRO	(7)	(7)	(3)	(1)
CHUVEIRO	(3)	(6)	(8)	(2)
GUARDA VOLUMES	(3)	(7)	(2)	(6)
SALA DE PRIMEIROS SOCORROS	(4)	(7)	(5)	(2)
PARACICLOS	(1)	(3)	(9)	(5)
ESTACIONAMENTO	(3)	(1)	(9)	(5)
QUIOSQUE	(4)	(8)	(4)	(2)
ESTAÇÃO DE SALVA VIDAS	(1)	(5)	(13)	(0)
DEPÓSITO DE EQUIPAMENTO DE SALVA VIDAS	(2)	(3)	(7)	(6)
SALA DE ADMINISTRAÇÃO	(2)	(7)	(5)	(6)
VESTIÁRIO EQUIPE ADMINISTRATIVA	(2)	(3)	(3)	(10)
COPA	(2)	(2)	(3)	(11)
DML	(5)	(2)	(2)	(9)

FONTE: elaborado pela autora.

6. PROPOSTA PROJETUAL

Figura 74- Primeiro estudo de zoneamento

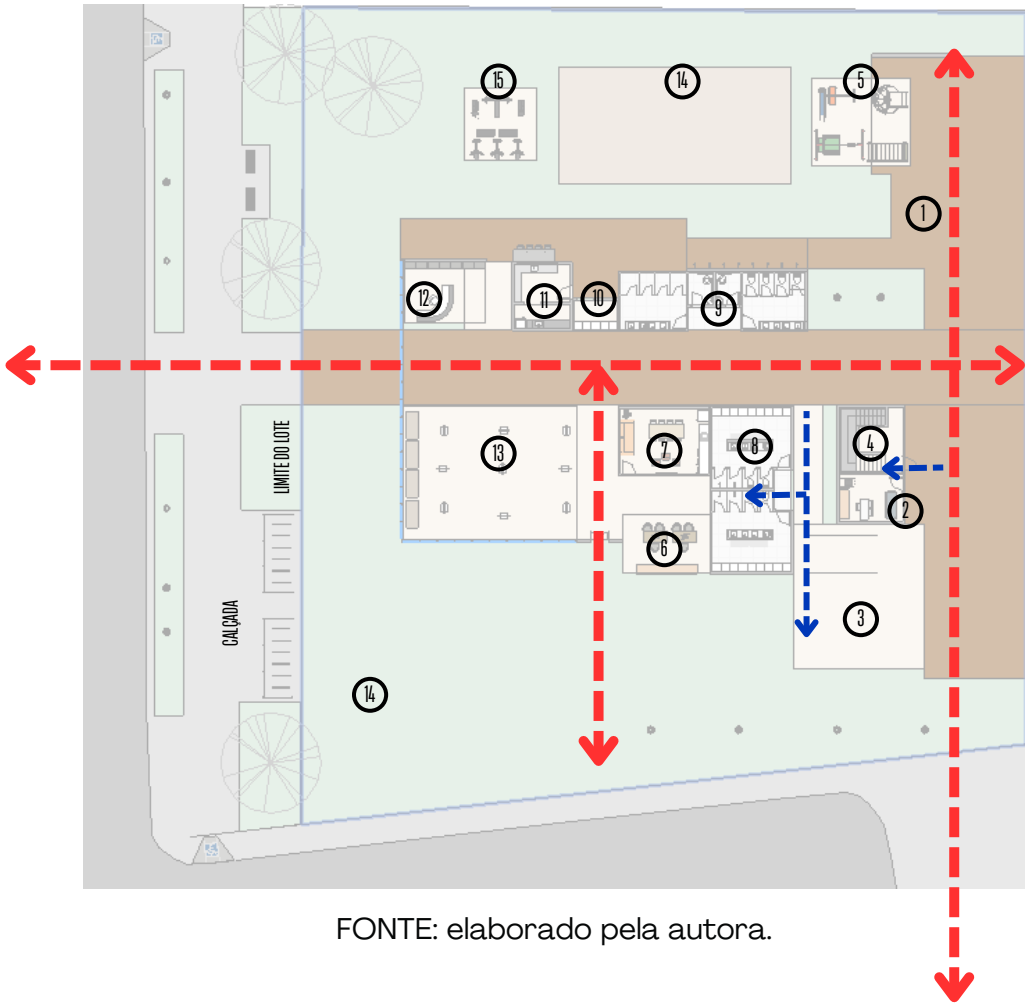


FONTE: elaborado pela autora.

6.1 PROPOSTA PROJETUAL

ESTUDOS INICIAIS

FIGURA 75- SETORIZAÇÃO DO PRIMEIRO ZONEAMENTO



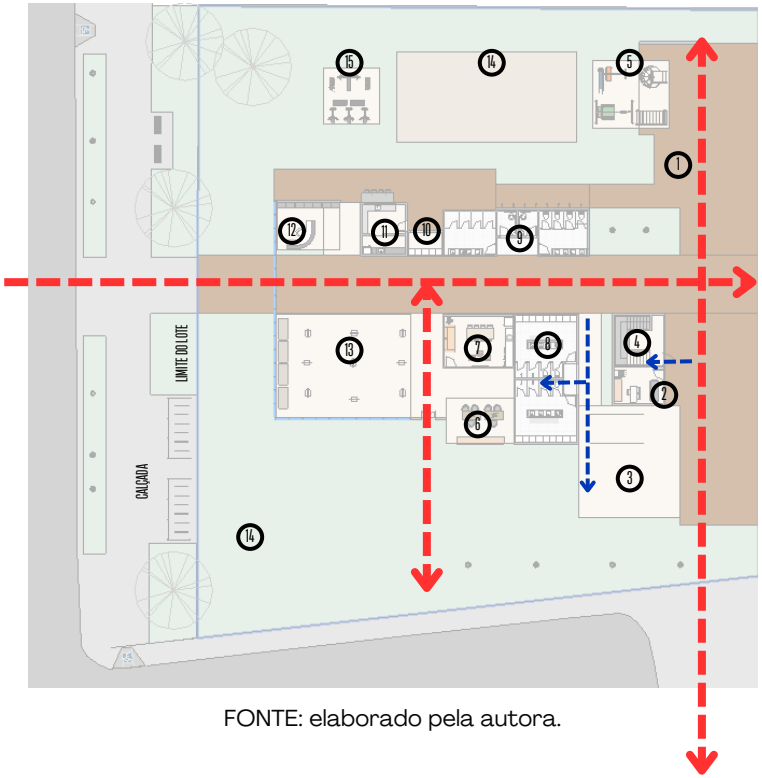
FONTE: elaborado pela autora.

A proposta partiu de um enquadramento central da paisagem da praia a partir da locação de dois blocos de ambientes unificados por uma coberta. O primeiro bloco localizado na fachada Sul/ Sudoeste, equivale ao pavilhão multiuso, ambiente onde se concentrará as atividades educacionais e culturais. O segundo bloco locado na fachada norte/ noroeste apresenta a recepção e guarda volumes composto por ambientes mais relacionados à acolhida dos visitantes. O deposito de equipamentos salva vidas dispõe de quadriciclos para patrulha, sendo assim interessante que esses modais tivessem um bom acesso a saída para a via urbana e para a praia, ao mesmo tempo não precisassem atravessar a vegetação de restinga, o que seria muito mais prejudicial para a sua preservação, logo, foi locado na quina sudeste do terreno. Depois disso, foi posicionado o posto e a estação salva vidas seguindo a lógica estabelecida na matriz de compatibilidade.

6.1 PROPOSTA PROJETUAL

ESTUDOS INICIAIS

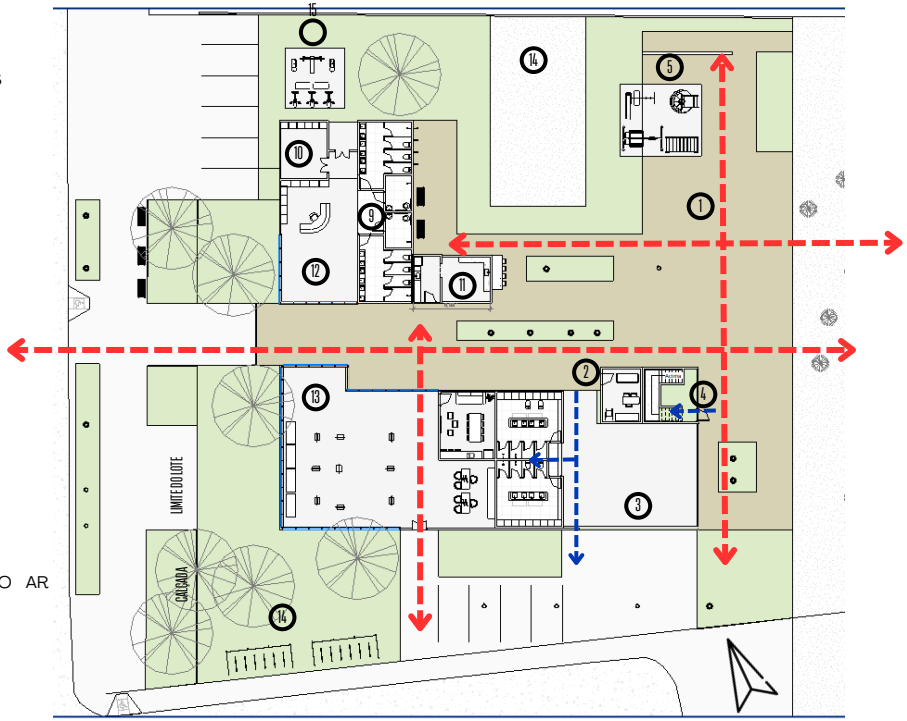
Figura 76- Primeira setorização



1 DECK COBERTO
2 SALA DE PRIMEIROS SOCORROS
3 DEP'ÓSITO DE EQUIPAMENTOS
4 ESTAÇÃO SALVA VIDAS
5 PARQUINHO
6 SALA DE ADMINISTRAÇÃO
7 COPA
8 VESTIÁRIO EQUIPE
9 BANHEIRO PÚBLICO
10 DML
11 QUIOSQUE
12 RECEPÇÃO+ GUARDA VOLUMES
13 PAVILHÃO
14 ESPAÇO PARA ATIVIDADES AO AR LIVRE LIVRE
14 QUADRA DE AREIA
15 ACADEMIA

FONTE: elaborado pela autora.

Figura 77 - Segunda setorização.



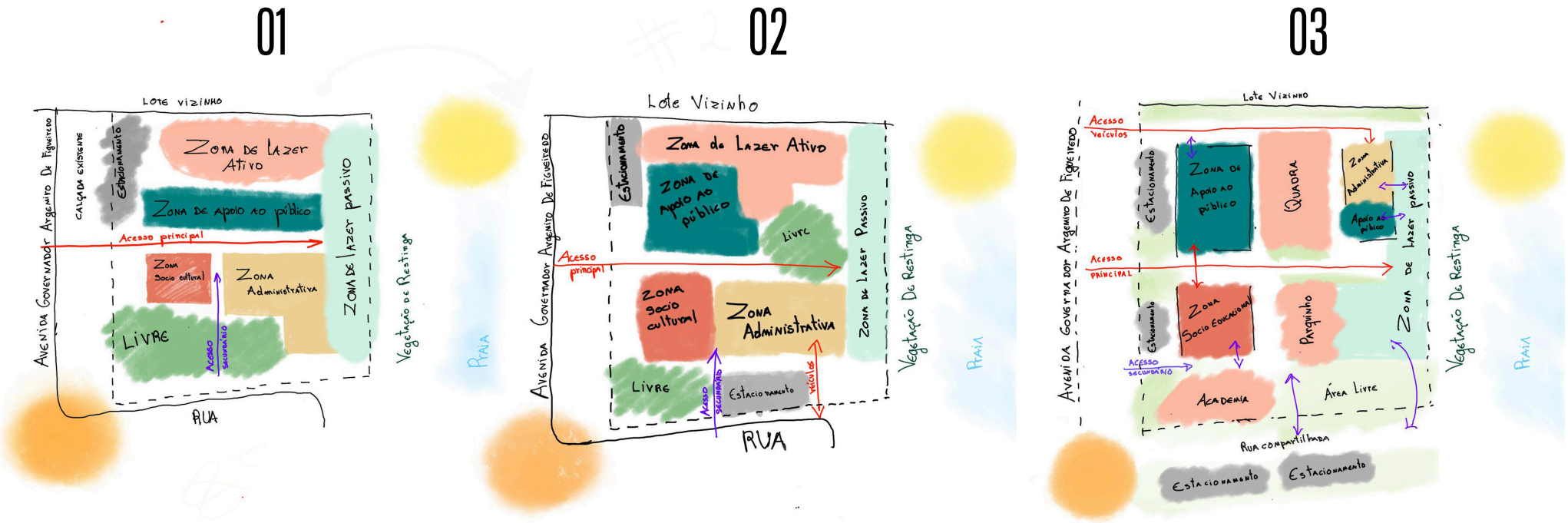
FONTE: elaborado pela autora.

O deck perpassa esses ambientes hora sendo coberto por uma coberta em balanço, hora sendo coberto pelo pavimento superior da estação de salva vidas e depois por uma coberta até o fim do terreno onde serão instalados mobiliários de convívio e descanso. A partir da setorização a esquerda decidiu-se trazer o volume da edificação mais para o sul aumentando a área do deck. Além disso, o volume do banheiro foi rotacionado para que o quiosque e os chuveiros abertos ficassem virados para a praia. Essas duas ações criam um empraçamento no interior do lote onde se concentram as atividades recreativas. Além disso, a quadra também foi rotacionada para o eixo norte sul, permitindo que nenhum lado da quadra seja prejudicado com a incidência solar.

6.1 PROPOSTA PROJETUAL

ESTUDOS INICIAIS

Figura 78 -Evolução da setorização.

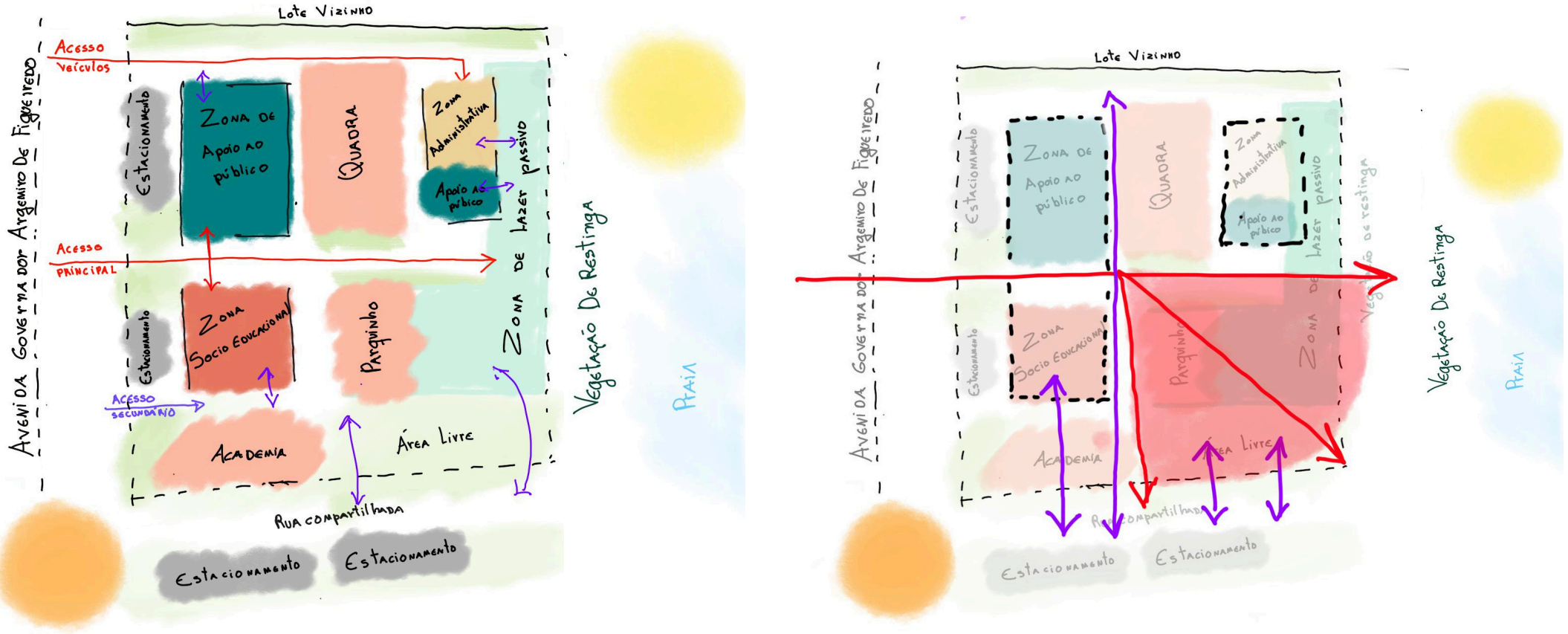


FONTE: elaborado pela autora.

6.2 PROPOSTA PROJETUAL

ZONEAMENTO FINAL

Figura 79 - Zoneamento final.



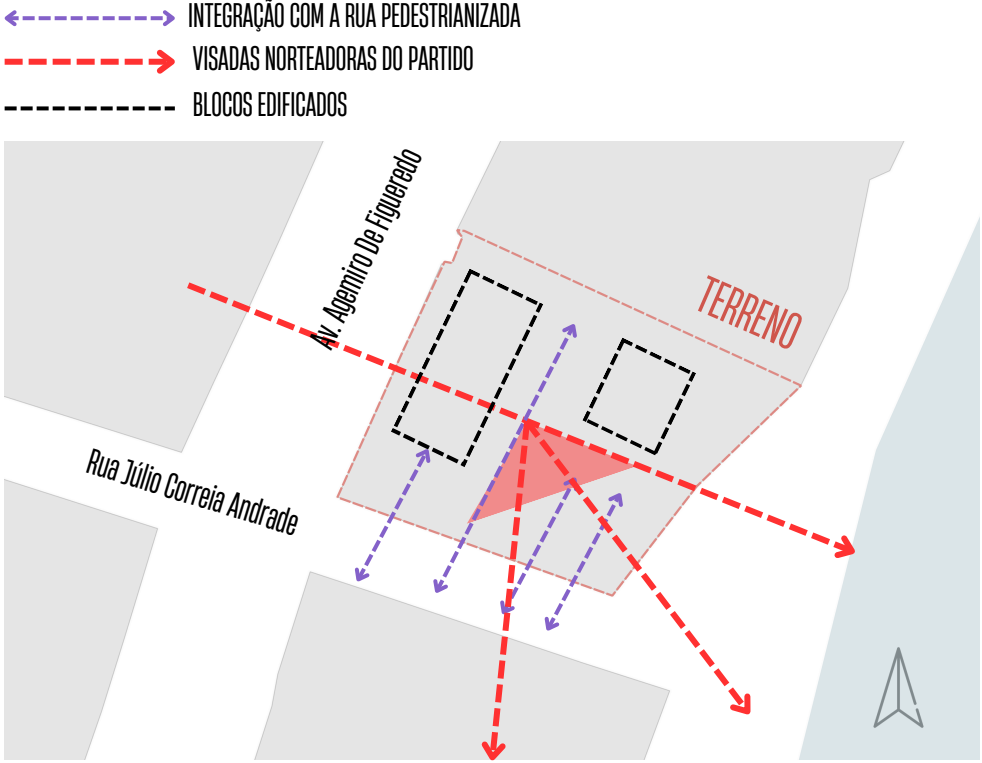
FONTE: elaborado pela autora.

6.2 PROPOSTA PROJETUAL

PARTIDO

Apesar de ter criado um empraçamento interessante, a segunda versão da setorização não contribuía para uma boa integração com a praia e a via lateral do lote. Tendo isso em vista, priorizou-se manter a face do terreno voltada para a praia o mais desobstruída possível garantindo também um melhor aproveitamento da ventilação predominante. Para atingir esse objetivo, o depósito de equipamentos salva vidas foi relocado para os fundos do terreno, livrando a área de maior conexão com a praia. A estação salva vidas foi colocada na fachada leste do terreno, voltada para a areia para garantir uma boa visibilidade do mar por parte dos guarda vidas. Os demais ambientes administrativos, mais restritos, foram colocados no pavimento superior permitindo um maior percentual de área livre no pavimento térreo.

FIGURA 80 - DIAGRAMA DO PARTIDO ARQUITETÔNICO



FONTE: elaborado pela autora.

FIGURA 81 - CRIAÇÃO DO EIXO CENTRAL

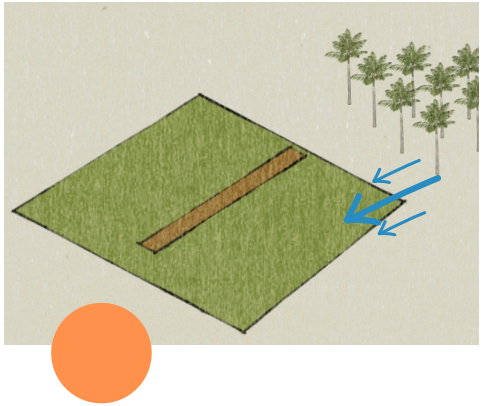


FIGURA 82 - LOCAÇÃO DOS BLOCOS FRONTAIS

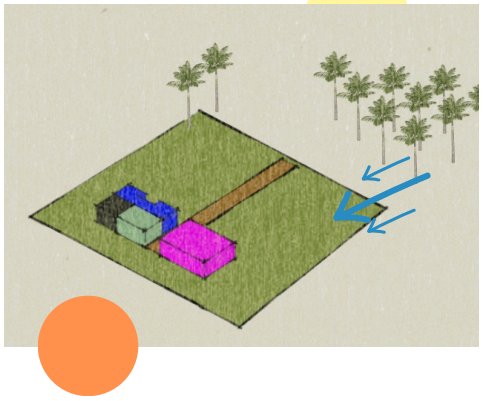
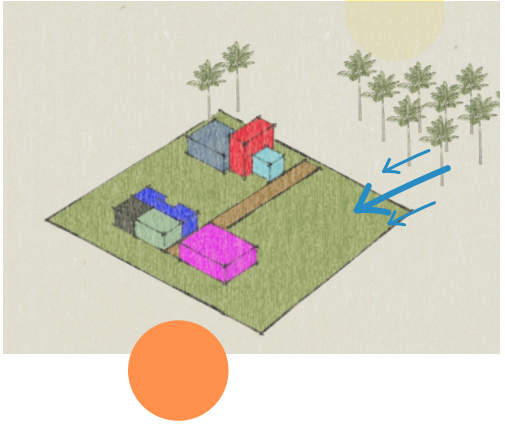


FIGURA 83 - NOVA POSIÇÃO DO BLOCO ADMINISTRATIVO



FONTE: elaborado pela autora.

LEGENDA

- EIXO CENTRAL
- PAVILHÃO MULTIUSO
- RECEPÇÃO E GUARDA VOLUMES
- LOJA DE ALUGUEL DE EQIIPAMENTOS AQUÁTICOS
- BATERIA DE BANHEIROS
- DEPÓSITO DE EQUIPAMENTOS SALVA VIDAS
- ESTAÇÃO SALVA VIDAS

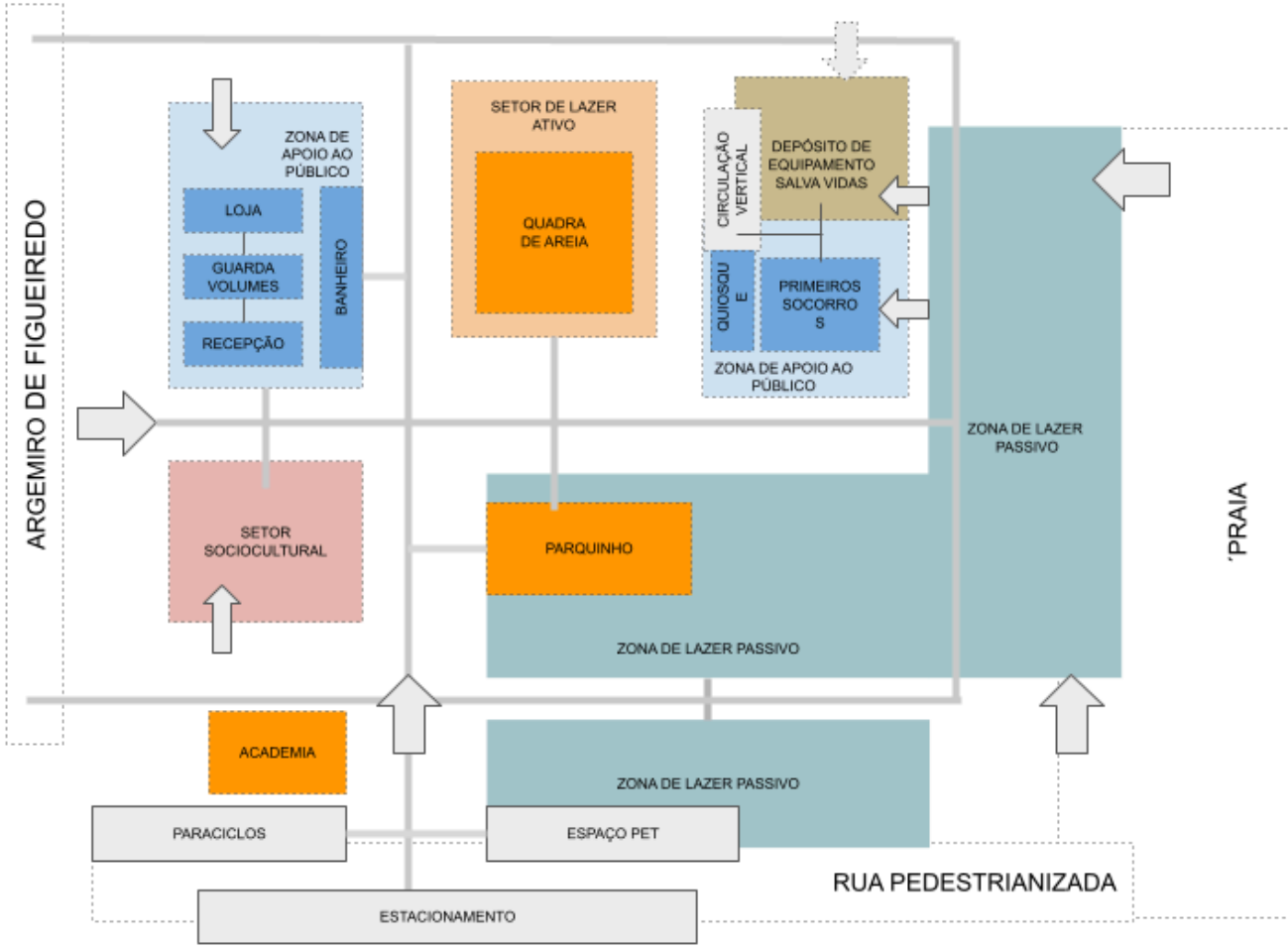
6.3 PROPOSTA PROJETUAL

SETORIZAÇÃO FINAL

A nova proposta também incorporou uma loja de aluguel de equipamentos aquáticos locada na face norte do terreno. O quiosque transferido para outro bloco leste criando uma fachada mais ativa voltada tanto para a quadra quanto para a rua. Essa mudança permitiu que a bateria de banheiros fosse espelhada para do centro do lote onde fica protegido por um anteparo composto por chuveiros voltadas para o lado da praia. Esse posicionamento é estratégico não só para garantir uma maior privacidade para os banheiros mas por ser facilmente acessado pelos demais blocos.

A academia e o parquinho foram posicionados perto da rua lateral com o objetivo de trazer vitalidade urbana para o equipamento a noite, já que são os espaços mais prováveis de serem usados no período noturno. Desta forma, cria-se um empraçamento que se mescla com a rua lateral estreitando a relação entre o equipamento e o espaço urbano. O organograma ao lado esboça o resultado das decisões projetuais tomadas. A zona de lazer passivo corresponde a um grande deck se estende ao longo de toda a fachada leste, garantindo um contato próximo com a vegetação de restinga presente na frente do lote e a contemplação da paisagem marítima. Esse deck, se eleva na porção sudeste do terreno, criando espaços de descanso e convívio.

FIGURA 84- ORGANOGRAMA SETORIZADO



FONTE: elaborado pela autora.

6.4 PROPOSTA PROJETUAL

VOLUMETRIA

A volumetria consiste em uma grande coberta que abarca os dois blocos frontais criando uma abertura central, que servirá de entrada principal. Nesse eixo uma passarela entre os dois bloco articula a transição entre o pavilhão, os espaços descobertos como por exemplo o deck e o parquinho até chegar no quiosques na sala de primeiros socorros. Em alguns pontos da coberta da passarela será vazada para permitir a implantação de coqueiros e outras vegetações ao longo da trajeto trazendo a natureza para dentro do lote e reforçando o "emolduramento" da paisagem no fim da passarela.

Além do fluxo principal da passarela, a edificação pode ser acessada pelas laterais como parte da proposta de fruição pública. Além disso, a edificação pode ser acessada pela faixa de areia. Isso por que em locais da restinga onde já existem uma passagem para cruzar a mata será instalado passarelas diretamente conectada ao deck.

FIGURA 85 - ZONEAMENTO FINAL

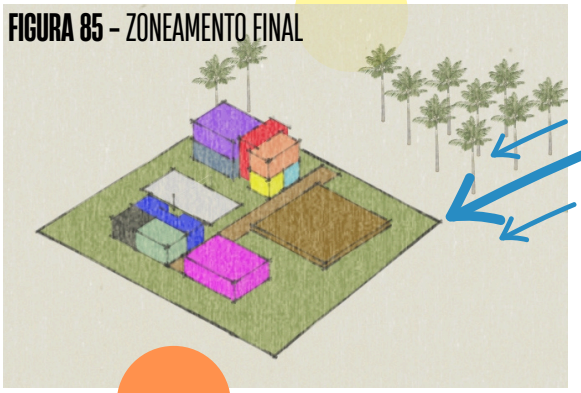


FIGURA 86 - FLUXOS

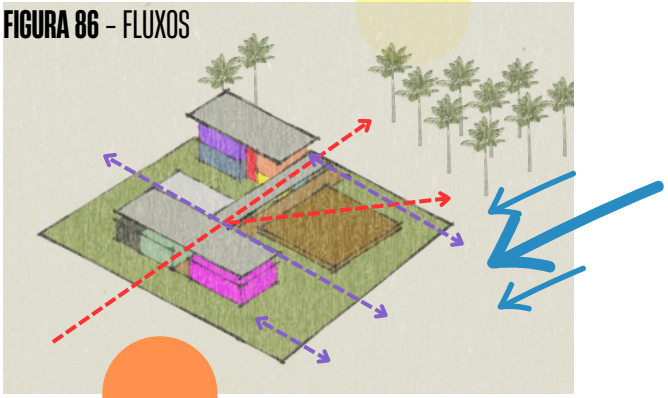
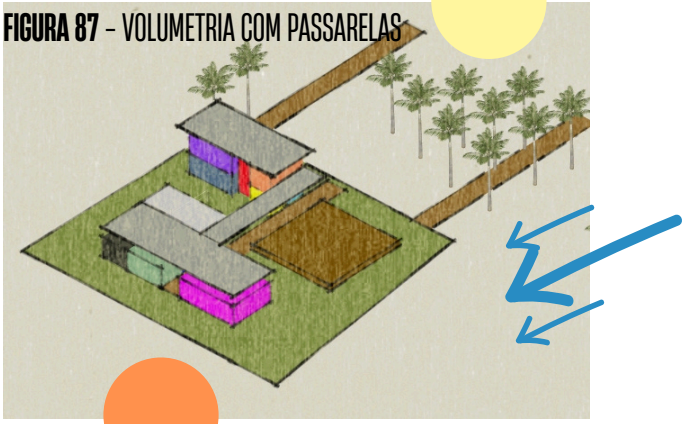


FIGURA 87 - VOLUMETRIA COM PASSARELAS



LEGENDA

- EIXO CENTRAL
- PAVILHÃO MULTIUSO
- RECEPÇÃO E GUARDA VOLUMES
- LOJA DE ALUGUEL DE EQIIPAMENTOS AQUÁTICOS
- BATERIA DE BANHEIROS
- DEPÓSITO DE EQUIPAMENTOS SALVA VIDAS
- ESTAÇÃO SALVA VIDAS
- VESTIÁRIO
- ADMINISTRAÇÃO
- QUIOSQUE
- DECK E PASSARELAS

FONTE: elaborado pela autora.

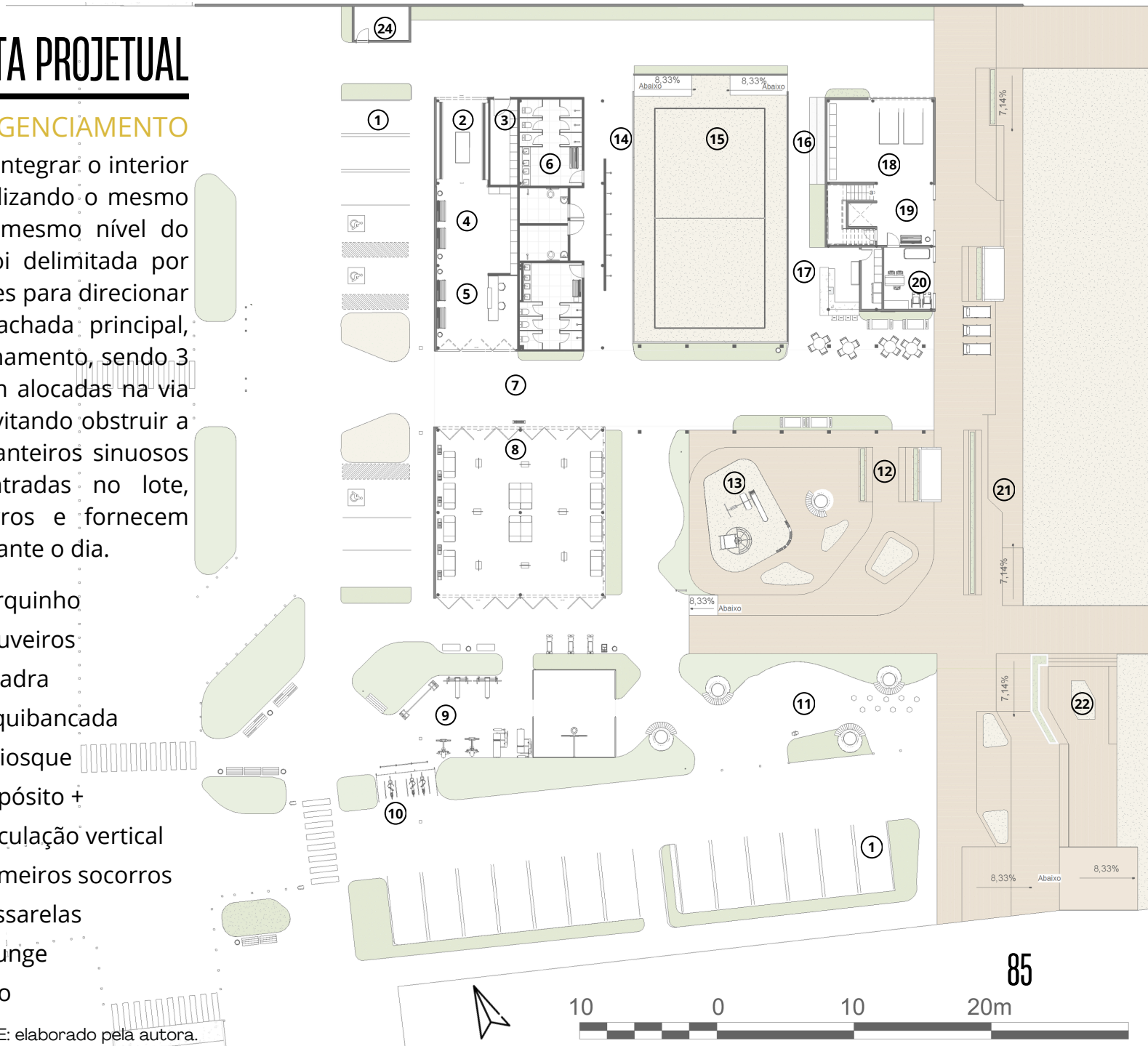
6.5 PROPOSTA PROJETUAL

AGENCIAMENTO

O agenciamento planejado para integrar o interior e o exterior do equipamento, utilizando o mesmo material e nivelando a rua ao mesmo nível do terreno. A área para veículos foi delimitada por canteiros arborizados e balizadores para direcionar o tráfego de automóveis. Na fachada principal, foram criadas 8 vagas de estacionamento, sendo 3 preferenciais. Outras vagas foram alocadas na via lateral para melhor integração, evitando obstruir a visão do terreno por veículos. Canteiros sinuosos na via lateral marcam as entradas no lote, protegem a academia dos carros e fornecem sombra para o uso do espaço durante o dia.

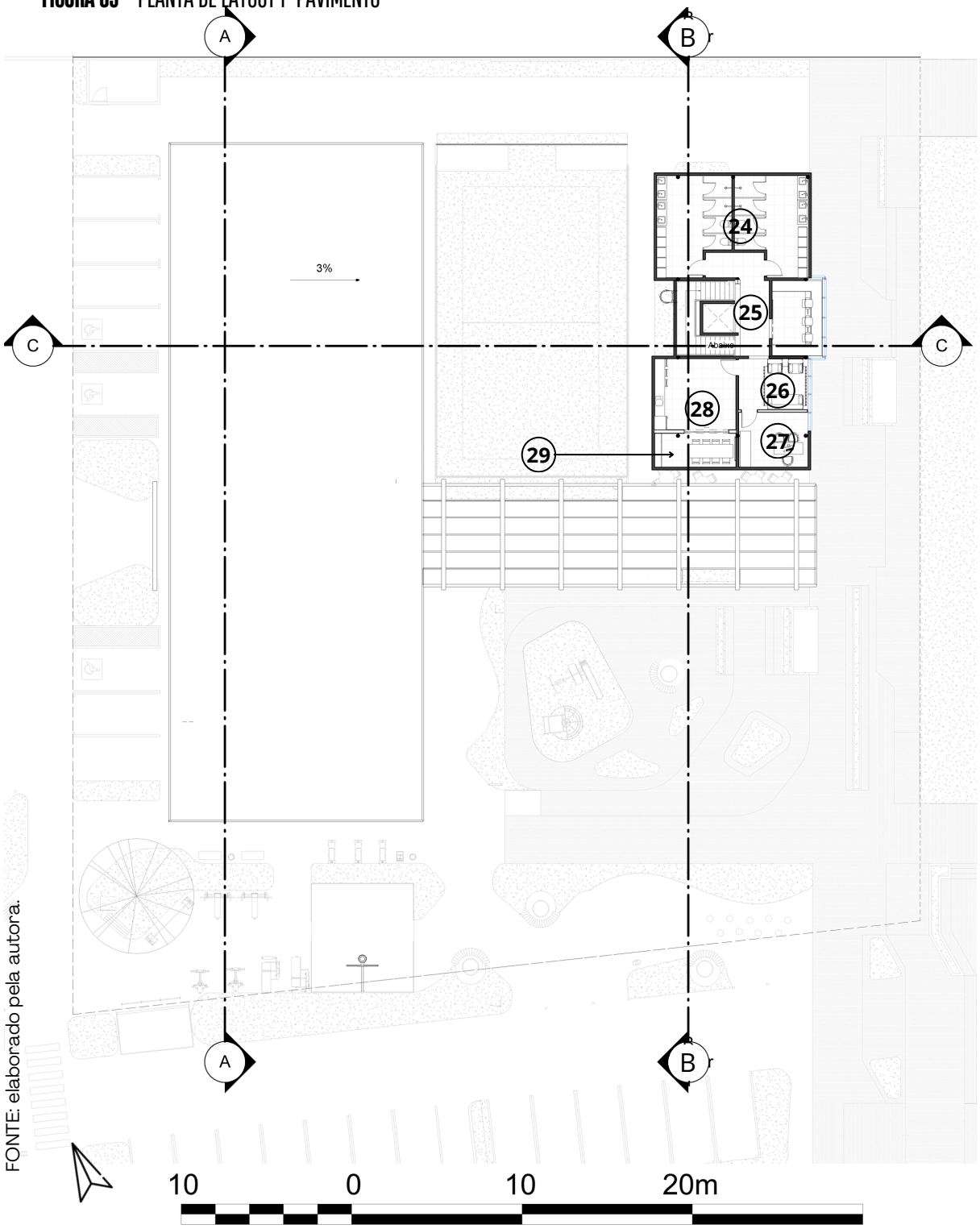
1. Estacionamento
2. Loja
3. Almoxarifado
4. Guarda Volumes
5. Recepção
6. Banheiros/ vestiários
7. Passarela
8. Espaço multiuso
9. Academia
10. Paraciclos
11. Fonte recreativa
12. Deck
13. Parquinho
14. Chuveiros
15. Quadra
16. Arquibancada
17. Quiosque
18. Depósito +
19. Circulação vertical
20. Primeiros socorros
21. Passarelas
22. Lounge
23. Lixo

FIGURA 88 – PLANTA DE LAYOUT TÉRREO



FONTE: elaborado pela autora.

FIGURA 89 – PLANTA DE LAYOUT 1° PAVIMENTO



FONTE: elaborado pela autora.

6.6 PROPOSTA PROJETUAL

PAVIMENTO SUPERIOR

Os ambientes administrativos, caracterizados por suas áreas mais restritivas, estão localizados no primeiro pavimento. Esta localização estratégica proporciona uma maior privacidade e controle de acesso aos setores administrativos. Além disso, situar esses ambientes no primeiro pavimento abre mais espaços para fruição do pavimento térreo.
A circulação vertical é composta por uma escada aberta em concreto e um elevador

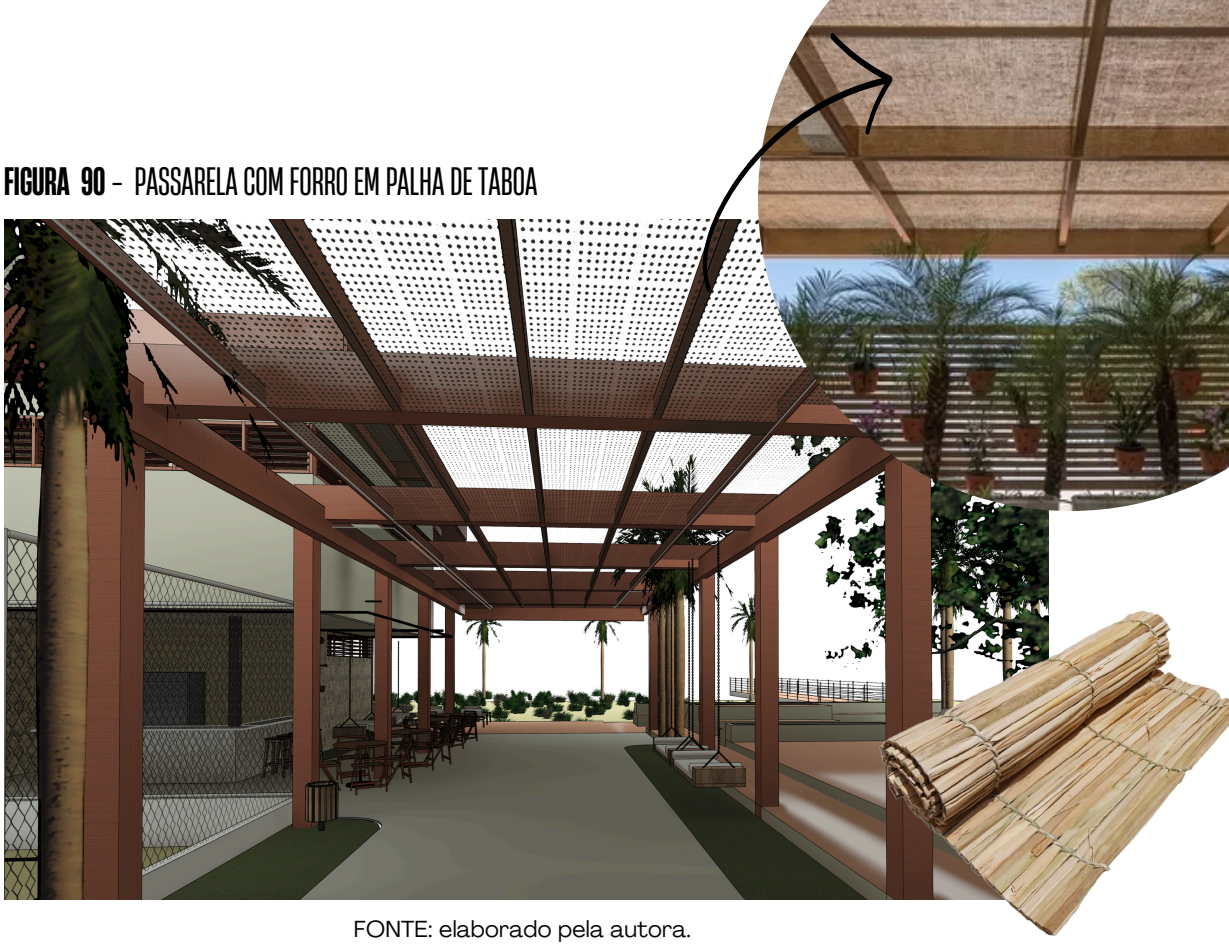
(24) Vestiário
(25) Observatório dos salva vidas
(26) Sala de espera
(27) Administração
(28) Copa
(29) Reunião

6.7 PROPOSTA PROJETUAL

PASSARELA

A passarela central possui aberturas que coincidem com os canteiros laterais dispostos de maneira organizada na paginação do projeto. Essas aberturas permitem a implantação de coqueiros e outros tipos de palmeiras, integrando a vegetação com a estrutura da passarela. Essa combinação oferece um ambiente mais agradável e esteticamente harmonioso, promovendo um contato mais próximo com a natureza e contribuindo para a melhoria da qualidade do ar e do clima local. Devido a fragilidade da palha será necessário que ela seja coberta.

FIGURA 90 - PASSARELA COM FORRO EM PALHA DE TABOA



FONTE: elaborado pela autora.

FIGURA 91 - VISTA DO EIXO CENTRAL DO PROJETO

6.8 PROPOSTA PROJETUAL

PARQUINHO

FIGURA 92- VISTA PARA A PASSARELA

FONTE: elaborado pela autora.

FIGURA 93 - PARQUINHO

FIGURA 94 - VISTA AÉREA DO DECK

Além de um amplo espaço que pode ser apropriado de diversa formas, o deck apresenta o parquinho de crianças (Figura 92) que corresponde a uma grande caixa de brincar que explora a multissensorialidade, permitindo que as crianças tenham contato direto com areia (Figura 93) O sombreamento do deck é feito por arvores de copa densa e alguns aglomerados de coqueiros (Figura 95) fruto do replantio das espécies já presentes no terreno ou de outras palmeiras. Esses também são locados em canteiros rebaixados no deck, criando “lounges” na areia para sentar / deitar.

FIGURA 95- CORTE BB

FONTE: elaborado pela autora.

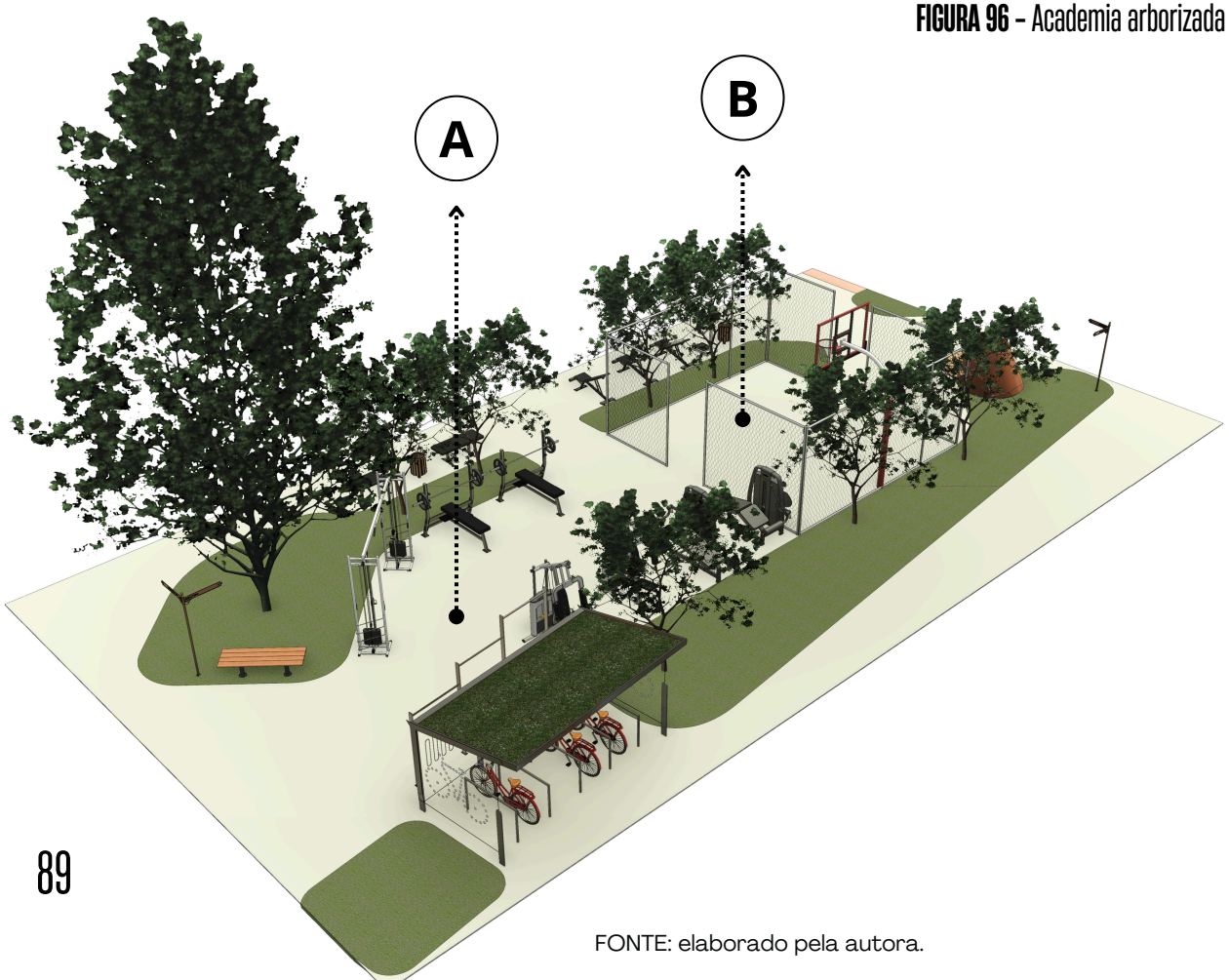
PROPOSTA PROJETUAL

6.9

ACADEMIA

Entre árvores altas e frondosas encontra-se uma academia ao ar livre (Figura 96) , que conta com equipamentos de musculação, barras livres e uma cesta de basquete para lances livres (Figura 98). Este espaço torna-se, assim, um local de encontro para pessoas que desejam cuidar do corpo e da mente, cercados pela beleza da natureza.

FIGURA 96 - Academia arborizada



FONTE: elaborado pela autora.

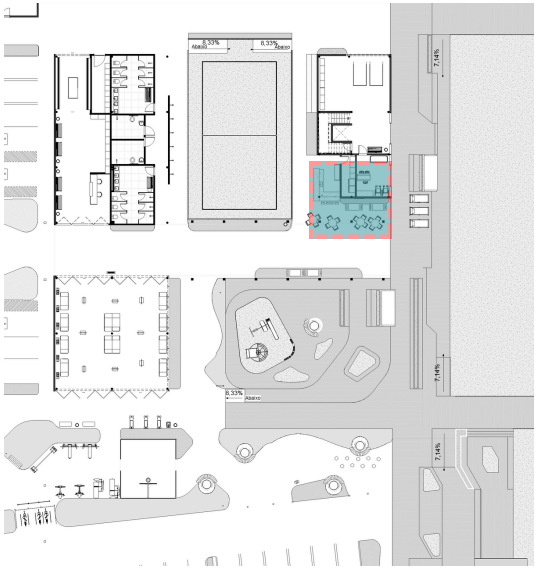
FIGURA 97 - Academia arborizada

FONTE: elaborado pela autora.

FIGURA 98 - Cesta de Basquete

FONTE: elaborado pela autora.

FIGURA 101- ZONA DE APOIO AO PÚBLICO BLOCO A - RECEPÇÃO

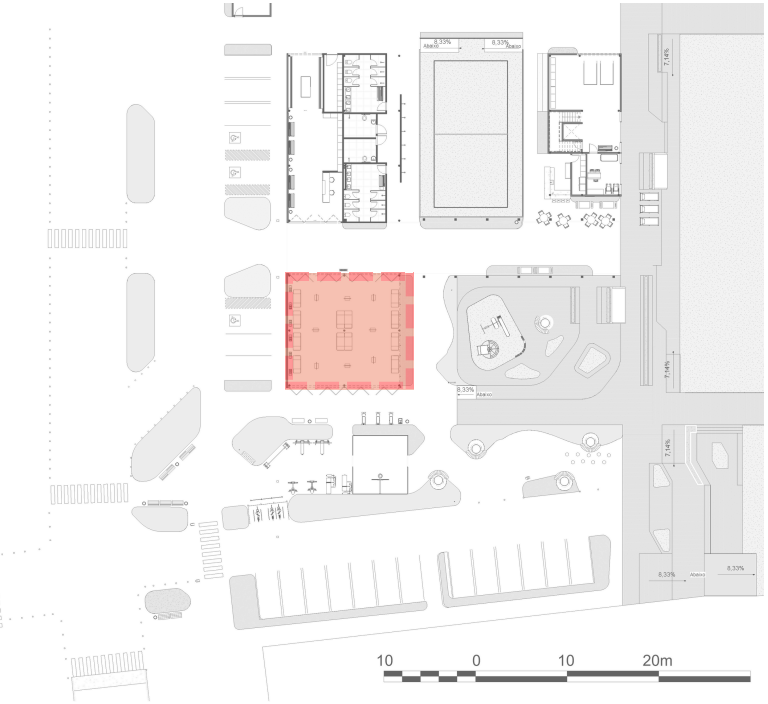


FONTE: elaborado pela autora.

FIGURA 99 - ZONA DE APOIO AO PÚIBLICO BLOCO A - RECEPÇÃO

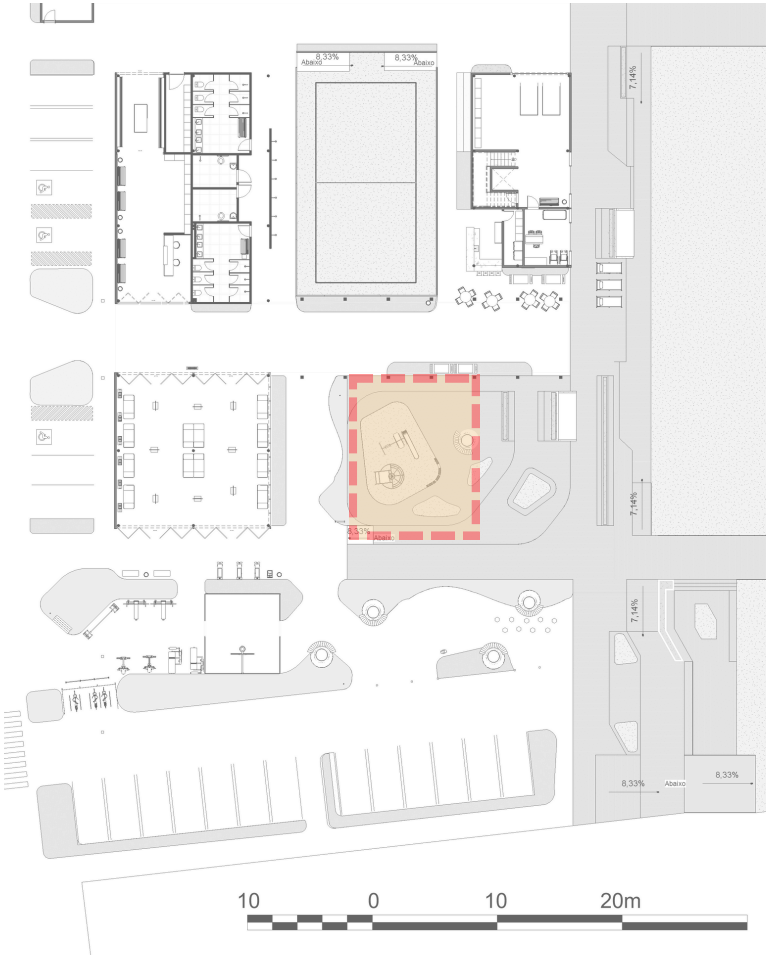
FONTE: elaborado pela autora.

FIGURA 100 -ZONA SOCIO EDUCACIONAL - PAVILHÃO MULTIUSO



FONTE: elaborado pela autora.

FIGURA 102 - ZONA DE LAZER ATIVO - PARQUINHO



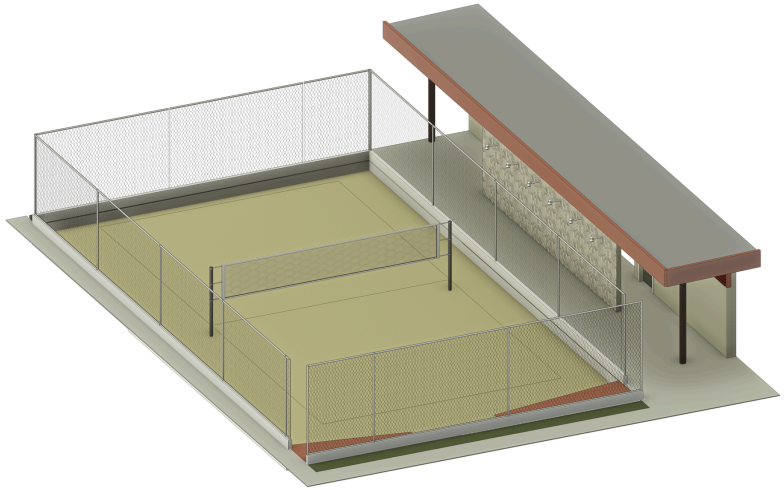
FONTE: elaborado pela autora.

PROPOSTA PROJETUAL

6.10

AMBIENTES

FIGURA 103 - QUADRA DE **AREIA.**



FONTE: elaborado pela autora.

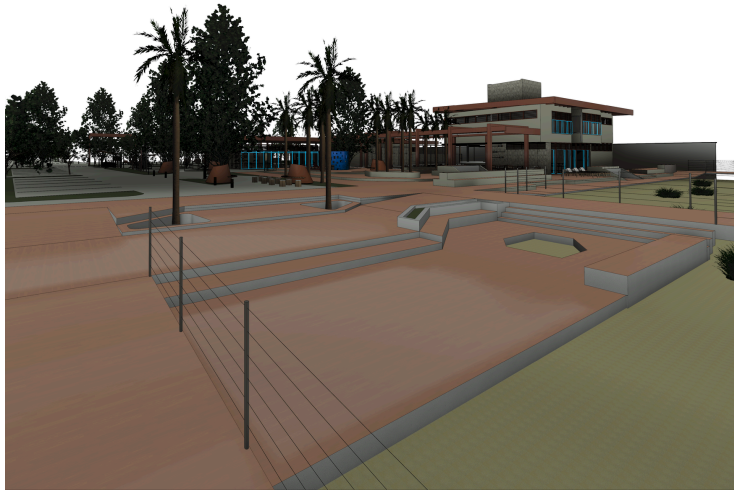
FIGURA 104 -FRENTE DO DECK PARA A PRAIA

FONTE: elaborado pela autora.

FIGURA 105 -QUIOSQUE.

FONTE: elaborado pela autora.

FIGURA 106-DECK DE ACESSO A PRAIA



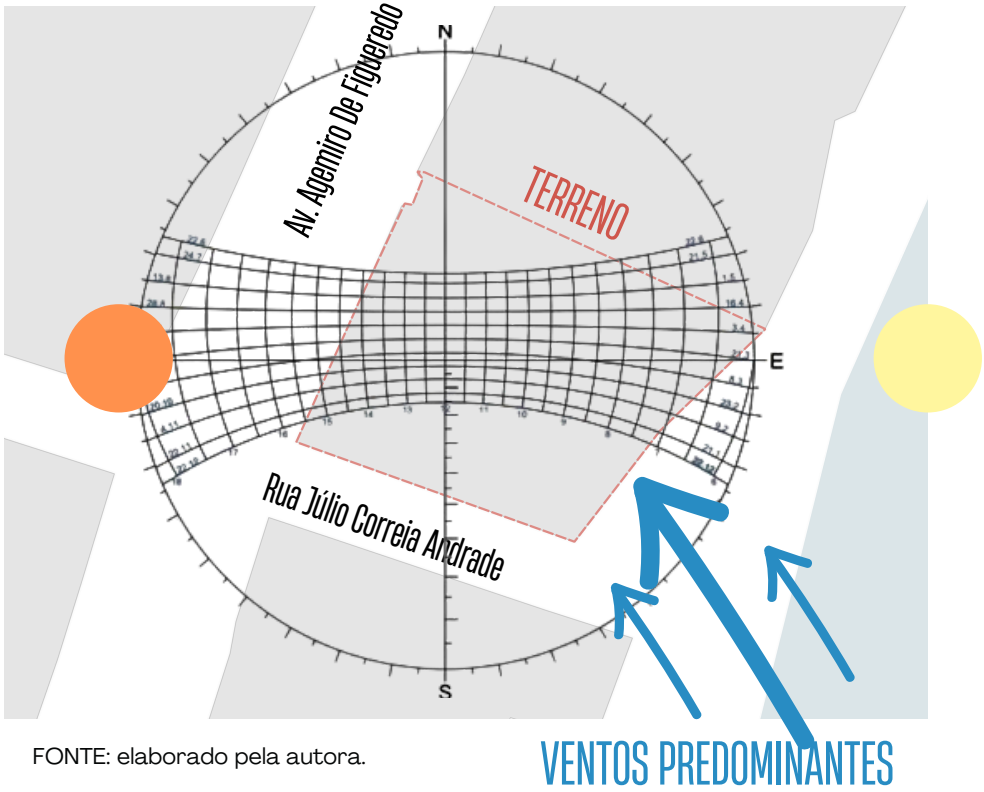
FONTE: elaborado pela autora.

PROPOSTA PROJETUAL

ADAPTAÇÃO BIOCLIMÁTICA

6.11

FIGURA 107 - CONDICIONANTES CLIMÁTICAS



FONTE: elaborado pela autora.

PO terreno dor projeto é uma esquina com fachadas voltadas para o oeste e sul, características que influenciam significativamente o clima e a experiência de ocupação do espaço.e sustentável. A fachada oeste está sujeita à incidência direta do sol durante a tarde, especialmente nos meses mais quentes do ano. Isso pode elevar a temperatura interna dos ambientes adjacentes, tornando-os menos confortáveis.

ara amenizar os efeitos do sol na fachada oeste, foi utilzado uma parede em pedra e brises para permitir a ventilação cruzada. Além disso fez se o uso de uma coberta ventilada, isto é desprendida da alvenaria . Além disso, nessa esquina do lote o tratamento paisagístico e o uso de árvores com copas densas foi reforçado para auxiliar no sombreamento da edificação. Em toda a edificação brises basculantes foram utilizados para garantir a ventilação cruzada ao longo de todos os ambientes melhorar a circulação de ar. Em termos de paisagismo, o uso de vegetação adequada pode contribuir para o conforto térmico, além de embelezar o ambiente. Árvores de porte médio na fachada oeste podem proporcionar sombra adicional, enquanto plantas mais baixas na fachada sul ajudam a evitar barreiras para o vento.

6.12 PROPOSTA PROJETUAL

PAISAGISMO

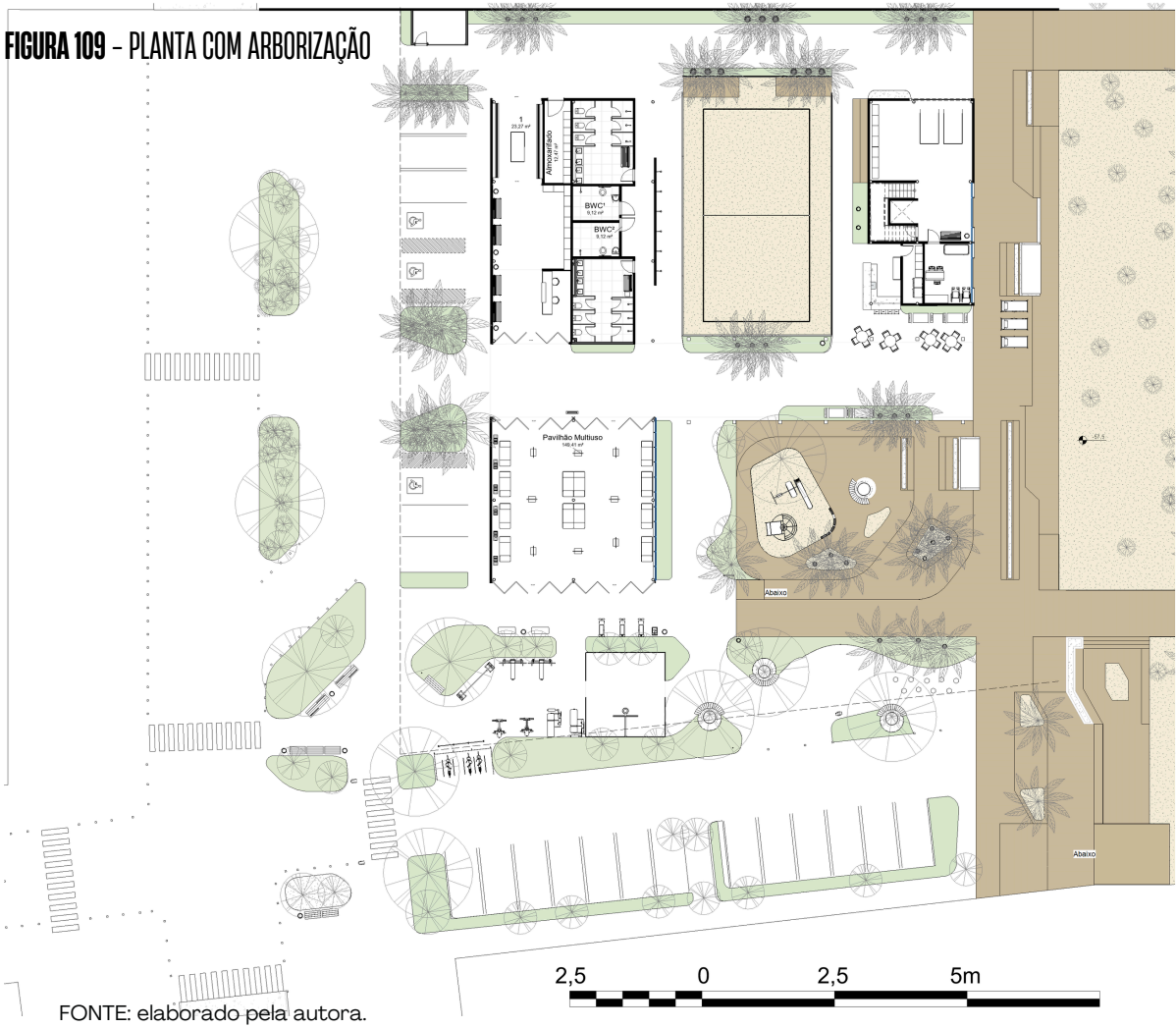
Ao longo do lançamento da arborização foi levado em consideração primeiramente o porte das árvores. Em locais que demandam muito sombreamento como por exemplo o deck com parquinho foram locadas arvores de grande porte com uma copa mais robusta. As arvores de maior porte também foram utilizadas para demarcar entradas no lote e juntamente com outras composições paisagísticas criar vários enquadramentos ao longo o passeio urbano.

O principal critério de escolha das espécies para o projeto paisagístico foi a compatibilidade com o ambiente litorâneo. Primeiramente, promoveu-se o replantio e o aproveitamento de alguns coqueiros pré-existentes no lote. Além disso outros tipos de palmeiras são protagonistas das composições dos canteiros, principalmente aqueles localizados no interior do lote. De acordo com as práticas mais modernas de arborização urbana, o plantio de árvores de médio e grande porte deve ser incentivado para aumentar a cobertura vegetal em áreas públicas, mesmo em locais com redes aéreas.

FIGURA 108 - ENTRADA PRINCIPAL

FONTE: elaborado pela autora.

FIGURA 109 - PLANTA COM ARBORIZAÇÃO



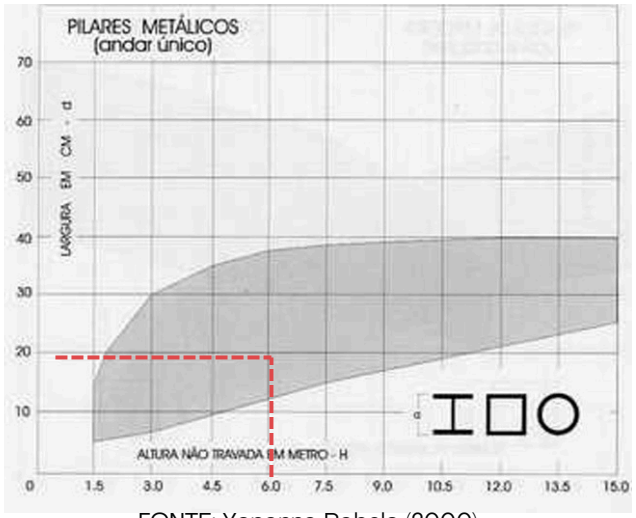
FONTE: elaborado pela autora.

6.13

Como o bloco da entrada principal não tem laje, isto é, a estrutura sustenta apenas a coberta. Ele foi concebido com uma estrutura hibrida de pilares metálicos de perfil circular com seção de 20 cm de diâmetro e vigas de madeira de seção de 45x15, dispostas em uma modulação de 6x6.

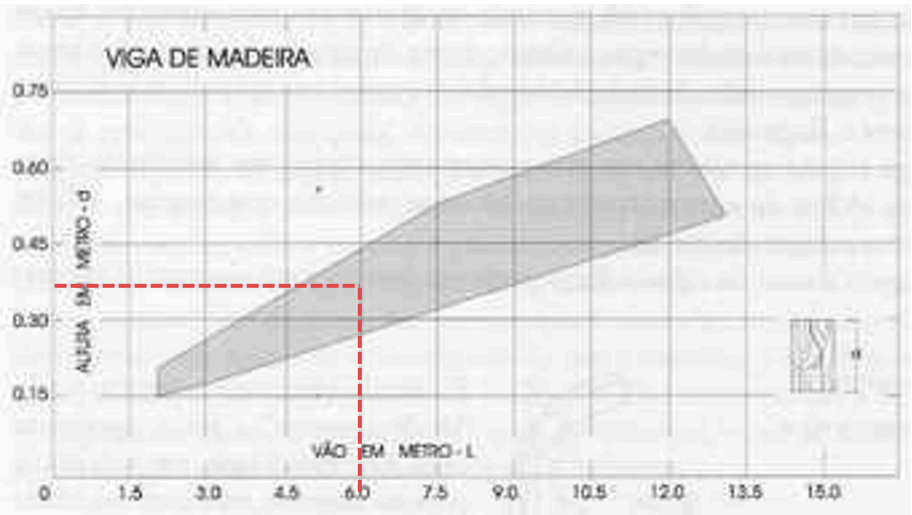
Diante do intuito de criar uma coberta bem marcada horizontalmente, foi escolhida a telha de aço tipo sanduíche termo acústica para coberturas, dado a sua baixa inclinação 3%. Essa escolha ditou a modulação das terças já que sua largura é de 910 mm, com seção de 6x25.

FIGURA 110- DIMENSIONAMENTO PILARES METÁLICOS



FONTE: Yopanna Rabelo (2000).

FIGURA 111 - DIMENSIONAMENTO VIGA DE MADEIRA



FONTE: Yopanna Rabelo (2000).

FIGURA 112 - REFERÊNCIA DE COBERTA

FONTE: Archdaily.

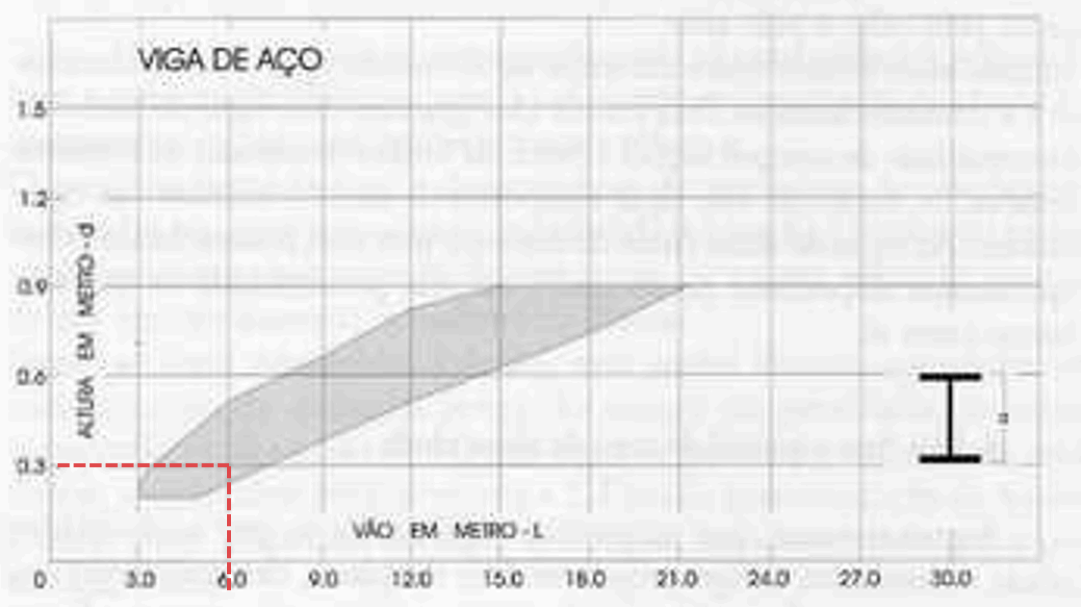
OBS: O DIMENSIONAMENTO FEITO A PARTIR DO LIVRO DE YOPANNA RABELO SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR ANTÔNIO SOBRINHO.

Diante do intuito de criar uma coberta bem marcada horizontalmente, foi escolhida a telha de aço tipo sanduíche termo acústica para coberturas, dado a sua baixa inclinação 3%. Essa escolha ditou a modulação das terças já que sua largura é de 910 mm.

6.13 PROPOSTA PROJETUAL

ESTRUTURA

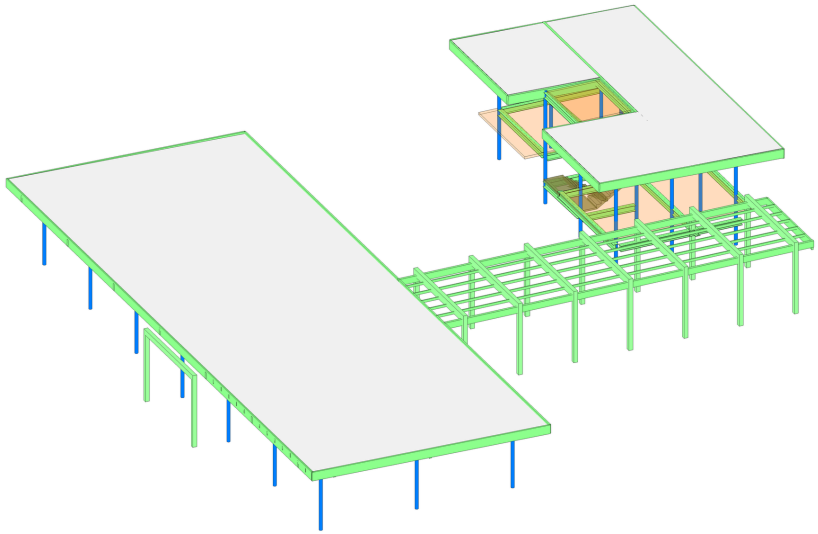
FIGURA 113 - DIMENSIONAMENTO VIGA PERFIL I



FONTE: Yopanna Rabelo (2000).

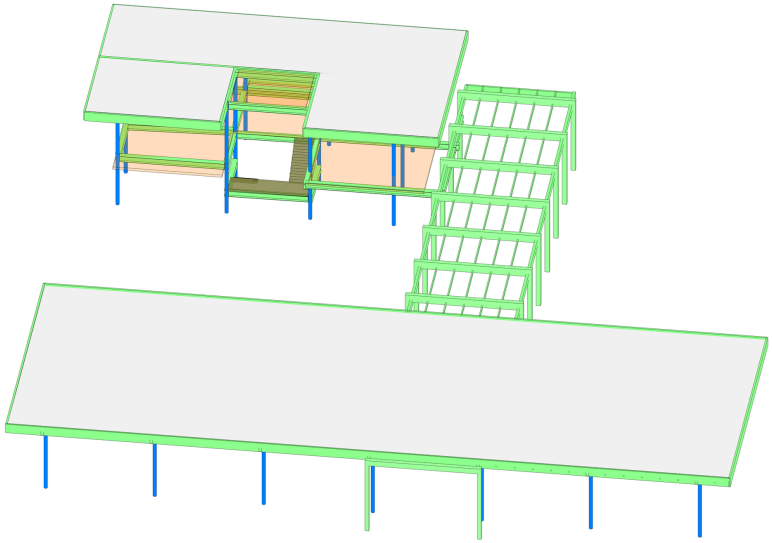
No bloco de primeiro andar as vigas do pavimento são metálicas com perfi em I, justamente para conseguirem suportar a laje. Nessa parte da edificação também diminuiu-se a modulação para fazer um travamento mais adequado do core.

FIGURA 114 - PERSPECTIVA MAQUETE ESTRUTURAL



FONTE: elaborado pela autora.

FIGURA 115 - PERSPECTIVA ESTRUTURA



FONTE: elaborado pela autora.

6.14 RESERVATÓRIO

O reservatório inferior se faz necessário em prédios com mais de três pavimentos, pois, geralmente, até esse limite, a pressão na rede pública é suficiente para abastecimento do reservatório elevado. Para calcular o volume necessário para o reservatório de água, foi necessário estipular a quantidade de pessoas que o equipamento consegue acolher. Essa contagem foi feita da seguinte forma:

1. Foram listados os ambientes do equipamento e para cada um deles de acordo com um critério, este podendo ser proveniente de uma norma ou da quantidade de lugares que o layout oferta (Tabela 08)

1. Para os ambientes administrativos somou-se ao valor anterior a equipe de funcionários estimada no capitulo 5.3 ou seja 238 + 16 = 254

TABELA 08 - CRITÉRIO DE CÁCLULO DA CAPACIDADE DO EQUIPAMENTO

AMBIENTE	CRITÉRIO	QUANTIDADE DE PESSOAS
ARQUIBANCADAS	Arquibancadas sem cadeiras ou poltronas: na proporção de 0,5 m linear de arquibancada por pessoa.	28
QUADRA	No vôlei de praia a modalidade com mais pessoas jogando são 4 pessoas por time.	8
QUIOSQUE	De acordo com os acentos do layout base.	32
ENFERMARIA	1 pessoa a cada 7 m²	15,7/7=2
F-1* (PAVILHÃO)	1 pessoa para cada 3 m² (NBR 9077)	146/3= 49
C1**(RECEPÇÃO, GUARDA VOLUMES, LOJA)	1 pessoa por 3,00 m2 de área (NBR 9077)	32
ACADEMIA	De acordo com os acentos do layout base.	18
PASSARELA COBERTA	Espaços de circulação maiores que 1,5 m devem ser considerados. 1 pessoa para cada 3 m²	201/3= 67
J*** (DEPÓSITO DE EQUIPAMENTOS SALVA VIDAS)	Uma pessoa por 30,00 m2 de área(J****)	64,8/30 = 2

FONTE: elaborado pela autora.

*F de valor inestimável assemelhados: Locais onde há objetos Museus, galerias de arte, arquivos, bibliotecas e
** Comércio em geral, de Armarinhos, tabacarias, mercearias, fruteiras, pequeno porte
***Depósitos sem risco de incêndio expressivo
**** A parte de atendimento ao público de comércio atacadista deve ser considerada como do grupo C

6.14 PROPOSTA PROJETUAL

RESERVATÓRIO

1- Considerando que cada pessoa equivale a 50 litros, multiplica-se o total de pessoas por 50 :
254 x 50 = 12700

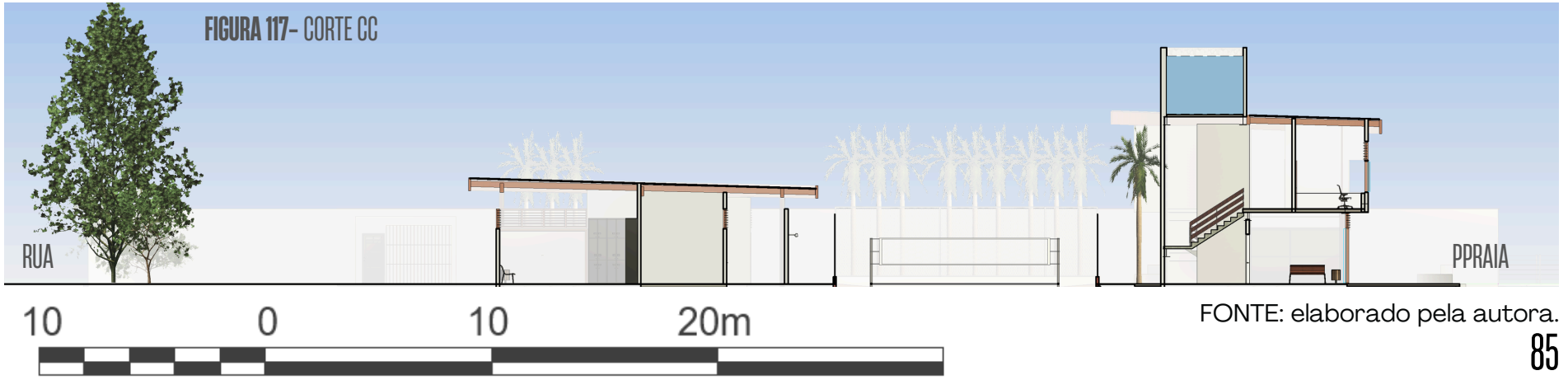
2- O reservatório tem que ser suficiente para 2 dias, logo:
12700 x 2 = 25400

3- A Reserva Técnica de Incêndio é a primeira medida de controle de incêndio antes da chegada dos bombeiros. Deve conter, pelo menos, 20% do volume diário de água utilizado no local:
25400 + 20/100x 25400 = 30 500

FIGURA 116- PERSPECTIVA RESERVATÓRIO DE ÁGUA

FONTE: elaborado pela autora.

FIGURA 117- CORTE CC



FONTE: elaborado pela autora.

7.ENSAIO URBANO

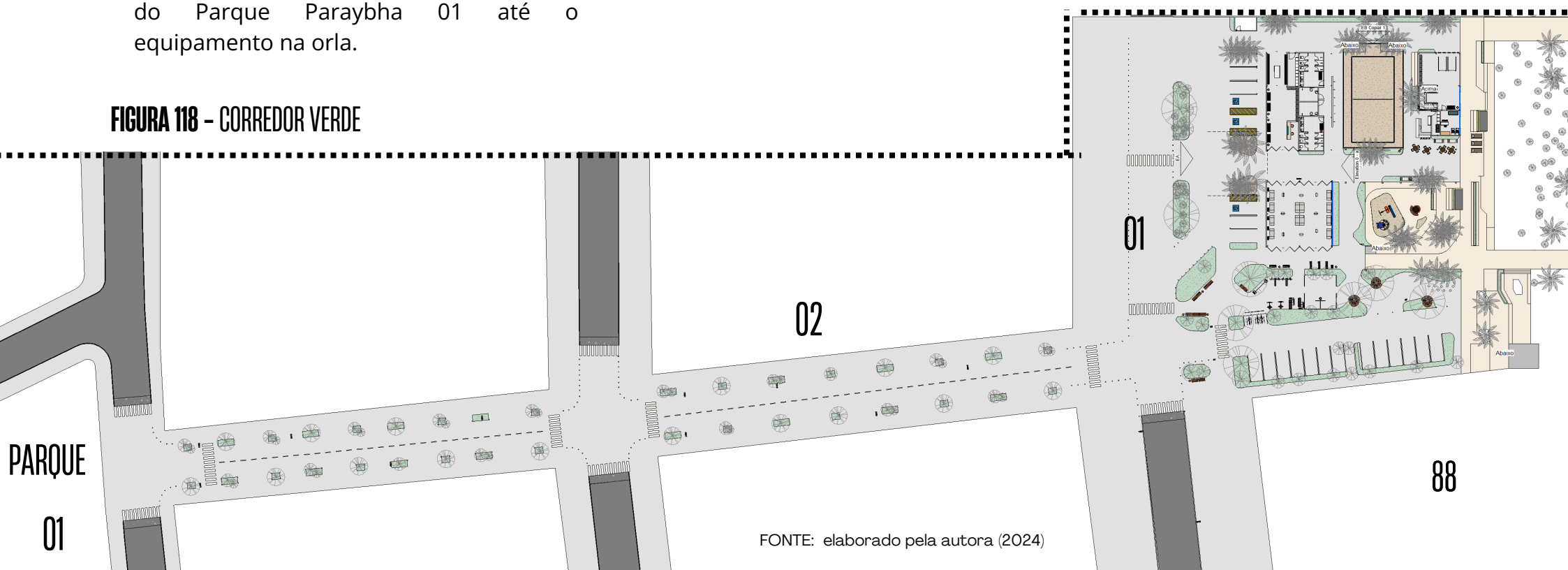
7.0 ENSAIO URBANO

RECORTE DA INTEVENÇÃO

Além do esmaecimento dos limites do lote a ligação entre o parque e a praia foi feita através da criação de um corredor verde elevado para o nível da calçada. A rua lateral lote se tornará em uma rua compartilhada com estacionamento. Para compreender melhor a proposta propões uma percusso em visão seriada partindo do Parque Paraybha 01 até o equipamento na orla.

Além da criação de biovaletas arborizadas de diferentes tamanhos. Também foram criados um sistema de iluminação composto por postes luminosos com duas alturas diferentes e balizadores iluminados que conduzem o caminho do pedestre até o equipamento.

FIGURA 118 – CORREDOR VERDE



FONTE: elaborado pela autora (2024)

FIGURA 119 - CENÁRIO 01.

FONTE: elaborado pela autora (2024)

FIGURA 120 – CENÁRIO 02.

FONTE: elaborado pela autora (2024)

7.0

PROPOSTA PROJETUAL

ENSAIO URBANO

FIGURA 121 – CENÁRIO 03.

ANTES

ENSAIO

ENSAIO

FONTE: elaborado pela autora (2024)

FIGURA 122- PERSPECTIVA PROJETO NOSSA PRAIA

FONTE: elaborado pela autora (2024)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- A elaboração desse trabalho foi um **processo vivo**. Ao mesmo tempo que ele é fruto de uma série de pesquisas que participei ao longo da minha graduação também me fez confrontar minhas próprias vivências do ambiente urbano, em especial, da praia.

- Gostaria de ressaltar que mesmo que a implementação de um equipamento urbano **não seja capaz de solucionar os problemas sociais, contribui para criar uma dinâmica em que eles são atenuados**, atendendo às necessidades dos frequentadores, mas também contribuindo para a criação de uma nova esfera de copresença.

- Espera-se que este trabalho sirva como ponto de partida para futuras pesquisas e projetos que possam, cada vez mais, **valorizar e aprimorar nossos espaços costeiros como um bem coletivo,** afinal:

A PRAIA É **NOSSA!**

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus, que me deu a perseverança para chegar até aqui. Sua presença em minha vida tem sido uma fonte inesgotável de suporte e motivação. Agradeço também à minha família! Vocês são o meu maior propósito na terra.

Gostaria de agradecer também à equipe de professores que se fez presente ao longo desses anos de graduação, compartilhando seus conhecimentos e experiências do universo da Arquitetura e Urbanismo. A Lucy Donegan, és um exemplo para mim em muitos aspectos. Seu comprometimento, dedicação e excelência têm sido fontes de inspiração ao longo da minha jornada. Às professoras, Amélia Panet e Isabel Rocha que me ensinaram que sempre devemos buscar os caminhos em prol dos menos favorecidos e me mostraram o papel social de um Arquiteto e Urbanista. Um agradecimento especial a Paula Dieb, não só por ter topado embarcar nesse processo comigo mas por suas, contribuições e ensinamentos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Por fim, agradeço a todos os colegas e amigos que estiveram ao meu lado durante essa caminhada. Em especial, todos meus colegas do “voleibas” e do time Asus, a Manoela Tavares, Maria Elisa, Maria Clara Brito, Maria Eduarda Negromonte, Vivianne Jales, Giulia Soares, Ana Beatriz Moura, Giancarlo Nóbrega, Gabriel Madruga, Anderson Guedes e Matheus Tito .

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos.

9. REFERÊNCAS

9. REFERÊNCIAS

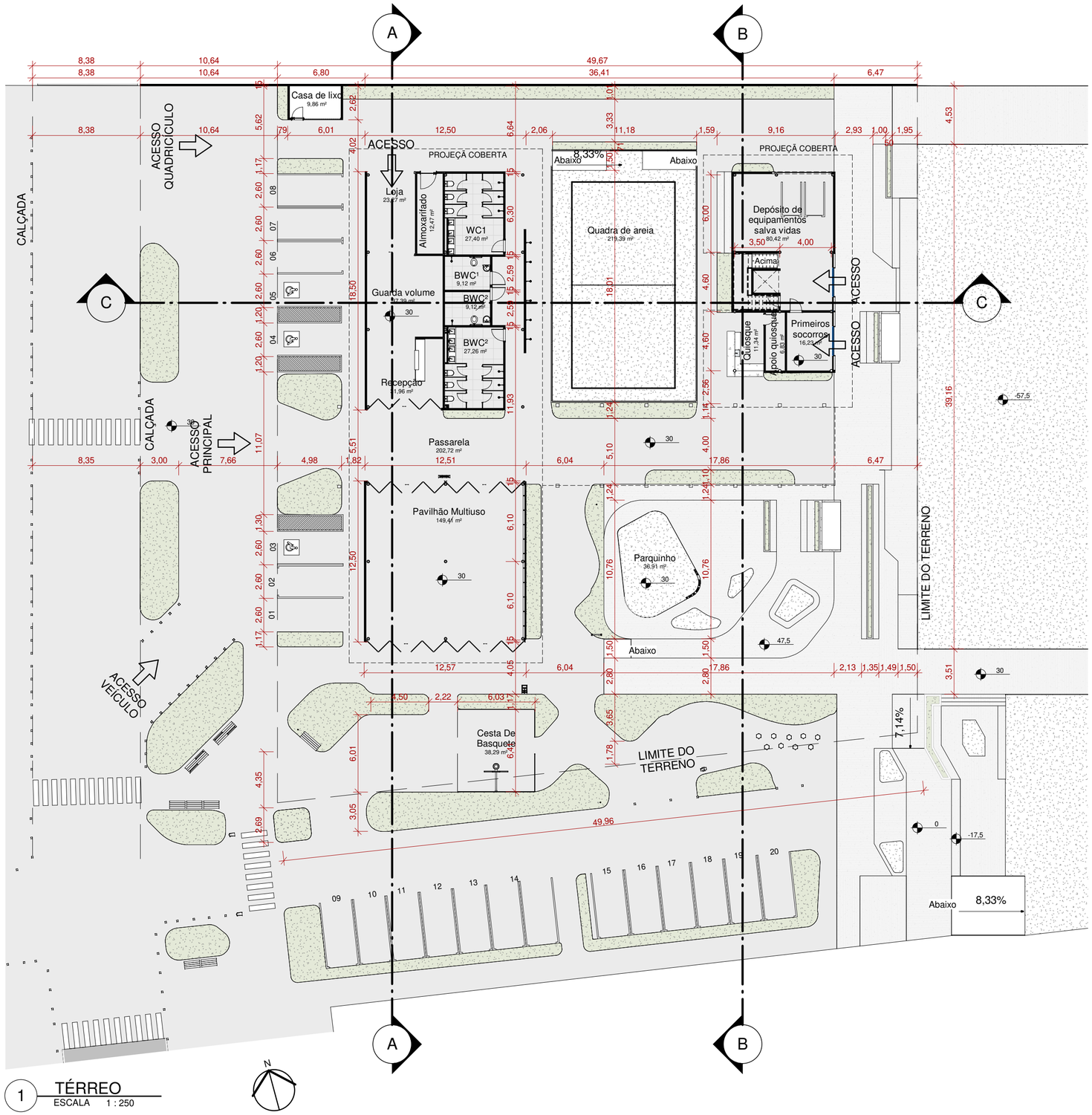
- BATTAUS, D. M. DE A.; OLIVEIRA, E. A. B. DE. O DIREITO À CIDADE: URBANIZAÇÃO EXCLUDENTE E A POLÍTICA URBANA BRASILEIRA. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 81–106, abr. 2016.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2024.
- BRASIL. [Ministério Das Cidades (2023)]. O que são equipamentos públicos (urbanos e comunitários)?. Brasília, DF: Presidente da República, [2023]. Disponível em:https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/5-o-que-sao-equipamentos. Acesso em 02 fev. 2024.
- CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o "Direito à Cidade". GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 24, n. 3, p. 412-424, 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.177180.
- COOK, Edward A. Urban landscape networks: An ecological framework. Landscape Research, v. 3, n. 16, p. 7-15, 1991.
- CORBIN, A. (1989) Território do vazio. Companhia das Letras, São Paulo.
- COSTA, M. F. da, Araújo, M. C. B. de, Silva-Cavalcanti, J. S. e Souza, S. T. de. (2008) Verticalização da Praia da Boa Viagem (Recife, Pernambuco) e suas consequências sócioambientais. Revista de Gestão Costeira Integrada -Journal of Integrated Coastal Zone Management, 8(2), 233–245. doi:10.5894/rgci128
- DAL POZZO, C. F. Territórios de autossegregação e de segregação imposta: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos. 2011. 316 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2011.
- DONEGAN, L. Qual é a sua praia? Arquitetura e sociedade em praias de Natal-RN. [S.l.] Brasil, 4 mar. 2016.
- DONEGAN, L.; ALVES, S. D. DE S. Another Tale of Three Beaches: Profiling seaside neighborhoods in João Pessoa, Brazil. Proceedings of the 12th Space Syntax Symposium. Anais... Em: 12TH INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM. Pequim: Beijing Jiaotong University, 2019.
- DONEGAN, L.; ALVES, S. D. DE S.; OLIVEIRA, J. V. N. DE. De separações na cidade a misturas nas praias: investigando padrões socioespaciais e usos de praias em uma capital litorânea. Revista de Morfologia Urbana, v. 10, n. 1, p. e00223, 22 fev. 2022.
- DONEGAN, L., MADRUGA, G. DE O. E CARNEIRO, N. V. (2022) Night and day at the beach: relating social life to location and infrastructure in a Brazilian city. Frontiers of Architectural Research. doi:10.1016/j.foar.2022.05.001.
- DONEGAN, L.; CARNEIRO, N. V. De quintal de casa à viagem ocasional: forma urbana, fluxos e usos em lugares diferentes da mesma praia. Revista de Morfologia Urbana, [S. l.], v. 11, n. 1, 2023. DOI: 10.47235/rmu.v11i1.282. Disponível em: https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/282. Acesso em: 23 ago. 2023.
- GEHL, J. Cities for People. Washington, DC: Island Press, 2010.
- HARVEY, D. 1996. “Espaços urbanos na ‘Aldeia Global’: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX”. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, PUC-Minas, n. 4, pp.171-89.
- Harvey, David. (2008). O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, David. Cidades rebeldes : do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

9. REFERÊNCIAS

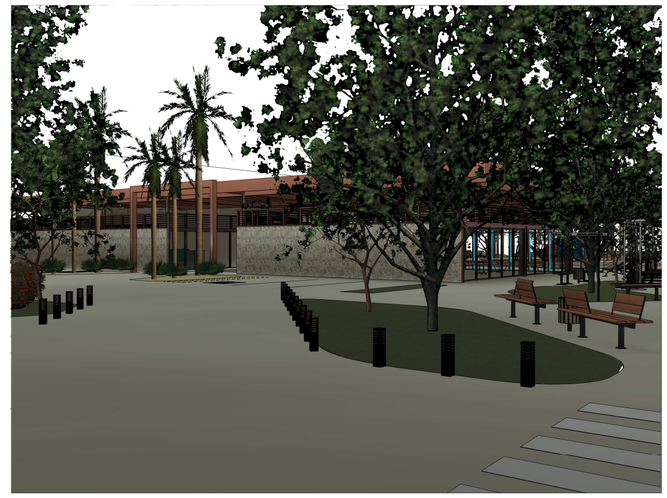
- HILLIER, B. Space is the machine: a configurational theory of architecture. London, UK: Space Syntax, 1996.
- JACOBS, J. The Death and Life of Great American Cities. 2000. ed. London, UK: Pimlico, 1961.
- LYNCH, K. A Imagem da Cidade. MIT Press, 1960.
- LEFEBVRE, Henri. A Re Produção das Relações Sociais de Produção . Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, Henri.O Direito à Cidade. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008
- MOURA FILHA, Maria Berthilde. De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil (séculos XVI-XVIII). João Pessoa: IPHAN/Superintendência na Paraíba, 2012. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14275/2/5665TD01P000072378.pdf
- PANERAI, Philippe. O retorno à cidade: o espaço público como desafio do projeto urbano. Revista Projeto, São Paulo, abril - 1994.
- NETTO, V. M. et al. Digital footprints in the cityspace: Finding networks of segregation through Big Data. . Em: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LOCATION-BASED SOCIAL MEDIA DATA. Athens, GA, USA: 2015.
- PEPONIS, J. Space, culture and urban design in late modernism and after. Ekistics, v. 56, n. 334/335, p. 93–108, 1989.
- RAMOS, Daniel da Rocha, A Invenção Da Praia E A Produção Do Espaço: Dinâmicas De Uso E Ocupação Do Litoral Do Es, Vitoria: UFES, 2009.
- SOUSA, Alberto; SARMENTO, Marcela Fernandes . A ocupação urbana de um importante setor litorâneo de uma capital estadual: João Pessoa (PB). Arquitextos, São Paulo, ano 14, n. 164.00, Vitruvius, jan. 2014 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.164/5014>.
- SARMENTO, M. F. O processo de ocupação urbana de um setor litorâneo de uma capital brasileira: o caso do Bessa em João Pessoa - PB. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- SERPA, A. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n.15, p.21-37, 2004.
- SPECK, Jeff. Cidade Caminhável; tradução: Anita Dimarco, Anita Natividade. - I. ed. - São Paulo: Perspectiva, 2016, 278p.
- SILVEIRA, José Augusto R. da. Percursos e Processo de Evolução Urbana: O Caso da Avenida Epitácio Pessoa na Cidade de João Pessoa - PB. Tese de Doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano/Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.
- SILVEIRA, José Augusto Ribeiro Da; SILVA, Geovany Jessé Alexandre da. Fenômenos visíveis e menos visíveis da cidade: Percursos, lógica evolutiva e propriedades territoriais urbanas.. In: ENSAIOS urbanos: Configurações e deslocamentos na cidade. [S. l.: s. n.], 2018. cap. 01, p. 16-109. ISBN 9788595590717.
- SMITH, R. A. Beach resorts: A model of development evolution. Landscape and Urban Planning, v. 21, p. 189-210, 1991.
- VILLAÇA, Flávio José Magalhães. Espaço intra-urbano no Brasil. . São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute. . Acesso em: 10 fev. 2024. , 2001
- WHYTE, W. H. City: Rediscovering the Center. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2009.

10. ANEXOS

1 COBERTURA
ESCALA 1 : 250

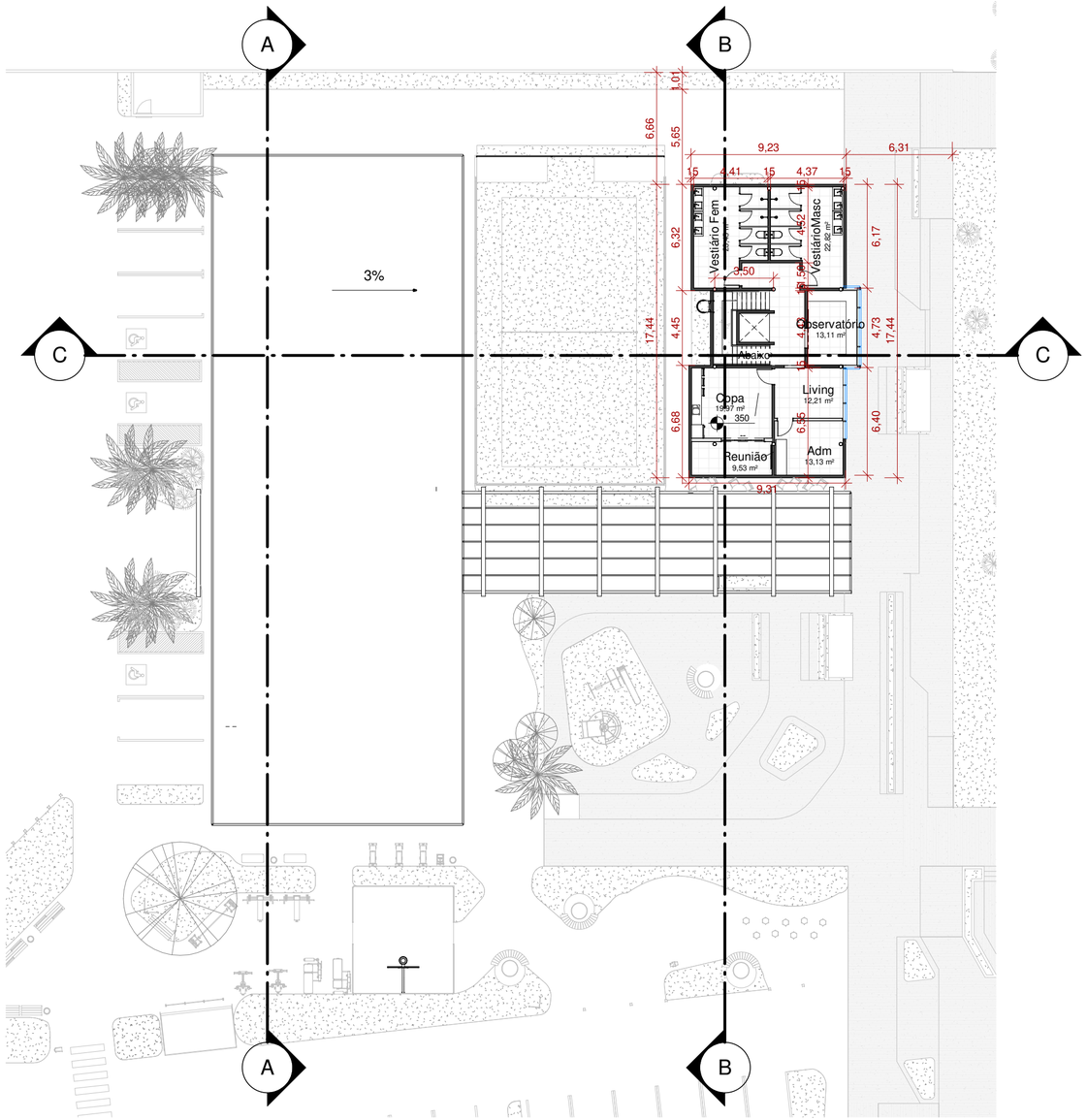


1 TÉRREO
ESCALA 1 : 250

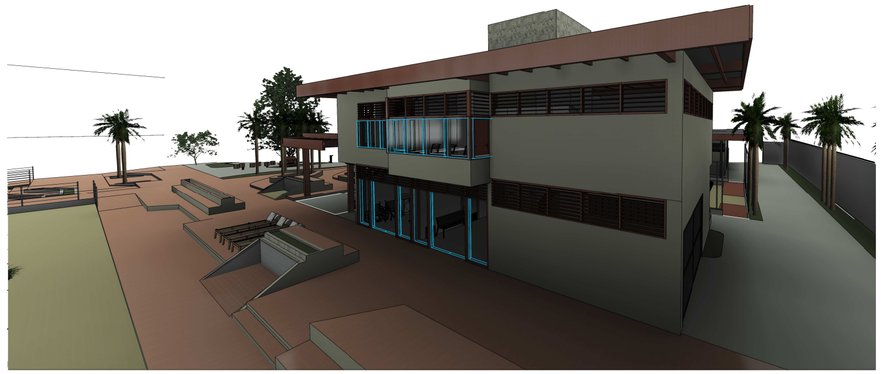


2 ENTRADA DE VEÍCULOS
ESCALA

3 ENTRADA PRINCIPAL
ESCALA

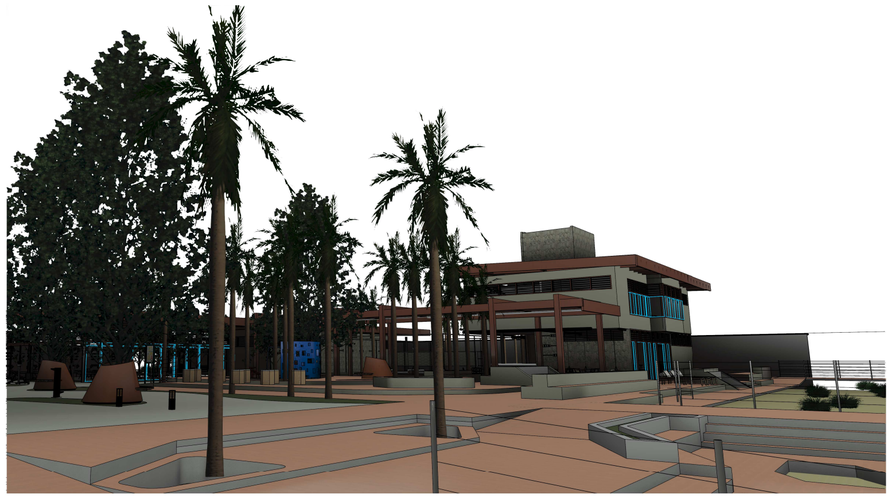


1 PLANTA BAIXA 1° PAV
ESCALA 1 : 250

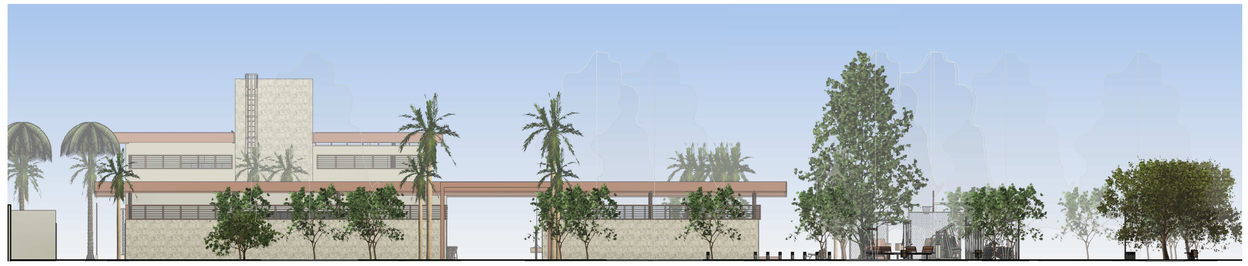


2 Perspectiva 01
ESCALA

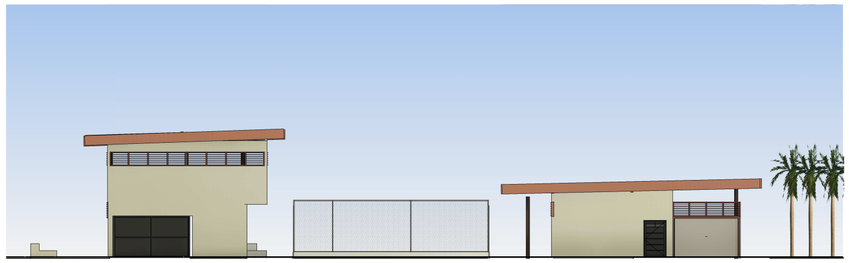
3 Perspectiva 02
ESCALA



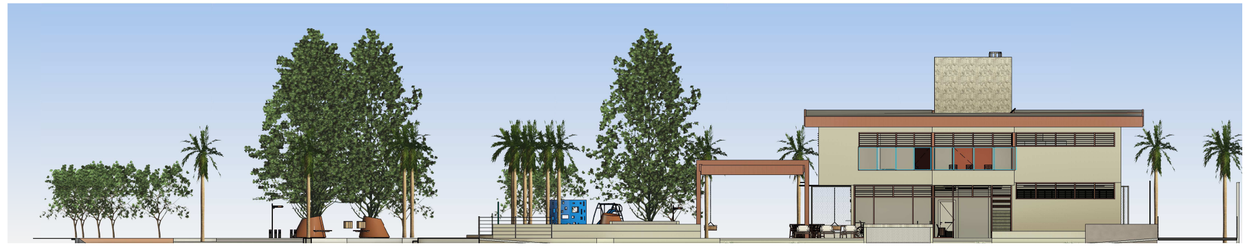
4 Perspectiva 03
ESCALA



4 EA
ESCALA 1 : 250

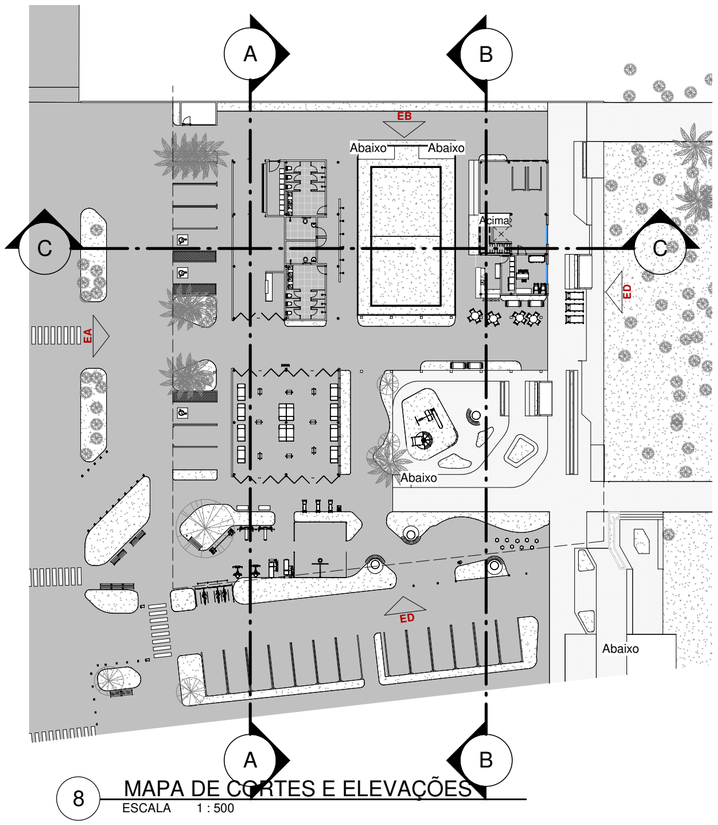


5 EB
ESCALA 1 : 250

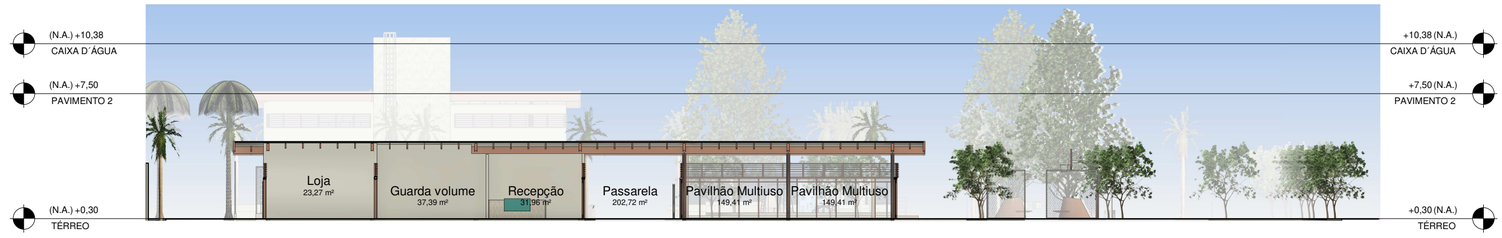


7 EC
ESCALA 1 : 250

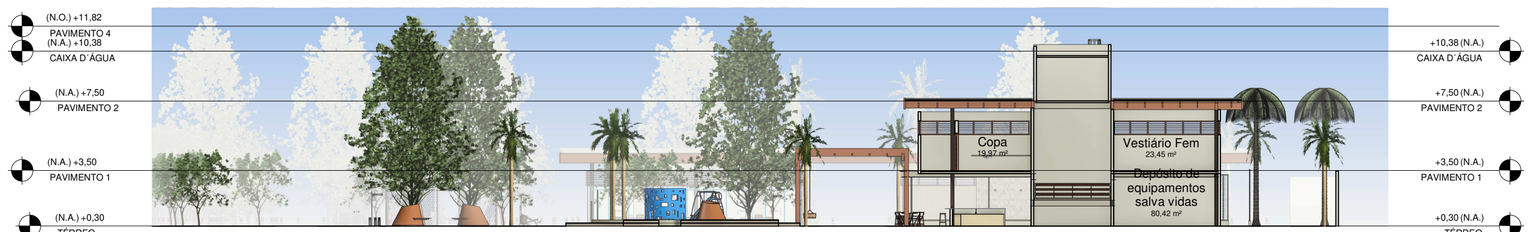
6 ED
ESCALA 1 : 250



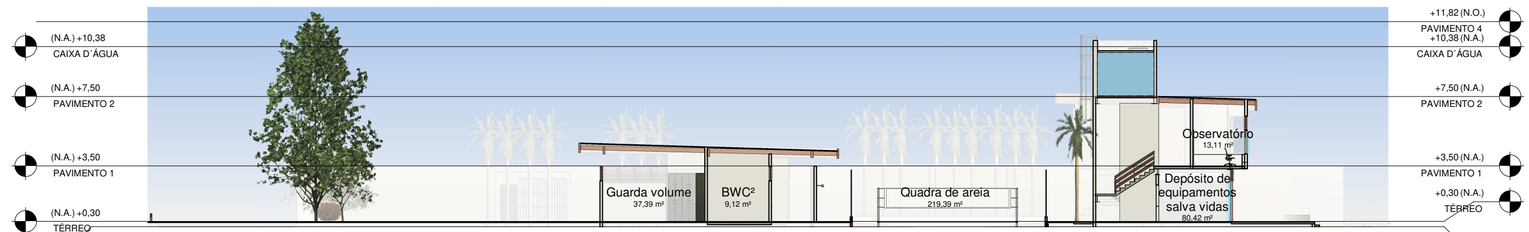
8 MAPA DE CORTES E ELEVAÇÕES
ESCALA 1 : 500



1 CORTE AA
ESCALA 1 : 250



2 CORTE BB
ESCALA 1 : 250



3 CORTE CC
ESCALA 1 : 250

SAPIENTIA ÆDIFICAT